A Raposa e a Águia

J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República

A Raposa e a Águia

J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República

Silvia Noronha Sarmento

EDUFBA
Salvador, BA
2011

Capa e Projeto Gráfico
Angela Garcia Rosa

Editoração
Victor França

Revisão
Fernanda Machado

Normalização
Ismênia Pinheiro

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Sarmento, Silvia Noronha.
A raposa e a águia : J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República / Silvia Noronha Sarmento ; prefácio, Consuelo Novais Sampaio. - Salvador : EDUFBA, 2011.
215 p. : il.

Originalmente apresentada como dissertação do autor (mestrado - Universidade Federal da Bahia, 2009)
ISBN 978-85-232-8798-4

1. Seabra, José Joaquim, 1855-1942. 2. Barbosa, Rui, 1849-1923. 3. Bahia - História - Séc. XX. 4. Bahia - Política e governo - 1912-1916. 5. Bahia - Política e governo - 1920-1924. I. Sampaio, Consuelo Novais. II. Título.

CDD - 981.42

Editora filiada à

EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n,
Campus de Ondina,
40170-115 Salvador-BA Brasil
Tel/fax: (71)3283-6160/3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos... Sempre breves e insatisfatórios, mas necessários.

Devo afirmar, em primeiro lugar, que este trabalho não existiria sem a colaboração ativa e a generosidade da Profa. Dra. Consuelo Novais Sampaio. Em 2004, eu era uma repórter escalada para fazer uma matéria na Fundação Pedro Calmon. Ao conversar com a Profa. Consuelo, fiquei impressionada com seu profundo conhecimento sobre a política baiana do século XX. Qual não foi minha surpresa ao ser convidada, meses depois, para trabalhar em uma pesquisa coordenada pela mesma professora... Não perdi essa oportunidade e, desde então, fui atraída para o mundo da História. Contei com sua inestimável ajuda, muitas e muitas vezes, ao longo deste trabalho, do início ao fim. Grande parte dos temas aqui abordados foi tratado pioneiramente por ela. Não sei bem como agradecer, então fica esta tentativa incompleta.

Creio realmente que o universo conspirou a meu favor nos últimos anos, pois, em 2005, decidida a me aprofundar nos estudos no Mestrado em

História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tive a sorte de conhecer o Prof. Dr. Antônio Guerreiro, que, mais tarde, tornou-se meu orientador. Com sua tranquilidade e firmeza, ele me guiou através dos impasses e turbulências do Mestrado, ouvindo minhas inquietações e sugerindo caminhos. Dentre os vários aspectos importantes, insistiu sempre na necessidade de ampliar os horizontes da análise política além dos limites de Salvador, pensando na Bahia como um todo. Sou imensamente grata por tudo.

Agradeço também à ótima equipe da EDUFBA, nas pessoas das professoras Flávia Garcia Rosa, Diana Tourinho e Suzane Barros. Profissionais competentes, elas fizeram com que a autora, marinheira de primeira viagem, não sofresse tanto ao lançar seu barquinho nas águas do mercado editorial.

Durante a pesquisa, contei com inúmeras colaborações. Foi graças a uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes) que eu pude me dedicar integralmente aos estudos por dois anos. Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, além de um excelente orientador, fui acolhida por colegas brilhantes e generosos, que fizeram com que eu me sentisse em casa. Isso se aplica também aos funcionários, com especial agradecimento ao pessoal do Mestrado e da Biblioteca. Na faculdade, tive contato com professores que marcaram minha formação. As aulas dos Profs. Drs. Valdemir Zamparoni, Israel Pinheiro e Milton Moura foram fontes de conhecimentos imprescindíveis, além de espaços de reflexão. Creio que cada um deles, lendo este trabalho, saberá reconhecer questões abordadas em aula. Fica aqui meu reconhecimento e meu apreço.

Agradeço também aos professores que participaram da banca examinadora do Mestrado: Prof. Dr. Dilton Oliveira de Araújo (UFBA) e Prof. Dr. Aldo Morais da Silva (Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS), e também à Profa. Dra. Lina Brandão de Aras (UFBA), que participou da qualificação. Suas contribuições foram preciosas, e a maneira generosa como eles acolheram o trabalho tem sido um

estímulo permanente para que eu continue as investigações ali iniciadas.

Aos funcionários dos arquivos e das bibliotecas consultadas, meu reconhecimento. À equipe do setor de periódicos raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia; aos funcionários da Fundação Casa de Rui Barbosa do Rio de Janeiro; aos amigos queridos do Centro de Memória da Fundação Pedro Calmon (que sempre me alertavam quando encontravam qualquer referência a Rui ou Seabra nos acervos), muito obrigada. À historiadora Gisele Ferreira Barreto, que colaborou na pesquisa quando o prazo estava se esgotando, minha gratidão.

Tenho, ainda, outros tantos agradecimentos a fazer, que ficarão inescapavelmente incompletos. A todos que me enviaram textos e ideias, agradeço na pessoa do historiador José Vieira da Cruz, com quem conversei casualmente em São Lázaro, e que acabou me mandando um artigo do professor sergipano Ibarê Dantas sobre oligarquias que se mostrou fundamental. Bem se vê, por esse exemplo, como a colaboração espontânea e generosa de tantas pessoas foi imprescindível para o conjunto do trabalho. A todos os demais, que não citei nominalmente, peço desculpas adiantadas pelo esquecimento involuntário.

Por fim, a meus pais (Jayme e Heloina) e minhas irmãs (Livia e Luciana), é impossível agradecer a contento. Sem seu apoio e seus exemplos, nada seria possível. A Leo, companheiro de todas as horas, meu amor e gratidão para sempre.

Apesar de tudo isso, não custa lembrar: os erros e omissões eventualmente encontrados neste trabalho são de minha exclusiva responsabilidade.

Lista de abreviaturas

Obras Completas de Rui Barbosa (OCRB)
Diário do Congresso Nacional (DCN)
Arquivo Rui Barbosa (ARB)
Anais do Congresso Constituinte de 1890/1891 (ACC 1890/1891)
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)

SUMÁRIO

PREFÁCIO

A Raposa e a Águia é o mais fascinante livro de história que li ultimamente. Mostra como a produção historiográfica pode ser atraente literatura investigativa. E para os desavisados, revela que história é cultura, fonte de conhecimento. Dificilmente o leitor largará o livro antes de chegar à última página. Através de dois luminares da história brasileira, Rui Barbosa e José Joaquim Seabra, Silvia Noronha Sarmento reconstrói uma das mais complexas e instáveis fases da história brasileira, correspondente às primeiras décadas republicanas. Ambos viveram num mundo sacudido pela grave crise econômica no fim do século XIX. Atuaram num período conturbado de transição da Monarquia para a República, envolvendo a abolição da escravatura e a instalação de um regime político para nós desconhecido, e cujas regras e jogo político teríamos de inventar. Também foram partícipes de duras batalhas, pela disputa do poder, além das sangrentas ocorridas na 1ª Guerra Mundial.

Para inserir os seus personagens e analisar suas ações, nesse cenário imprevisível, Silvia valeu-se do método histórico-comparativo. Identificou elementos de convergência e atração, assim como os de repulsa e competição, na trajetória social e política desses dois grandes brasileiros. Desvendou e clareou um período ainda nebuloso e mal compreendido da nossa história.

Ao abordar a relação entre Rui e a política baiana, *pari-passu* com J.J. Seabra, outro personagem dominante na política nacional e estadual, Silvia preencheu enorme vazio não só na historiografia brasileira, mas também na extensa bibliografia de mais de 760 obras sobre o nosso Águia. Incompreensível vazio, uma vez que a base de sustentação eleitoral de Rui Barbosa estava na Bahia, o que garantiu a sua eleição e reeleições consecutivas para o Senado da República. No primeiro período republicano, os jornais foram um dos principais, se não o principal veículo de divulgação e de sustentação política. Para tanto, Seabra criou a *Gazeta do Povo* e, em seguida, o *Democrata*. Rui Barbosa não precisou possuir um jornal na Bahia, porque todos, inclusive os seabristas, sentiam-se honrados em divulgar os seus feitos gloriosos, e os ideais de liberdade e justiça por ele pregados. Numa visão panorâmica, a autora afirma que, até a ascensão de Getúlio Vargas, não houve político brasileiro que gozasse de popularidade equiparável à de Rui Barbosa. Aliás, até hoje, ele não deixa de ser citado por intelectuais e políticos, mormente na Bahia.

Por outro lado, ao analisar a formação e atuação política de J. J. Seabra, Silvia desfez a imagem propagada até o presente pela maioria dos estudiosos baianos, que o veem como um "déspota truculento", relacionando sempre a sua atuação política ao "bombardeio de Salvador", em 1912, e à destruição da Catedral da Sé. Sabe-se, no entanto, que o primeiro foi perpetrado por forças federais, e que a destruição da Sé foi requerida por capitalistas, consentida pela Igreja e realizada no governo do interventor Juracy Magalhães, em 1933. Lembre-se que desde 1923, coincidentemente ano do falecimento de Rui Barbosa, Seabra estava politicamente morto,

embora suas cinzas só houvessem ascendido às esferas siderais no ano de 1942. No entanto, Seabra foi feito símbolo do "urbanismo destruidor", ainda que para promover a urbanização de Salvador houvesse se inspirado nos mais avançados códices urbanísticos da época, oriundos da Paris do barão de Haussmann. Por ser a capital da França a mais cosmopolita e avançada cidade da época, os feitos do barão foram reproduzidos nas mais importantes cidades da época, inclusive no Rio de Janeiro do prefeito Pereira Passos. Sem entrar nos estímulos político-sociais que conduziram às grandes intervenções urbanas então realizadas, basta lembrar que os dois citados reformadores promoveram a destruição de boa parte das ruas, igrejas e habitações então existentes naquelas cidades. Mas, ao contrário de Seabra, quando citados, são sempre louvados como grandes inovadores e modernizadores. Como explicar essa inconsistência?

Através de criteriosa e hábil investigação, Silvia confirmou a hipótese, por ela levantada, de que para a construção da imagem negativa que os baianos ainda têm de Seabra, "contribuiu, em parte, a rivalidade que se estabeleceu entre ele e o grande herói baiano e brasileiro do período", Rui Barbosa. Foi generosa ao usar a palavra "contribuiu". Eu a substituiria por "determinou".

É fascinante constatar como os pontos de convergência entre esses homens notáveis fizeram com que estivessem unidos nos primórdios da República. É verdade que, ao concordar em apoiar a conspiração republicana, já em 1889, Rui teve intensiva participação na defesa dos seus ideais, com destaque para o federalismo. Seabra, ao contrário, tornou-se um republicano na 25ª hora. Ligado ao partido Liberal, no Império, Rui teve destaque nacional como um dos principais fundadores do novo regime político. Daí por diante, mesmo quando amargou o ostracismo, com a queda do marechal Deodoro da Fonseca, cresceu a sua imagem de "mestre do verbo, manejando com destreza as armas cortantes da retórica e da erudição". Através da imprensa, observa a autora numa bela construção literária, Rui "arriscou seus primeiros volteios de águia, em voo solo".

Por não haver atuado nas antecâmaras da República, e haver tido no Império ligação com o partido Conservador, a inserção política de Seabra no regime republicano foi mais penosa. Teve de desenvolver sua habilidade de **raposa**, ágil e flexível, para cavar espaço nos meandros do novo sistema político.

Ambos não divergiam quanto à necessidade de estabilizar a República, nem quanto à intensidade do gosto pelo poder. Apenas divergiram em relação aos métodos empregados para atingir os seus objetivos. Foram caracterizados na época por esses lendários animais. Tanto a **águia**, uma das maiores e mais fortes aves de rapina, quanto a **raposa**, sagaz e manhosa, são animais destemidos e ferozes, que os demais titubeiam enfrentar. Como os dois políticos, diferenciam-se no modo de agir. A força de Rui estava na palavra, que podia tirar de cena seus adversários, ou dignificar aqueles que o apoiavam. A força de Seabra, por outro lado, estava menos no campo teórico abstrato de doutrinas e imagens, do que no realismo político, na sagacidade, paciência e persistência para atingir os seus objetivos políticos. A despeito dessas armaduras, quando os dois se confrontaram o embate provocou ranhuras em ambos, e o final da contenda resultou na morte dos dois – física de Rui e política de Seabra. Não deixa de ser intrigante o fato desses grandes homens públicos haverem saído juntos da cena política, no mesmo tempo histórico e cronológico.

De que forma polarizaram eles a política baiana do período? Quais as circunstâncias históricas em que viveram? Quais as suas propostas políticas? Que estratégias de confronto desenvolveram? São algumas das indagações, claras e inteligentes, que nortearam essa pesquisa histórica. A sequência dos capítulos – Os contendores; A Arena e as regras; Confronto e tréguas – e os assuntos neles desenvolvidos e enriquecidos pelo estilo claro, sedutor e quase intimista da autora, faz com que a temática deste livro se desenvolva como uma das mais abalizadas histórias de aventura político-social do nosso País, conduzida por rigoroso método de pesquisa historiográfica.

A ênfase deste estudo está no confronto entre Rui e Seabra, para o que, depois de analisar as origens sociais, formação profissional e ligações políticas de ambos personagens, a autora reconstruiusse, com extrema sensibilidade, a arena, as regras e os rituais do jogo político. Sem titubear, mergulhou nos discursos proferidos por ambos, para o que aprofundou os seus conhecimentos de retórica e de filosofia política, não deixando de lançar o olhar investigativo na intrincada rede de interesses do capital internacional. A formação multidisciplinar de Silvia Noronha Sarmento, aliada ao modo competente com que se apoiou em extensiva e atualizada bibliografia, faz com que as suas afirmações e conclusões sejam difíceis de serem refutadas.

A fim de permitir que o leitor sinta o prazer de desvendar a trama que envolveu o relacionamento de Rui Barbosa e J. J. Seabra, apenas lembro que a relação amistosa que inicialmente os envolveu foi abalada pela rapidez com que Seabra galgou os degraus da projeção política nacional. Ainda nessas circunstâncias, a postura de Seabra continuou a ser de admiração e respeito pelo "maior dos brasileiros vivos". Quando essa relação se azedou, Seabra tentou reativá-la, cortejando-o com uma caixa cheia das adocicadas mangas da ilha de Itaparica. Educadamente, Rui as recebeu, mas não demorou para Seabra encontrar fechadas as portas do palacete de São Clemente. O confronto entre a águia e a raposa foi-se tornando cada vez mais agressivo, e terminou com o trágico fim de ambos.

Em resumo, este livro constitui peça imprescindível para que se entenda o comportamento e o desempenho político desses dois grandes brasileiros e, mais ainda, para que seja compreendida a política baiana e um dos períodos mais conturbados da história nacional

Consuelo Novais Sampaio

INTRODUÇÃO

Há algum tempo, quando folheava um conjunto de fotografias antigas na rotina atarefada e estimulante do meu trabalho de pesquisadora do Centro de Memória da Bahia (Fundação Pedro Calmon), notei que um senhor ao meu lado se debruçava sobre as imagens. Era uma figura simpática, conhecida de todos por lá, descendente de uma família tradicional da velha Bahia. Aproveitando seu interesse, desafiei-o a identificar um dos indivíduos retratados: um homem calvo, sem bigodes ou barba, muito emaciado e encurvado pela idade, situado no centro da foto, próximo a alguém que ambos sabíamos ser Otávio Mangabeira. Meu interlocutor não reconheceu o ancião e surpreendeu-se quando eu lhe falei que era J. J. Seabra. Tomando a imagem nas mãos para ver melhor, fez o seguinte comentário: "Realmente, é Seabra... está diferente, envelhecido, mas ainda *dá para ver a maldade nos olhos dele*".

Esse episódio cotidiano, ocorrido em 2006, é apenas um exemplo do sentimento que a figura do político José Joaquim Seabra (1855-1942) ainda

é capaz de provocar na Bahia seis décadas após a sua morte. Governador da Bahia por dois mandatos, senador, deputado, duas vezes ministro, Seabra percorreu mais de cinquenta anos de atividade política, desde o Império até os últimos anos do Estado Novo. Durante essa longa e acidentada trajetória, despertou, em grandes doses, o amor e o ódio dos seus contemporâneos.

Sua memória, no entanto, parece concentrar, atualmente, apenas características negativas. De um lado, há os que o consideram uma espécie de déspota truculento. Para essas pessoas, em geral de idade mais avançada, o nome Seabra costuma evocar imediatamente as imagens do bombardeio de Salvador, o palácio do governo em chamas, os canhões do Forte de São Marcelo surpreendentemente voltados para a cidade que deveriam defender. De outro lado, no meio universitário, novas gerações identificam Seabra como o símbolo do urbanismo destruidor da velha Salvador, o homem da civilização à força, da higiene disciplinadora e perversa, que segregava pobres e negros para criar o ambiente desejado pela burguesia em ascensão. A força dessas associações é tanta que muitos põem na conta das destruições seabristas fatos que ocorreram depois do fim do seu governo, como a traumática demolição da igreja da Sé, realizada em 1933, já no governo Juraci Magalhães[1].

Por que Seabra, que certamente dividia opiniões em vida, passou à memória dos baianos de hoje como uma quase unanimidade negativa? Este trabalho parte da hipótese de que para isso contribuiu, em parte, a rivalidade que se estabeleceu entre ele e o grande herói baiano e brasileiro do período: o senador, ministro e deputado Rui Barbosa (1849-1923). Glorificado em vida, celebrado após a morte, Rui concentrou as aspirações de saber, grandeza, civilização, justiça e liberdade de todo o país. Em uma palavra, ele representava o bem. Confrontado com essa figura mítica, J. J. Seabra encarnava a imagem do mal.

[1] Seabra tentou, efetivamente, derrubar a igreja da Sé em seu governo, como aponta Fernando da Rocha Peres (2009), mas não conseguiu concluir as negociações. A derrubada se concretizou uma década após a queda do seabrismo, quando ele já estava na oposição, sem qualquer controle sobre o poder estadual.

Um olhar mais acurado sobre a política baiana da Primeira República, entretanto, mostra que o quadro não era tão simples. Como aponta Consuelo Novais Sampaio, em um texto publicado em 1989, como prefácio nas Obras Completas de Rui Barbosa, o antagonismo entre os dois é bem mais complexo do que a memória popular e parte da historiografia fazem parecer. Ela observa que Rui Barbosa e Seabra tinham muito em comum. Eram homens de origem urbana, de formação liberal, sem ligação pessoal com o latifúndio, mas vinculados aos chefes tradicionais. Ambos foram exilados ao combater Floriano Peixoto, no início da República, e conquistaram destaque nacional. Enquanto Rui sobressaía pelo poder do verbo, Seabra angariava espaços pela sagacidade e capacidade de articular apoios. O confronto ocorria no campo político, era uma disputa de poder. Nas palavras da autora:

> Foi a luta pelo poder, e as paixões dela decorrentes, que, gradativamente, estabeleceram o afastamento de Rui e Seabra. Na primeira fase republicana, Rui continuou a ser o condutor da política baiana e seu porta-voz maior junto ao poder federal. Mas, aos poucos, o desempenho político e a sagacidade de Seabra passaram a conferir-lhe destaque no mundo político nacional. E as relações políticas que, entre os dois baianos, eram revestidas de admiração e respeito, foram-se deteriorando, no decorrer do período. (BARBOSA, 1919, v. 46, t. 3, p. XV)

O prefácio citado foi o ponto de partida das investigações da dissertação de mestrado que deu origem a este livro. A partir disso, foi-nos colocado o problema: que convergências e divergências apresentaram Rui Barbosa e J. J. Seabra em suas trajetórias na República? De que forma os dois polarizaram a elite política baiana no período? Que propostas apresentavam? Que estratégias adotaram no confronto? Vinculavam-se a que grupos políticos, econômicos e sociais?

A primeira providência tomada na investigação foi uma delimitação do tema. Definiu-se que a pesquisa seria restrita à política da Bahia,

embora, muitas vezes, seja imprescindível a referência ao quadro nacional. Esse limite se justifica porque Rui e Seabra eram políticos de renome em todo o país, embora não com a mesma relevância. Apesar do sucesso de Seabra, a projeção nacional de Rui era significativamente maior. Pode-se dizer que, até Getúlio Vargas, não houve político brasileiro com popularidade comparável à de Rui.

A ênfase no confronto estadual significou a exploração de um aspecto negligenciado na extensa bibliografia sobre Rui. Das 764 obras citadas em um levantamento recente da Fundação Casa de Rui Barbosa (MAGALHÃES, 2007, p. 13), nenhuma aborda especificamente a dinâmica entre Rui e a política baiana. Trata-se, contudo, de tema imprescindível para a compreensão de sua atuação política, já que, em toda sua trajetória republicana, ele contou com a Bahia para a renovação do mandato no Senado. Isso o levou a estabelecer uma relação com aqueles que controlavam os votos baianos. Trata-se de um ponto bastante obscuro dos chamados "estudos ruianos", para o qual este trabalho pretende lançar alguma luz.

O principal conjunto de fontes primárias é formado por discursos de Rui e Seabra, na imprensa e em cargos públicos, especialmente entre 1909 e 1923 – auge do confronto político entre os dois. Em 1909, na brecha aberta pela "campanha civilista" de Rui à presidência, Seabra encontrou as condições para viabilizar sua ascensão ao governo baiano. O marco final, 1923, é assinalado pela morte de Rui e, coincidentemente, pelo declínio de Seabra, que culminaria com sua deposição do governo no ano seguinte. Embora tenha falecido em 1942, e permanecido atuante até o fim da vida, Seabra nunca recuperou o poder exercido até 1924. Essas balizas, entretanto, foram relativizadas ao longo da pesquisa. A necessidade de compreender as origens do pensamento e das atitudes dos dois baianos levou-nos a recuar constantemente a pesquisa para textos produzidos décadas antes do período delimitado.

Em relação a Rui, o trabalho de mapeamento e seleção dos discursos foi facilitado pelo esforço de décadas da Fundação Casa de Rui

Barbosa, no Rio de Janeiro, para sistematizar sua produção intelectual. Hoje, os 49 volumes (divididos em 138 tomos) já compilados das Obras Completas de Rui Barbosa estão disponíveis na internet, através de biblioteca digital (http://www.docvirt.no-ip.com/ObrasRui/STF_Biblioteca.htm). O acesso aos textos foi facilitado por esse recurso, que permitiu, além da leitura integral, a busca por palavras-chave.

Infelizmente, não há um repositório organizado com os discursos de Seabra, o que nos obrigou a uma pesquisa mais abrangente de fontes: relatórios oficiais de seus períodos como governador da Bahia (1912-1916 e 1920-1924); compilações do Poder Legislativo, especialmente o *Diário do Congresso Nacional*; além da imprensa seabrista de Salvador, representada pelos jornais *Gazeta do Povo* (1909-1916) e *O Democrata* (1916-1922). A prioridade foi verificar como esses jornais se referiam a Rui Barbosa. Partiu-se do pressuposto de que, mesmo com a relativa autonomia dos redatores – em sua maioria, homens atuantes na política, com interesses próprios e nem sempre fiéis ao seabrismo – a orientação geral era definida pelo chefe, isto é, pelo próprio Seabra.

Rui não mantinha jornais na Bahia. Sua atuação jornalística concentrava-se no Rio de Janeiro, onde foi proprietário de veículos como *A Imprensa* e o *Diário de Notícias*. Na República, a relação de Rui com a imprensa baiana era sempre indireta. Ele se relacionava com jornais pertencentes a seus aliados, como *A Bahia*, de José Marcelino, e *A Tarde*, de Simões Filho, por exemplo, mas os artigos desses jornais não podem ser atribuídos à sua responsabilidade. Ainda assim, a consulta a esses veículos seria interessante para aprofundar as ligações de Rui com diferentes grupos baianos. Devido a limitações de tempo, não foi possível fazer uma pesquisa mais aprofundada nesses jornais, e essas questões foram abordadas por outros meios. A tarefa de aprofundar esse aspecto da pesquisa fica aqui sugerida para futuros pesquisadores.

Até aqui, falou-se dos discursos públicos de Rui e Seabra como o principal conjunto de fontes. A pesquisa incluiu também um segundo

conjunto, formado por documentos pessoais (cartas, bilhetes, telegramas) guardados em arquivos privados. Além do arquivo de Rui, conservado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, foram consultados documentos do Centro de Memória da Bahia da Fundação Pedro Calmon (acervos de Otávio Mangabeira e Simões Filho). Infelizmente, não há registros de um acervo de Seabra. Alguns documentos que pertenceram a ele, guardados na Fundação Pedro Calmon, foram consultados.

Sem cair no "feitiço" dos arquivos privados, como adverte Ângela de Castro Gomes (1997), isto é, sem nos deixar seduzir pela ilusão de que eles trariam os indivíduos como eram "de verdade", o exame desses documentos permitiu uma visão mais próxima das relações entre Rui e Seabra. Os 125 documentos da pasta J. J. Seabra (CR1332.1/1) guardados no arquivo de Rui indicam uma relação pessoal respeitosa, às vezes afetuosa, embora nunca íntima. Em ordem cronológica, eles revelam uma sutil mudança de atitude de Seabra em relação a Rui: as primeiras cartas ao "ilustríssimo mestre", "mais notável dos brasileiros", "uma das glórias da América", vão cedendo lugar a outras dirigidas ao "eminente amigo", e até "colega", em um indício de que, com sua ascensão política, ele passou a tratar Rui Barbosa quase de igual para igual. Ainda assim, sua escrita para o conterrâneo é sempre extremamente reverente.

A análise das fontes e da bibliografia permitiu a composição de um panorama complexo da política baiana da Primeira República. Muitos aspectos foram apenas tangenciados aqui, por limitações de tempo e espaço. O trabalho buscou se concentrar especificamente no confronto entre Rui e Seabra. Para facilitar a compreensão, cada capítulo aborda um aspecto da disputa.

O primeiro capítulo caracteriza os contendores, com suas origens, vínculos, formação e ingresso na política. O segundo contextualiza o confronto Rui X Seabra na política da Primeira República, e oferece uma visão da arena em que eles terçavam armas (a Bahia), e das regras do combate. Foram enfatizadas duas dimensões das relações políticas:

uma face pública, que se desenvolvia no campo da retórica e dos rituais, e uma face oculta, expressa tanto na chamada "pequena política" dos empregos e favorecimentos como nas relações de ambos com poderosas corporações ligadas ao capital internacional, como os grupos Guinle e Light. O terceiro capítulo traz uma visão geral dos principais embates e tréguas entre os dois baianos. Inicia-se com os desentendimentos em torno do Código Civil (1902), passa pela "degola" do mandato de Seabra no Senado (1906), pela campanha civilista (1909-1910), pelo bombardeio de Salvador (1912), pela greve na capital e pelo levante sertanejo (1919/1920), culminando com as articulações de Rui, já no leito de morte, para consumar a derrubada final de Seabra (1923). É interessante notar que, após cada momento de combate acirrado, houve uma trégua, não raro transformada em aliança. Essas oscilações sugerem que, fora a disputa pelo poder e a rivalidade decorrente, não havia uma incompatibilidade profunda entre os dois baianos.

Este livro reproduz, com pequenas adaptações e correções, a dissertação apresentada ao Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, em 2009. Espera-se que, mesmo com eventuais falhas e omissões, o texto possa ser apresentado a um público mais amplo, e que possa suscitar um debate interessante de ideias, contribuindo para a construção de um olhar crítico sobre nossa história.

OS CONTENDORES

Origens familiares, vínculos sociais, formação acadêmica

Menos de seis anos separam o nascimento de Rui Barbosa (5 nov. 1849) do de José Joaquim Seabra (21 ago. 1855).[1] Ambos nasceram em Salvador, em uma época em que a província da Bahia passava por importantes transformações. A lavoura canavieira do Recôncavo, antigo sustentáculo da economia colonial, enfrentava uma crise que se mostraria irreversível. Ao mesmo tempo, expandia-se a lavoura de café em São Paulo, assentada em bases produtivas mais adequadas ao contexto mundial. Não se tratava apenas de mais um produto de exportação. O café dinamizou a economia paulista, viabilizou a concentração de capital, a urbanização e a industrialização, contribuindo para consolidar definitivamente a mudança do eixo econômico do país para o centro-sul.

Para melhor dimensionar o impacto dessa transformação, observe-se que, em 1820, o açúcar e o algodão ainda eram os principais produtos

[1] Rui Barbosa nasceu no centro de Salvador, na rua que hoje leva seu nome. Seabra nasceu na Cidade Baixa, no bairro dos Mares. As informações biográficas foram extraídas das obras de Luís Viana Filho e João Felipe Gonçalves (para Rui), Francisco Borges de Barros, Edilton Meireles dos Santos e Renato Berbert de Castro (para Seabra), listadas nas referências bibliográficas.

da pauta comercial brasileira, com o café em terceiro lugar. Ao fim do século, na década de 1890, o café já se isolara em primeiro lugar, respondendo por mais de 65% do valor das exportações, percentual muito superior ao do açúcar (6,2%), fumo (1,9%) e cacau (1,3%). Considerando que açúcar, fumo e cacau eram os principais produtos da Bahia, e que a lavoura cafeeira já estava concentrada principalmente em São Paulo, pode-se avaliar o balanço de poder econômico entre as duas províncias no período. A relação pode ser estendida para o conjunto do país, configurando um desequilíbrio regional Norte-Sul que se intensificaria nas décadas seguintes. (FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISA E ESTUDOS, 1980; SAMPAIO, 1977)

A mudança na centralidade econômica, no entanto, não teve correspondência imediata no plano político. A Bahia ainda mantinha, no Império, uma posição política de grande relevo. Entre 1822 e 1889, foi a província com maior participação nos gabinetes ministeriais (19,16% dos ministros eram baianos), superando o Rio de Janeiro, sede da Corte (18,27%), Minas Gerais (13,25%), Pernambuco (10,05%), São Paulo (10,04%) e Rio Grande do Sul (6,39%). A presença dos baianos evidenciava-se tanto nos gabinetes liberais como nos conservadores, e era marcante nos postos mais cobiçados, como a presidência do Conselho de Ministros. Dos 30 presidentes do Conselho de Ministros nomeados de 1847, quando o cargo foi criado, ao fim do Império, 11 (mais de um terço) eram baianos. (CARVALHO, 2006)[2]

Os baianos mais destacados eram provenientes, em sua maioria, da elite agrária tradicional, que vinha perdendo a preeminência econômica tanto no nível nacional, para o café, como no provincial, para o comércio. Com suas qualificações de estirpe e longa experiência no poder, os barões, viscondes e conselheiros baianos sustentavam um "poder

[2] A grande proporção de baianos é explicada, em parte, pelo maior índice de educação superior na província, em relação às demais. (CARVALHO, 2006) Alguns autores também creditam a prevalência dos baianos na política imperial a seu perfil conservador. Essa ideia é expressa por Oliveira Viana (2002, p. 1113), para quem D. Pedro II se cercava de "políticos extremamente reverenciais ao trono", escolhendo os baianos por essas qualidades: "Inteligentes, hábeis, maneirosos, cheios de vivacidade, graça e ironia, um tanto plásticos, são os baianos mais capazes, com efeito, do que quaisquer outros, de compreender e realizar os intuitos íntimos da política imperial, que é estabelecer um absolutismo de fato sob a máscara do regime parlamentar".

político residual" (SAMPAIO , 1998), visceralmente articulado aos destinos do regime monárquico. Homens como o barão de Cotegipe, o visconde do Rio Branco, o conselheiro Saraiva, o conselheiro Dantas, entre outros, integravam-se em uma elite nacional com forte tendência à coesão e à homogeneidade, que reforçava seus laços através da formação acadêmica (predomínio de bacharéis em Direito), experiências profissionais (ingresso na advocacia ou magistratura, progressão em cargos públicos), circulação geográfica, entre outros fatores. (CARVALHO, 2006)

Foi nesse contexto que Rui Barbosa e Seabra nasceram, cresceram, foram educados e iniciaram suas trajetórias. Nascidos em famílias urbanas, sem vínculo com a terra, os dois jovens baianos se aliaram a segmentos sociais profundamente vinculados aos grandes proprietários. Rui e Seabra conviveram com os fazendeiros e seus filhos no ambiente escolar (desde os estudos preparatórios até o curso superior), na vida social (em cafés, livrarias, teatros e outros espaços de socialização ocupados por políticos e intelectuais), na vida familiar (através de vínculos de parentesco e relações de amizade). Era através do estabelecimento de uma rede de contatos com a elite tradicional da província que jovens como eles tinham possibilidade de ingressar no restrito mundo da política profissional.

Rui Barbosa era filho do ramo empobrecido de uma família bem relacionada. Seu pai, João José Barbosa de Oliveira, havia sido deputado provincial e geral, mas encontrava-se em má situação econômica e afastado da política na época de seu nascimento. Segundo Luís Viana Filho (2008, p. 41), a certa altura, era a esposa quem manejava o sustento da casa, a partir da produção de doces pelos escravos domésticos. Alguns anos depois, a família manteve uma olaria no subúrbio de Plataforma. A mãe de Rui, quando solteira Maria Adélia Barbosa de Almeida, era prima do marido e irmã de Luís Antônio Barbosa de Almeida, político em Salvador. Os pais de Rui eram parentes do conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, considerado o "patriarca" da família.[3]

[3] José Murilo de Carvalho (2006, p. 160) informa sobre o conselheiro Albino: "brasileiro de

As informações sobre as origens familiares de Seabra são menos conhecidas. Sabe-se que seu pai, que também se chamava José Joaquim Seabra, era funcionário da Alfândega da Bahia, cargo provavelmente obtido através de contatos sociais ou políticos. O nome do pai de Seabra aparece em uma lista de acionistas da primeira ferrovia que se construiu na província, a Bahia and São Francisco Railway. (SOUZA, 2007, p. 16) Com 30 ações, das 5 mil colocadas à venda em Salvador em 1858 (a maior parte do capital da ferrovia era negociada em Londres), ele era provavelmente apenas um dos pequenos acionistas da companhia. A mãe de Seabra, que tinha o nome de solteira Leopoldina Alves Barbosa, era irmã do contra-almirante Manuel José Alves Barbosa, futuro ministro da Marinha na República.

O biógrafo seabrista Francisco Borges de Barros (1931) diz que Seabra foi um "estudante pobre" em Recife, o que sugere uma origem familiar socialmente desfavorável. Isso não é inteiramente verdadeiro. Embora desprovidos de fortuna, e, eventualmente, em dificuldades financeiras, tanto Seabra como Rui dispunham de certo *capital social*, como sugere Bourdieu (2005), ou seja, tinham relações de parentesco ou afinidade com pessoas dos altos escalões sociais e políticos. Os dados disponíveis indicam que os contatos de Seabra eram mais restritos do que os de Rui. De qualquer forma, para ampliar suas credenciais de acesso, ambos deveriam seguir a trilha conhecida por todos: formação superior, preferencialmente em Direito, atuação na advocacia e no jornalismo, associação com um chefe estabelecido.

Após estudar no conceituado ginásio de Abílio César Borges, onde foi colega de Castro Alves, Rui ingressou na Faculdade de Direito de Recife em 1866. Transferiu-se no meio do curso para a outra única faculdade de Direito existente no país em São Paulo. A transferência de alunos entre

origens modestas, chegou ao topo da carreira à sombra de um casamento que o ligou às mais ricas famílias e aos mais importantes políticos do Rio de Janeiro e de São Paulo, tanto liberais como conservadores. O casamento não só o fez dono de fazendas de café, como também lhe facilitou promoções e transferências vantajosas".

os dois cursos não era incomum e, no caso de Rui, deveu-se principalmente à indignação por uma nota que considerou injusta[4]. Durante o curso, concluído em 1870, Rui atuou no jornalismo, envolveu-se com a maçonaria e com o movimento abolicionista. Em São Paulo, foi novamente colega de Castro Alves, do futuro barão do Rio Branco e de dois futuros presidentes da República, Afonso Pena e Rodrigues Alves, entre outros.

Seabra fez os estudos preparatórios nos colégios de Guilherme Rebello e de Urbano Monte, em Salvador. Não chegou a ser colega de Rui na faculdade de Direito de Recife, na qual ingressou em 1873. Permaneceu nessa faculdade, não apenas durante o curso, mas também como professor. Quanto ao desempenho acadêmico de Seabra, vários biógrafos reproduzem a história de que ele teria sido o primeiro aluno aprovado com distinção em todos os anos do curso, sendo por isso agraciado com um prêmio. (BARROS, 1931; SANTOS, E., 1990) Essa história foi narrada pelo próprio Seabra, ao fim da vida, em entrevista à revista *Diretrizes* (1942). Dados obtidos por Renato Berbert de Castro (1990) no acervo da faculdade revelam, porém, que ele não obteve distinção no primeiro e no terceiro anos do curso, portanto não teve distinção em *todos* os anos. Por outro lado, esse autor encontrou referências a um prêmio concedido ao aluno Seabra em 1877, ano de sua formatura, mas não esclareceu sua motivação.

Como Rui, Seabra participou ativamente do ambiente acadêmico à sua volta, e também da vida boêmia pernambucana. Imediatamente após a formatura, foi nomeado promotor público em Salvador, o que sugere bons contatos sociais e políticos. Em 1878, casou-se com Amélia Benvinda de Freitas, filha do Dr. José Antônio de Freitas, em cerimônia celebrada pelo arcebispo da Bahia, D. Joaquim Gonçalves de Azevedo, tendo como testemunhas o barão Homem de Melo, então presidente da província, e José Luís de Almeida Couto, que governaria a Bahia por dois

[4] Rui teve vários infortúnios nos primeiros anos do curso: divergências entre seu pai e o tio Luís Antônio, a morte da mãe, e sérios problemas de saúde ("congestão cerebral"). A nota medíocre dada por um professor, por critérios que considerou injustos, foi a gota d'água para a transferência para São Paulo. (VIANA FILHO, 2008, p. 56)

períodos. (CASTRO, 1990) O casamento era uma forma importante de firmar prestígio social, e a presença daqueles homens ilustres evidencia, mais uma vez, as conexões de Seabra com o alto escalão da política provincial.

Rui Barbosa casou-se, em 1876, com Maria Augusta Viana Bandeira, namoro estimulado pelo conselheiro Souto, amigo de ambos. Os biógrafos costumam salientar o fato de que a noiva não tinha fortuna, era uma "moça pobre", filha de "modesto funcionário público", como a garantir que Rui, contrariando o comportamento comum à época, casou-se por amor, não por interesse político ou financeiro. Deixando de lado questões amorosas, afirmar que Maria Augusta era "pobre" pode levar a uma compreensão equivocada de sua posição social. Ela vinha de família tradicional, com parentes bem colocados na sociedade, embora sua situação financeira fosse apenas remediada, como a do noivo[5].

Antes do casamento, Rui foi para o Rio de Janeiro para tentar acumular algum capital, pois seu pai faleceu deixando grande dívida. Mais uma vez, o apoio dos amigos importantes foi essencial: o conselheiro Souto emprestou-lhe dinheiro para a viagem e o conselheiro Dantas deu-lhe cartas de apresentação para políticos na Corte. Nos primeiros tempos, Rui ficou instalado em um cômodo do palacete do conselheiro Albino, seu parente. (VIANA FILHO, 2008, p. 113-115) Mesmo para um jovem de grande talento, como Rui, seria provavelmente impossível conquistar um espaço na política, advocacia ou jornalismo – os três campos eram, muitas vezes, sobrepostos – sem essas recomendações e apoios.

A inserção de Rui na política imperial foi mais bem sucedida do que a de Seabra. Dentre seus contatos no mundo político, o mais importante era o conselheiro Manuel de Sousa Dantas, chefe do Partido Liberal na Bahia e antigo amigo de seu pai. A relação de Rui com

[5] Segundo Luís Viana Filho (2008, p. 108), Maria Augusta pertencia à família Ferreira Bandeira. Tinha parentes ricos, alguns com títulos de nobreza, mas seu pai descendia da parte "pobre" da família. Ela permaneceu casada com Rui por toda a vida. Com a ascensão social do marido, tornou-se referência de elegância no Rio de Janeiro. O casamento de Seabra não teve desfecho semelhante. Em uma atitude pouco comum, o casal Amélia e Seabra se separou, embora não oficialmente. Um dos irmãos de Amélia, José Augusto de Freitas, era aliado de Seabra no início da carreira, tornando-se mais tarde seu adversário ferrenho.

o conselheiro Dantas e seu filho Rodolfo era quase familiar. Em 1873, por exemplo, quando eles foram à França para tratamento de saúde, o enfermiço Rui foi convidado a acompanhá-los. Era sua primeira visita à Europa e ele se encantou com Paris. (VIANA FILHO, 2008, p. 88, 93) Na firma de advocacia dos Dantas, em Salvador, Rui iniciou sua atividade profissional. Trabalhou também no jornal da família, o Diário da Bahia, porta-voz do Partido Liberal na província. Em 1878, amparado nesses apoios, obteve seu primeiro mandato de deputado provincial na Bahia e, no ano seguinte, foi promovido a deputado geral, sempre pelo Partido Liberal, então no poder.

De volta à Corte, o deputado Rui não demorou a chamar a atenção, com sua habilidade para o debate e a capacidade de enfrentar oradores famosos. Destacou-se, especialmente, na redação e defesa do chamado *Projeto Dantas* (1884), proposto no gabinete do seu padrinho político. Esse projeto previa a emancipação dos escravos maiores de 60 anos e obrigava os senhores a declarar a procedência dos cativos, em uma tentativa de fazer valer a Lei Feijó, de 1831[6]. Segundo João Felipe Gonçalves (2000b, p. 43), a proposta era considerada tímida por muitos abolicionistas, mas ameaçadora pelos escravocratas, que chegaram a chamar Rui de "comunista" na Câmara dos Deputados. A reação negativa, somada a incompatibilidades no Partido Liberal baiano, inclusive com o tio Luís Antônio, renderam a Rui uma derrota na tentativa de reeleição ao fim de 1884. Paradoxalmente, no mesmo ano, havia recebido de D. Pedro II o título de co*nselheiro*.

As dificuldades se intensificaram nos anos seguintes, e Rui não conseguiu mais eleger-se até o fim do Império. Sofreu três derrotas seguidas: em janeiro de 1886, junho de 1888 e agosto de 1889. Para Gonçalves (2000b, p. 48), formou-se um ciclo: o fechamento dos canais políticos levava Rui

[6] A Lei Feijó foi uma tentativa de extinguir o tráfico negreiro. Ela declarava livres os africanos trazidos a partir de então para o Brasil. Se, em 1884, os senhores fossem obrigados a declarar a procedência dos seus cativos, como queriam Rui e Dantas, ficaria provado que grande parte deles era legalmente livre, pois havia chegado ao país depois de 1831. Por isso, a proposta era considerada perigosa pelos senhores. Para os que desejavam a abolição imediata, porém, a medida era apenas mais um passo gradual no longo processo de extinção da escravidão no Brasil.

a radicalizar suas críticas, o que contribuía para reduzir suas chances eleitorais, já diminuídas pelo fato de o Partido Liberal estar fora do poder. Em agosto de 1889, com o retorno do partido (gabinete do visconde de Ouro Preto), Rui viu a possibilidade, não só de voltar ao Parlamento, mas, ainda, de alcançar um cargo de ministro. Porém, seus planos foram totalmente frustrados. Segundo a versão do próprio Rui, ele teve que recusar o convite para o ministério porque Ouro Preto não garantiu a implantação do federalismo, sua bandeira na época. Outros relatos indicam que ele não foi convidado para ser ministro, o que, diante da expectativa criada, equivalia a uma exclusão acintosa. Para piorar, sequer foi incluído na chapa baiana de candidatos liberais para o Parlamento, apesar dos esforços do conselheiro Dantas. Seu partido havia retornado ao poder, mas as perspectivas políticas de Rui eram mais sombrias do que nunca.

A retórica agressiva que vinha adotando, e que lhe causava prejuízos políticos, impulsionava, por outro lado, sua carreira jornalística. Na imprensa, Rui atuava através de "campanhas", ou seja, dedicava toda sua atenção a um determinado tema por um período, assumia uma posição e colocava seu talento a serviço da polêmica. A campanha que desencadeou no *Diário de Notícias* (RJ) contra o gabinete liberal de Ouro Preto é considerada um dos pontos altos de sua carreira jornalística. Até então, o monarquista Rui nunca havia direcionado suas críticas ao regime em si. Em 1889, admitiu, pela primeira vez, a adesão à República, caso a monarquia não implantasse o federalismo. Dessa forma, aproximou-se dos republicanos. Convidado, poucos dias antes, para participar da conspiração que derrubou a monarquia, Rui se tornou, após o 15 de novembro, uma das figuras centrais do novo regime.

O percurso de Seabra na política imperial foi bem diverso. Após a formatura, como já dito, ele foi nomeado promotor em Salvador, mas não se demorou no cargo. Logo, voltou a Recife para estudar por mais um ano, a fim de obter o grau de doutor. Em 1879, participou de um concurso para professor substituto que ficou famoso, referido por seus biógrafos

como exemplar, não só de sua capacidade intelectual, como também de sua ousadia[7]. Convencido de que havia sido o melhor candidato, Seabra não se conformou com o terceiro lugar. Foi ao Rio de Janeiro para, em meio à audiência pública semanal do imperador Pedro II, pedir a revisão do resultado. Com o processo deferido a seu favor, foi empossado como professor substituto em 1880. Tornou-se catedrático seis anos depois. Além de prestigiosa, a cátedra deu a Seabra uma fonte de renda estável, que o sustentaria nos revezes da política. Mesmo após se afastar da sala de aula, ele continuou ligado à faculdade e recebendo os proventos durante toda a vida.

Estabelecido como professor e advogado em Recife, o jovem Seabra buscava uma oportunidade de ingressar na política. Escreveu cartas a alguns chefes do Partido Conservador baiano, como o conselheiro Saraiva, visconde de Paranaguá, barão de Cotegipe, entre outros, pedindo para ser incluído na chapa de candidatos do partido, sem sucesso. (CASTRO, 1990) Em agosto de 1889, após ser novamente excluído, resolveu concorrer como candidato avulso, naquela que seria a última eleição do Império. Proferiu dez conferências públicas em diversos bairros de Salvador – como Rui, sua principal bandeira era o federalismo – mas foi derrotado. O acesso ao sistema político parecia fechado para Seabra, pois ele não conseguia ser incluído na chapa dos partidos oficiais, nem se eleger de forma independente.

Em meio à efervescência da instalação da República, sua sorte mudou. Monarquista até então, a ponto de ter participado de uma homenagem ao Conde D´Eu em Recife ainda em 1889, Seabra aceitou sem problemas o novo regime. Quatro dias após a proclamação, já assinava na faculdade uma moção de apoio à República. Em 1890, proferiu "conferências republicanas" no interior da Bahia, em campanha por uma vaga na nova Assembleia Constituinte. Sua conversão não foi bem aceita por todos: em Vila Nova (atual Senhor do Bonfim), ele foi hostilizado por engenhei-

[7] Esse concurso é narrado com diferentes nuances heroicas pelos biógrafos seabristas (BARROS, 1931; MORAIS FILHO, 1905) e pelo próprio Seabra, em entrevista à revista *Diretrizes* (1942). A versão aqui registrada é baseada no relato de Renato Berbert de Castro (1990).

ros da ferrovia que duvidavam de suas convicções republicanas, mas foi defendido por José Gonçalves da Silva, chefe local e futuro governador da Bahia. Pela forma como foi recebido nessas cidades, com filarmônica e festas, Seabra mostrava já ter algum contato com potentados locais, juízes ou promotores. Na primeira eleição da República, conseguiu o que nunca havia obtido no Império: em fins de 1890, embarcava para o Rio de Janeiro para tomar posse como deputado federal. (CASTRO, 1990)

O ingresso de Seabra na nascente política republicana parece ter sido facilitado pela dificuldade com que a elite baiana, profundamente ligada à monarquia, recebeu a mudança de regime. Na Bahia, o movimento republicano nunca alcançou a dimensão que teve em São Paulo, onde os ideais de liberalismo e federalismo atraíam cafeicultores interessados em maior autonomia para a província e seus negócios. Ao contrário, a República trazia para as elites baianas a perspectiva de redução do poder político e de graves prejuízos econômicos: no caso dos barões do açúcar, a possibilidade de suspensão de benefícios fiscais concedidos ao fim do Império. (SAMPAIO, 1998) Assim, na Bahia, o movimento republicano atraiu, principalmente, elementos não integrados ao sistema político provincial, como estudantes de Medicina e alguns professores. (ARAÚJO, 1992) Os chefes estabelecidos mantiveram-se fiéis ao trono enquanto puderam, e a Bahia foi a última província a aderir oficialmente ao novo regime.

Referências culturais: tradição e inovação

Rui Barbosa e José Joaquim Seabra circulavam no mesmo universo social. Ambos nasceram, foram educados e começaram a atuar profissional e politicamente ainda no Império. Rui tinha 40 anos de idade na transição republicana, e Seabra, 34. Eram homens adultos, que conviveram plenamente com a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, com seus valores, normas de conduta e hierarquias, inclusive com

o estatuto da escravidão. Ambos vivenciaram essa realidade a partir de uma posição inicial bem semelhante: eram baianos de Salvador, oriundos de famílias urbanas, sem terras ou grandes fortunas, possuidores de escravos domésticos, dotados de bons vínculos sociais, formados em Direito e dispostos a participar ativamente do sistema político imperial[8].

No entanto, quando Rui e Seabra iniciaram suas vidas adultas (pode-se tomar como marco o ingresso no ensino superior, respectivamente em 1866 e 1873), o sistema imperial enfrentava uma profunda crise. Mudanças estruturais na sociedade brasileira, inerentes ao próprio processo de declínio do modelo escravista e de inserção no novo panorama mundial, aliadas à conjuntura política nacional e à difusão de certas doutrinas estrangeiras, deram origem a um movimento de contestação às bases da ordem monárquica.

Associações abolicionistas, republicanas, positivistas, federalistas, entre outras, multiplicaram-se pelo país nas décadas de 1870 e 1880. Eram formadas, em sua maioria, por jovens letrados que não estavam encontrando espaços de atuação no regime. Como analisa Ângela Alonso (2002), em reação ao sistema que os empurrava para a margem, esses jovens buscaram subsídios para contestar o regime e suas tradições – daí o grande sucesso de certas teorias que se difundiram nessa época, como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social, entre outras. Elas traziam, apesar de suas especificidades, a perspectiva de uma sociedade moderna, racional, científica, livre das amarras da velha ordem saquarema.

Rui Barbosa e Seabra eram jovens sem futuro garantido, já que não possuíam recursos próprios. Ambos tiveram dificuldades de inserção na política imperial. Encaixavam-se, pois, no perfil da Geração de 1870, como os contestadores ficaram coletivamente conhecidos. Porém, a relação dos dois baianos com esses grupos teve características distintas.

---

[8] Rui Barbosa alforriou sua última escrava doméstica (a "crioula" Lia, herdada dos pais) em 1º de junho de 1884, cinco dias antes da posse do gabinete Dantas, que viria a tratar da questão da escravidão. (VIANA FILHO, 2008, p. 203) Quanto a Seabra, os dados são sempre incompletos, mas sabe-se que possuía ao menos uma escrava doméstica, chamada Paulina, em 1883, conforme registros de embarque citados por Renato Berbert de Castro (1990).

Rui era um dos membros mais destacados de uma dissidência do Partido Liberal conhecida como os "novos liberais". Esse grupo era formado majoritariamente por descendentes e apadrinhados de chefes estabelecidos do Partido Liberal, que amargavam as dificuldades de entrar na política em uma quadra de domínio do Partido Conservador (o próprio Rui demorou oito anos, depois da formatura, para conseguir seu primeiro mandato). Era uma situação diferente, por exemplo, da vivida pelos jovens das escolas técnicas, filhos de famílias de menores recursos e virtualmente excluídos da política imperial até então. No caso dos "novos liberais", a marginalização era mais branda e temporária. Por isso mesmo, esse foi o único grupo dos contestadores de 1870 que permaneceu monarquista. Sem aderir ao republicanismo, os "novos liberais" exigiam urgência nas reformas que levariam o Brasil ao nível dos países *civilizados*. A extinção da escravidão era considerada a principal medida nesse sentido. (ALONSO, 2002)

Nas primeiras décadas do século XIX, conforme Alfredo Bosi (1988), a concepção predominante do liberalismo imperial, não só admitia a escravidão, como ainda usava princípios do *laissez-faire* econômico para justificá-la: defendia-se a liberdade de ter escravos e a não interferência do Estado nesses assuntos. Ao fim do século, o quadro se alterou. Os "novos liberais" não estavam dispostos a aceitar o que consideravam uma incômoda e vergonhosa evidência do nosso atraso colonial. Na palavra autorizada de Joaquim Nabuco (2008, p. 51), "o sentimento de ser a última nação de escravos humilhava a nossa altivez e emulação de país novo". Ou, como analisa Bosi (1988, p. 31): "o conteúdo concreto da legitimidade, que é o coração dos valores de uma ideologia política, tinha mudado. E o motor dessa transformação fora o ideal civilizado do trabalho livre; não ainda sua necessidade absoluta e imediata, mas o seu valor".

Não admira que muitos desses "novos liberais" tenham se engajado no movimento abolicionista, muito impulsionado no período. É preciso observar, porém, que esse engajamento não implicava no apagamen-

to de suas referências sociais. Sendo, em sua maioria, bacharéis brancos de certa posição, eles tinham uma longa convivência com a escravidão, como senhores. Tendiam, assim, a enfrentar a questão a partir da perspectiva senhorial, mesmo quando lutavam pela abolição. O ideal que os animava era uma sociedade civilizada que protegesse os humildes, não a dissolução radical dos vínculos patriarcais e da ordem constituída. "Os abolicionistas brasileiros inspiravam-se em exemplos científicos ou em noções liberais herdadas dos filósofos iluministas para projetar uma sociedade harmoniosa, porém tão hierárquica e desigual quanto a cultura monárquica que eles respiravam a cada dia". (AZEVEDO, 1995/1996, p. 102)

Não se pretenderá, aqui, fazer uma análise do abolicionismo de Rui Barbosa, tema já abordado por outros autores. É certo que seu abolicionismo carregava as marcas de sua posição social e de suas vinculações políticas, bem como dos seus ideais humanistas e liberais, o que resultava em posições complexas e, eventualmente, contraditórias. Um exemplo é sua abordagem do papel que os escravos desempenharam na campanha abolicionista. Em alguns textos de 1889 (BARBOSA, 1889, v. 16, t. 2), preocupado em evitar que a abolição se convertesse em um perigo para a estabilidade social, Rui convocou os homens esclarecidos a conduzirem a "raça emancipada" e a "raça emancipadora" à harmonia. (ALBUQUERQUE, 2009) Nota-se, na própria construção verbal, a passividade atribuída, não só aos escravos, mas aos negros em geral (a "raça emancipada"). Porém, em outros textos (BARBOSA, 1889, v. 16, t. 1, p. 33), Rui pôs em relevo o protagonismo dos cativos, em contraponto aos que exaltavam a ação do governo imperial na abolição. Contra o discurso da princesa "redentora", ele destacou o papel ativo dos escravos, através das fugas em massa, e dos soldados do Exército, que se recusaram a recapturá-los.

Seabra também se declarava abolicionista, embora sua postura fosse mais moderada do que a de Rui. Para entender sua posição nessa questão, porém, é preciso antes verificar como ele se situava no cenário agitado dos últimos anos do Império.

Apesar dos dados biográficos incompletos, parece certo que Seabra não herdou um patrimônio político semelhante ao de Rui, que era ligado por antigos laços de família ao Partido Liberal. Sem estar vinculado a nenhum dos partidos e desejoso de ingressar na política, Seabra tentou entrar na agremiação que oferecia maiores probabilidades de ascensão no momento, isto é, no Partido Conservador. Os dados de Renato Berbert de Castro (1990) indicam que ele buscou se aproximar dos chefes conservadores, tanto em Pernambuco como na Bahia. Mesmo na política interna da faculdade de Recife, a aproximação dos conservadores era mais proveitosa: entre 1876 e 1887, época em que Seabra estava concluindo seus estudos e iniciando o magistério, a faculdade foi dirigida pelo senador conservador João Alfredo de Oliveira.

Em 1884, em defesa de um chefe conservador, o conselheiro Machado Portela (professor e ex-diretor da faculdade), Seabra chegou a travar uma polêmica com Joaquim Nabuco. Ocorreu que, em uma conferência, Nabuco disse que o Partido Conservador era escravocrata porque estava adiando a abolição, citando nominalmente Machado Portela. Seabra interrompeu o orador para defender o conselheiro e o partido, sob as vaias da plateia. No dia seguinte, interpelado por um cavalheiro no bonde, o baiano voltou a atacar Nabuco, e ainda aludiu ao boato de que o famoso abolicionista teria vendido os escravos que recebeu de herança, em vez de libertá-los, como era de se esperar. A provável difamação deu origem a uma polêmica nos jornais. Seabra disse que apenas se referiu ao boato, do qual não tinha comprovação, em defesa de Machado Portela. (CASTRO, 1990) Os dados sugerem que sua ligação com esse chefe conservador vinha desde os tempos de estudante. Foi a Machado Portela que Seabra recorreu quando, em seu famoso concurso para professor, não sabia onde encontrar a bibliografia para determinada questão. O conselheiro emprestou-lhe um livro, o qual o candidato estudou com afinco. Segundo o próprio Seabra, na entrevista à revista *Diretrizes* (1942), foi graças a essa ajuda que ele conseguiu

superar os concorrentes. Era esperado, então, que ele defendesse Machado Portela de quaisquer acusações.

O abolicionismo de Seabra era restrito aos limites estabelecidos por seus amigos conservadores, que condicionavam a abolição à indenização dos proprietários. Essa postura lhe rendeu nova polêmica, em Salvador, em janeiro de 1885. O professor de Direito proferiu duas "conferências abolicionistas" na terra natal, defendendo a indenização dos senhores. Além de receber muitos apartes da plateia – coisa que não intimidava Seabra, já que ele apreciava muito uma polêmica – as conferências deram origem a um debate nos jornais. No *Diário de Notícias*, Raimundo Bizarria chamou o palestrante de "pseudoabolicionista". (CASTRO, 1990) De fato, as ações de Seabra trazem todos os indícios de um abolicionismo tardio e de conveniência, adotado no momento em que a causa da escravidão perdera todos os resquícios de legitimidade.

Mas a questão que nos parece fundamental e que emerge das referências disponíveis, é que, diferentemente de Rui, Seabra não se engajou na onda da crítica ao regime. Ao contrário, ele buscou sempre a *inserção* no sistema. Por isso, não pode ser considerado um integrante da Geração de 1870, como movimento político-intelectual.

Essa hipótese se fortalece quando se observa a relação de Seabra com os elementos que se consideravam os "renovadores" dentro da faculdade de Direito pernambucana. Como se sabe, ali estava um dos principais núcleos de difusão das novas doutrinas estrangeiras: o grupo que ficou conhecido como a *Escola de Recife*, liderado por Tobias Barreto e Silvio Romero[9]. Seabra não só não se integrou ao grupo dos "avançados", como também se confrontou diversas vezes com eles, em questões internas da faculdade.

[9] O nome Escola de Recife, apesar de consagrado, é controverso, já que esse grupo nunca se configurou realmente em uma "escola", com programa ou discípulos definidos. Ângela Alonso (2002, p. 134) chega a afirmar que a expressão, inventada por Silvio Romero, "descreve quase exclusivamente as façanhas do próprio Romero e a amplificação dos acanhados feitos de seu 'mestre', Tobias Barreto". Sem entrar no mérito dos feitos de Tobias Barreto e Silvio Romero, o fato é que havia um grupo de alunos e professores articulado em torno deles. Mesmo que o grupo não possa ser considerado uma "escola" intelectual, era um grupo atuante na política interna da faculdade, com o qual Seabra se confrontou.

Em 1882, quando Tobias Barreto disputou uma vaga de professor substituto com o cunhado de Seabra, José Augusto de Freitas, o professor baiano entrou em campanha em favor do parente. Chegou a escrever ao visconde de Paranaguá para, a pretexto de parabenizá-lo pela ascensão à presidência do Conselho de Ministros, fazer-lhe o seguinte pedido enviesado:

> Quisera aqui poder interceder ante V. Exa. por meu cunhado, que entrou em concurso aqui na Faculdade e, apesar da incruenta guerra, foi classificado em 2º lugar [...], estando em 1º um homem que, se pode competir com ele em talento e ilustração, todavia não o pode fazer sob o ponto de vista da moralidade, critério e bom senso, mas não devo fazê-lo, atendendo ao fim único e exclusivo desta, cordialmente cumprimentar V. Exa. (1882 apud CASTRO, 1990)

Os esforços de Seabra não deram resultado e Tobias Barreto foi nomeado professor. Um novo confronto ocorreu em 1883, a propósito da escolha de um representante acadêmico para uma manifestação abolicionista. O escritor Graça Aranha, partidário do grupo de Tobias, comentou o episódio da seguinte forma, em seu livro de memórias:

> O nosso candidato, o poeta Martins Junior, era combatido pelo candidato baiano Filinto Bastos. Este sustentado pelo lente Seabra, naquele tempo o mais desenfreado reacionário dos professores. Nós, os avançados, o detestávamos, e ele não nos poupava. Na eleição tão disputada, a urna foi fraudada. Seguiu-se um tumulto diabólico [...]. Foi redigido um protesto contra a fraude, que se atribuía à inspiração do então jovem Seabra. (1931 apud PAIM, 1966, p. 60-61)

A expressão “desenfreado reacionário” deve ser entendida à luz de seu sentido literal: Seabra estava na *reação* aos que se consideravam *avançados* na faculdade. Mas, o mais revelador dos episódios mencionados parece ser que, mais do que o debate abstrato de qualquer doutrina, interessava a Seabra o fazer concreto da política, tanto externa à facul-

dade quanto interna. Foi para influir na eleição de um aluno baiano que ele, professor, se envolveu na disputa acadêmica a ponto de ser acusado de fraudar uma urna. Se o grupo de Graça Aranha o detestava, outros estudantes tinham dele uma opinião muito favorável.

Voltando às referências culturais, os dados sugerem que nem Seabra nem Rui estavam entre os partidários mais entusiasmados das "novas ideias", como o positivismo de Comte e as teorias de fundo biológico/racial. Rui permaneceu, como se viu, atrelado ao liberalismo imperial, em sua vertente mais progressista. Seabra, ao que tudo indica, também compartilhava do credo liberal, na linha conservadora. Apesar disso, os dois baianos não deixaram de incorporar alguns aspectos dessas doutrinas, pois elas penetraram no cerne do pensamento compartilhado por indivíduos de sua posição social, formação e geração. Essas inovações se articularam a pontos herdados da tradição imperial, como o apego à ordem, o senso de hierarquia e uma visão da política como território do debate entre "chefes", entre os *senhores-cidadãos*, aos quais o restante da população deveria se vincular por relações variadas de dependência. (FERNANDES, 2002)

A ênfase nas ideias de *progresso* e de *civilização* era o ponto principal desse novo panorama. Como assinala Lília Schwarcz (1996, p. 82), "ninguém duvidava do progresso – de um progresso linear e determinado – assim como não se questionava a ideia de que o único modelo de civilização era aquele experimentado pelo Ocidente". A existência de uma linha evolutiva única, encimada pela civilização europeia, servia de argumento para o imperialismo na África e na Ásia, fortemente impulsionado nas últimas décadas do século XIX. Sob a justificativa de levar a civilização a povos *bárbaros*, supostamente *infantis* na escala do desenvolvimento humano, o avanço neocolonialista travestia-se de missão humanitária. (SILVEIRA, 1999)

Os grupos dominantes da sociedade brasileira perseguiam a civilização com todas as forças do corpo e da alma. Quem, afinal, desejava ser classificado entre os *bárbaros*? O país apresentava, porém, uma miríade

de aspectos incompatíveis com o modelo de civilização almejado. Havia a questão da raça, que se imaginava "corrigir" através da imigração. Era preciso também sanear e embelezar as cidades, criar transportes, comunicações e serviços urbanos (ferrovias, navegação a vapor, eletricidade, telégrafos, telefones, bondes, cinema), educar a população, melhorar os costumes, organizar instituições. Urgia modernizar, romper, abrir, destruir os vestígios da antiga colônia, para dar passagem ao novo, belo, arejado e salubre.

A ruptura, contudo, tinha seus limites. Para "progredir", era essencial manter a "ordem", como ensinava a divisa positivista inscrita na bandeira republicana. A preocupação com a estabilidade social era um denominador comum da elite brasileira, no momento em que as velhas regulações da sociedade escravista já não se aplicavam.

Um exemplo: quando a abolição foi finalmente transformada em lei, em 13 de maio de 1888, apenas nove parlamentares votaram contra, enquanto oitenta e três foram favoráveis. Naquela votação, que todos sabiam ser de grande visibilidade histórica, um dos favoráveis foi o deputado baiano José Marcelino de Sousa, do Partido Conservador, futuro governador da Bahia. Apenas quatro meses depois, o mesmo deputado já criticava os meios "bruscos, rápidos e instantâneos" pelos quais se fez a abolição no Brasil e fazia a pergunta fundamental: "Dantes, tínhamos a autoridade do senhor sobre o escravo, era a sujeição que determinava o trabalho; mas, hoje, qual a lei que obriga os libertos e proletários ao trabalho?". (SOUSA, 1949, p. 19)

Essa era uma das questões que homens como Rui e Seabra teriam que enfrentar na República. Antes de tratar da dinâmica republicana, no entanto, será preciso tecer breves considerações sobre a forma como os dois baianos realizaram sua inserção na política nacional, e como isso se relaciona às suas estratégias posteriores de atuação.

Estratégias de atuação política

Rui Barbosa atuou como deputado geral, no Império, por apenas seis anos. A partir de 1884, perdeu todas as eleições que disputou. Apesar disso, em 1889, não somente foi cotado para ser ministro como, após a proclamação da República, era considerado um dos principais homens do novo regime. Como se explica a discrepância entre seu desempenho partidário declinante e sua crescente relevância política?

A explicação reside no fato de que a tribuna parlamentar não era o único espaço de debate político na sociedade brasileira das últimas décadas do Império. Havia a rua, os cafés, os teatros, as associações e, principalmente, a imprensa. (MELLO, 2007) Embora dirigida aos letrados, que constituíam uma parcela reduzida da população, a imprensa conseguia atingir um público bem mais amplo do que o círculo dos conchavos partidários. Para esse público, especialmente para os que não vinham encontrando espaços para ascender no sistema imperial, quanto mais crítica a postura de Rui, quanto mais incisivos seus ataques, mais interessante e destacado ele se tornava. Sua palavra começou a ganhar, assim, um valor diferente. Ele já não era apenas mais um político tentando fazer carreira na Corte. Era Rui Barbosa, o mestre do verbo, manejando com destreza as armas cortantes da retórica e da erudição.

Foi através do jornalismo, portanto, que Rui conseguiu converter a marginalização relativa a que estava submetido em um trampolim para alcançar novos horizontes na política: arriscava, assim, seus primeiros volteios de "águia" em voo solo.

Diferente, quase oposto, foi o caminho traçado por Seabra. Como Rui, ele era desprovido de recursos financeiros e não vinha de família tradicional. Precisava, igualmente, do apoio de chefes estabelecidos. Mas, sem dispor, como Rui, de uma porta aberta no Partido Liberal, Seabra tentou estabelecer relações com elementos prestigiosos do partido que detinha o poder. Sua estratégia de inserção, portanto, foi tentar encontrar

espaços *por dentro* do sistema. Apesar de não ter conseguido sequer um mandato em todo o Império, não se pode dizer que ele tenha fracassado. Afinal, Seabra obteve a cátedra em Recife, posição de muito prestígio, além de um emprego de promotor. Com a instalação da República, soube ser flexível e ágil para conquistar um mandato em meio ao atordoamento que parece ter tomado conta de parte da elite baiana. Dava mostras, assim, de grande capacidade de compreender a dinâmica do poder, como jovem "raposa" política que era.

Essas diferentes estratégias iniciais repercutiram no desenvolvimento político posterior dos dois baianos. No caso de Rui, o impacto de sua palavra jornalística, estendido mais tarde à tribuna do Senado e aos meios jurídicos, favoreceu o surgimento de uma relação especial com os dirigentes baianos na República: uma relação baseada no respeito, na reverência e, às vezes, no temor.

O marco inicial dessa relação foi a proclamação da República, que assinalou a ascensão definitiva de Rui ao primeiro patamar da política nacional. Além de ministro da Fazenda, ele era vice-chefe do governo provisório, com influência notória sobre o chefe, marechal Deodoro da Fonseca. Foi um dos principais formuladores da primeira Constituição republicana e até sugeriu o novo nome oficial do país: Estados Unidos do Brasil. Por influência de Rui, o governo da Bahia foi entregue a Manuel Vitorino, seu antigo colega de Partido Liberal, no lugar do republicano histórico Virgílio Damásio, que já havia assumido o cargo. (SAMPAIO, 1998, p. 59)

Desde esses primeiros momentos, firmou-se uma espécie de entendimento tácito entre Rui e os governantes da Bahia republicana – um entendimento que teve seus momentos de tensão, mas que era geralmente respeitado, ao menos até a ascensão de Seabra. Baseava-se, por um lado, no reconhecimento da autoridade de Rui no plano nacional e na renovação de seu mandato no Senado Federal, sua principal tribuna. Em troca, o senador não interferia na política estadual de forma ostensiva, deixando espaço para os governadores conduzirem seus arranjos.

Os dirigentes baianos reconheciam o brilho do conterrâneo e louvavam suas qualidades, o que também era uma forma de mantê-lo distante da Bahia. Seus poucos afilhados políticos eram incluídos nos partidos governistas, não configurando uma corrente à parte. Rui não tinha nem jornal próprio na Bahia, pré-requisito básico para todo agrupamento político do período. Apesar disso, sua ascendência era grande.

A influência de Rui na política baiana ocorria, basicamente, de duas formas. A primeira era a forma comum: o aproveitamento de sua inserção no primeiro escalão da política nacional, com tudo que isso significava em termos de influência, benefícios, cargos e vantagens. Como político baiano de destaque nacional, era esperado que ele, não só defendesse projetos de interesse da Bahia, ou dos seus aliados na Bahia, como tivesse condições de beneficiar "amigos" baianos na obtenção de vantagens. Era o mundo da "pequena política", que se explorará com mais detalhes no segundo capítulo. Por ora, basta assinalar que Rui era o único baiano com prestígio comparável ao da "constelação de estadistas" baianos do Império. Como estrela solitária no céu da República, ele se tornou um interlocutor fundamental da elite baiana junto ao poder central. Não por acaso, partiram da Bahia mais de 30% do total de pedidos enviados a Rui quando ministro da Fazenda. (CARVALHO, 2000)

A segunda forma de influência de Rui na política baiana era bem menos comum – na verdade, era única. Derivava do peso atribuído nacionalmente à sua palavra, que inibia os dirigentes da política baiana de tomarem qualquer atitude que o contrariasse. A questão é que, mesmo em seus longos períodos de oposição ao governo federal, ele atuava no espaço público com grande visibilidade, nos jornais, no Senado e nos tribunais. Para os políticos dominantes na Bahia, era importante ter Rui como aliado, pois ele era um adversário a temer. O governador Luís Viana expressou claramente esse sentimento, em 1896, ao então correligionário Severino Vieira, que tentava convencê-lo a não renovar o mandato de Rui no Senado, visando agradar ao governo federal. Escreveu Luís Viana:

> O Rui é um baiano, um brasileiro, tão eminente que, sem grave responsabilidade, não poderíamos assumir o compromisso de excluí-lo da representação do país [...].
>
> Receiam o Rui? Ele nos faria mais mal fora do Parlamento. Não se lembra do que se deu por ocasião da exclusão acintosa dele do Ministério Ouro Preto? (VIANA FILHO, 2008, p. 382-383)

Luís Viana lembrava que, em 1889, contrariado em seus planos pelo visconde de Ouro Preto, Rui assestou suas baterias contra o Império, em campanha jornalística memorável, que contribuiu para criar o clima favorável à derrubada do regime. Qual poderia ser o efeito de seu verbo enfurecido contra o grupo que controlava o governo da Bahia? O governador sabia que, mesmo sem estar no auge da popularidade e da força naquele momento, Rui ainda podia contar com a imediata repercussão de suas palavras em todo o país.

Em 1896, com efeito, a situação política de Rui não estava tão lisonjeira como nos primeiros anos da República. Pesava contra ele a memória de sua atuação como ministro da Fazenda, que resultou em forte descontrole inflacionário. Não se discutirá aqui a política econômica que deu origem ao famoso "encilhamento". Basta registrar que, ao sair do ministério, em janeiro de 1891, em meio à demissão coletiva dos ministros de Deodoro, Rui carregava uma marca que jamais o deixaria: a do ministro que provocou o maior surto especulativo vivido no país até então. Além disso, os adversários lançavam suspeitas sobre seu enriquecimento, apontando como evidência de sua "vida de nababo" até o brilho dos vestidos de Maria Augusta, sua esposa. (GONÇALVES, 2000b, p. 78-79; BARBOSA, v. 20, 1893, t. 1, p. 43)

Após a saída do ministério, as relações de Rui com o poder central ficaram tensas. Em 3 de novembro de 1891, ele criticou o marechal Deodoro pelo fechamento do Congresso e, vinte dias depois, apoiou o contragolpe dado pelo vice-presidente Floriano Peixoto. Mas o novo presidente decidiu derrubar todos os governadores deodoristas, inclusive José Gonçalves,

da Bahia, aliado de Rui. O senador baiano não podia aceitar essa interferência. Inicialmente, ele pediu a Floriano que mantivesse seu aliado. Não sendo atendido, partiu para uma feroz oposição. Mostrava-se aí, claramente, a importância da política baiana na atuação nacional de Rui Barbosa. Ninguém podia interferir nos negócios da Bahia sem esperar uma reação sua. (GONÇALVES, 2000b, p. 80)

O Brasil vivia um período de turbulência política. Em abril de 1892, Floriano Peixoto recebeu o "manifesto dos 13 generais", contra sua permanência no cargo. Em represália, os generais foram reformados e foi decretado o estado de sítio. O governo também mandou prender e desterrar manifestantes civis, incluindo alguns parlamentares que participaram de uma manifestação pró-Deodoro. O senador Rui entrou com *habeas corpus* em favor dos desterrados. Ao descrever o infortúnio dos presos, na peça jurídica, narrou a seguinte cena:

> Outro desterrado, senhores juízes, membro do Congresso, lente de uma faculdade jurídica, passou por convícios de tal ordem, que as lágrimas lhe arrasavam os olhos, e a mão, que não podia levantar-se contra os baldoadores seguros da superioridade material, mostrava, como a mais irrefragável das respostas ao insulto, uma cédula de vinte mil réis, soma total da riqueza com que ele partia para o desterro indefinido. (BARBOSA, 1892, v. 19, t. 3)

O homem que partia para o desterro em lágrimas, brandindo uma nota de dinheiro no ar, era o deputado federal J. J. Seabra, que também vinha se batendo contra o florianismo. Nessa época, os dois baianos combatiam lado a lado, e tinham uma relação amistosa, embora não de igual para igual. Era marcante a diferença de importância política entre os dois, que transparece no tom subserviente das cartas de Seabra do período, guardadas no arquivo de Rui (ARB). Diante do prestígio do seu "eminente mestre", Seabra era apenas um iniciante. Mas, um iniciante que não perdia oportunidades de chamar atenção no cenário nacional.

De fato, Seabra estreou na política com todo o ímpeto que o caracterizava. Na sessão solene de instalação da primeira Assembleia Constituinte republicana, foi o primeiro deputado a solicitar a palavra. Manifestou-se para pedir a nomeação de uma comissão para cumprimentar o marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório. A proposta foi aprovada por unanimidade, pois votar contra seria uma desconsideração ostensiva ao *generalíssimo*, embora já existisse uma oposição articulada em torno do vice, Floriano Peixoto. O episódio é indicativo da estratégia que Seabra adotaria repetidamente na República: assumir posições destacadas, através dos seus recursos de oratória e da disposição de se expor sem restrições, firmar alianças nacionais e, através disso, fortalecer sua posição na Bahia. Era uma atuação *por dentro* do poder nacional e, simultaneamente, *a partir de fora*, em relação à política baiana.

Sua aproximação do marechal Deodoro foi logo recompensada. Ainda em 1891, aos 36 anos de idade, Seabra foi nomeado diretor da faculdade de Direito de Recife. Chegou a tomar posse, mas ficou pouco tempo no cargo. Suas aspirações acadêmicas já haviam passado definitivamente ao segundo plano, em relação à política.

Como deputado federal, Seabra apoiou os atos do governo provisório, inclusive a gestão de Rui no ministério da Fazenda e o plano do *encilhamento*. Aplaudiu também outra medida polêmica adotada pelo ministro Rui: a queima de documentos ligados à escravidão, sob o argumento de evitar pedidos de indenização pelos senhores – exatamente o contrário do que Seabra pregou em sua atividade como "abolicionista". O deputado não somente votou a favor da queima, como propôs ao Congresso uma moção de congratulação com o "patriótico Governo Provisório, que acabou de uma vez para sempre com aquilo que era nossa vergonha, a página negra da história do Brasil". A moção foi aprovada, com 83 assinaturas. (BRASIL, 1890/1891, p. 193)

Como deodorista entusiasmado, Seabra se engajou na oposição a Floriano Peixoto, quando este assumiu o poder. Em 1892, participou

da manifestação já mencionada, foi preso e desterrado em uma região inóspita da Amazônia. Não se tratará aqui das aventuras de Seabra no desterro, contadas por seus biógrafos: suas narrativas incluem conspirações de fuga, taperas perdidas na selva, sonhos premonitórios e um episódio de malária que quase matou o deputado baiano. Ao retornar ao Rio de Janeiro, ele continuou na oposição a Floriano Peixoto na Câmara. Naquele momento, portanto, Rui e Seabra ainda atuavam do mesmo lado no cenário nacional. Os dois sofriam as consequências de ser oposição, em um período de grande tensão política.

Após a defesa que fez dos envolvidos na Revolta da Armada, em setembro de 1893, Rui Barbosa foi perseguido pelo florianismo e teve que deixar o país. Depois de idas e vindas, acabou se exilando na Inglaterra. Seabra também se envolveu com o movimento, chegando a embarcar no navio Aquidabã com os rebeldes. Com o fracasso da revolta, refugiou-se no Uruguai. Ao regressarem do exílio, tanto Rui como Seabra teriam que se esforçar para recuperar seu espaço no jogo de poder baiano e nacional.

Esse foi, provavelmente, o momento politicamente mais difícil para Rui na República. Quando seu mandato no Senado expirou, em 1896, alguns dirigentes da Bahia pensaram em não renová-lo, para agradar a Prudente de Morais, sucessor de Floriano. Os aliados do presidente desejavam eliminar Rui do Senado, para evitar que ele se tornasse, mais uma vez, um opositor incômodo. Foram essas as circunstâncias da carta de Severino Vieira a Luís Viana, já citada. Mas, o medo de desagradar Rui foi mais forte do que a vontade de agradar ao presidente. Luís Viana assegurou a eleição de Rui para o Senado, para um novo mandato de oito anos.

No caso de Seabra, a situação era mais difícil. Sua expressão política era infinitamente menor. Ao regressar do exílio, seu primeiro mandato de deputado federal já havia acabado, e ele teve que reassumir a cátedra em Recife. Nas eleições de 1896, buscou apoios para retornar ao Congresso. Mas, ao contrário de Rui, ele não contava com a boa vontade de Luís Viana. Conforme Dunshee de Abranches (1973 apud SANTOS, E.,

1990, p. 27-28), o governador teria dito que a candidatura de Seabra era repelida pelos baianos e que, "só em caso de desespero", o partido dominante adotaria o nome "desse fazedor de conspirações e de revoltas". Como se vê, tanto Rui como Seabra haviam ficado estigmatizados pela atuação na oposição. A exclusão de Seabra também atendia a pedidos do governo federal, especialmente do deputado paulista Francisco Glicério, que era muito influente junto ao novo presidente, Prudente de Morais.

Para furar essa barreira, Seabra recorreu ao tio, almirante Manuel Alves Barbosa, que havia sido designado ministro da Marinha, ao próprio senador Rui Barbosa e a Manuel Vitorino, que havia sido eleito vice-presidente da República. O apoio deste último parece ter sido decisivo. Segundo um relato do juiz Paulo Martins Fontes, em carta ao barão de Jeremoabo (SAMPAIO, 1999, p. 126-127), Vitorino praticamente impôs o nome de Seabra na chapa governista para a Câmara, ao mesmo tempo em que tentava remover Rui do Senado. No tocante a Rui, essa versão contradiz as informações de Luís Viana Filho (2008, p. 380), que informa que Manuel Vitorino defendeu essa candidatura ao lado de seu pai, Luís Viana. Os dois teriam resistido às pressões anti-Rui de Severino Vieira, Prudente de Morais e Francisco Glicério.

É difícil saber que interesse tinha Manuel Vitorino na eleição de Seabra. Pode-se imaginar que os dois tenham firmado algum acordo sobre a atuação do deputado na defesa do governo. Quanto a Rui, tanto o apoio quanto a rejeição de Vitorino são verossímeis. O vice-presidente era amigo de Rui desde o Partido Liberal monárquico. Em 1893, em uma conferência na Bahia, os dois se saudaram como "irmãos". (BARBOSA, v. 20, 1893, t. 1, p. 23) Por outro lado, como membro destacado do novo governo, Manuel Vitorino pode ter buscado contribuir discretamente para a eliminação de um opositor, atendendo ao que desejavam o presidente e seus aliados.

Eleitos, como se viu, com grandes dificuldades, Rui e Seabra seguiram em suas atividades políticas. Rui, como esperado, partiu para a oposição a Prudente de Morais, não somente no Senado, mas também na

imprensa e nos tribunais, advogando em causas contra os interesses do governo. (GONÇALVES, 2000b, p. 96-97) Manteve essa postura também em relação ao presidente seguinte, Campos Sales. Em 1898, fundou um jornal, *A Imprensa*, que se tornou sua tribuna preferencial para atacar o governo, mas o veículo teve dificuldades financeiras e fechou. Apesar do sucesso como jornalista, da repercussão das suas críticas, a vida na oposição era muito difícil. Na Bahia, a situação de Rui permanecia a mesma, embora sua influência provavelmente tenha diminuído com a ascensão de Severino Vieira ao governo em 1900.

Quanto a Seabra, o retorno ao Congresso, em 1896, foi a oportunidade de voltar a se agarrar às engrenagens do poder, apoiando-se nos elementos certos para subir. Eleito contra a vontade do presidente, ele conseguiu retomar a estratégia de se destacar como governista, articulando-se ao grupo que pretendia reduzir a influência de Francisco Glicério no governo. Em maio de 1897, propôs ao Congresso uma moção de congratulações a Prudente pela repressão da revolta da Escola Militar, ocorrida naquele mês. A chamada "moção Seabra" – que teve grande repercussão e ajudou a projetar o nome do deputado baiano – foi uma manobra para revelar as conexões de Glicério com os rebeldes. Sem poder subscrever a moção, pois estava realmente ligado aos *jacobinos* da Escola Militar, Francisco Glicério teve que deixar a liderança do governo. Foi uma vitória do grupo de Seabra, que ampliou seu espaço na base governista.

As relações de Seabra com Prudente de Morais se estreitaram quando o deputado baiano atuou como advogado da família do marechal Bittencourt, ministro da Guerra, morto ao defender o presidente no atentado de novembro de 1897. Seabra acusou os supostos mandantes do crime, inclusive o vice-presidente Manuel Vitorino, que teria se envolvido com os conspiradores para permanecer na Presidência (ele havia assumido o cargo entre novembro de 1896 e março de 1897 quando Prudente se afastara por problemas de saúde). Articulado ao grupo prudentista, Seabra não hesitou em acusar Manuel Vitorino, a quem devia

sua eleição para o Congresso. Sob o pseudônimo *Caneca* (herança da vivência pernambucana), mandou publicar artigos na *Gazeta de Notícias* (RJ), atacando o vice-presidente e o juiz Afonso de Miranda, responsável pelo caso, que excluiu Vitorino do rol de acusados. O tom dos artigos era de confrontação direta:

> Que consciência reta não se achará alarmada e sobressaltada diante do desplante com que o Sr. Afonso de Miranda teve a coragem de vir, lampeiro, afirmar ao Brasil e ao mundo que não encontrou no processo, inquérito e formação de culpa, indícios veementes da criminalidade do homem [Manuel Vitorino] para quem seus amigos já cogitaram de requerer um habeas corpus preventivo, de um homem apontado pela opinião pública como conspirador e co-autor do indigno e infame atentado de 5 de novembro?! [...]
>
> Desde o dia em que o sr. Manuel Vitorino tomou posse do cargo de presidente da República, no impedimento, por moléstia, do dr. Prudente de Morais, que conspira contra o presidente a fim de empolgar o poder, não escolhendo os meios, de modo a concordar com a eliminação dele pela garrucha de Marcelino Bispo. (CANECA, 1898, p. VI-VII)

Seabra prosseguiu na linha entusiasmadamente governista durante o governo de Campos Sales. O presidente, no início do mandato, não simpatizava com o deputado baiano, considerando-o "turbulento, agitador e ignorantão". (SANTOS, E., 1990, p. 30-32) Pouco depois, ele já assumia o importante cargo de líder do governo na Câmara, destacando-se na defesa do empréstimo do tipo *funding loan*. Foi reeleito em 1899, sem dificuldades. Com apoio de Campos Sales, Seabra conseguiu ser nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores, no mandato do novo presidente Rodrigues Alves, que se iniciou em 1902. O ministério foi a porta de entrada para Seabra ingressar no primeiro escalão da política brasileira, e o impulsionador de sua primeira tentativa de estabelecer um projeto de domínio político da Bahia.

Coincidentemente, a gestão de Rodrigues Alves também assinalou uma importante inflexão na trajetória de Rui Barbosa. Desde a saída do ministério de Deodoro, ele havia feito oposição a todos os presidentes republicanos. O próprio nome de Rui já estava simbolicamente vinculado à ideia de oposição, de crítica, como assinala Gonçalves (2000b, p. 107). Porém, a continuação dessa atitude vinha colocando em risco sua sobrevivência política. Até mesmo o mandato de senador pela Bahia já havia sido ameaçado, e Rui não pretendia resumir a ele sua atividade. Suas ações indicam que ele desejava atingir a presidência da República, onde poderia colocar suas ideias em prática. A atitude de eterno opositor tornaria esse projeto inviável. Por tudo isso, em 1902, Rui decidiu apoiar a presidência de Rodrigues Alves, seu antigo colega de faculdade. A adesão foi formalizada em um "verdadeiro ritual de passagem", descrito por João Felipe Gonçalves:

> O ritual se deu em 22 de abril de 1903, quando Rui presidiu um banquete oferecido a Pinheiro Machado, vice-presidente do Senado e agente fundamental do poder oligárquico. Também tocou a Rui fazer o brinde de honra a Rodrigues Alves, instituindo ritualmente sua adesão ao governo. Seu discurso reforçava a nova posição: afirmou que os mesmos 'princípios de liberdade e justiça, de legalidade e democracia' que tinham sustentado sua oposição levavam-no agora a apoiar o novo presidente. Rui dizia ver nele as promessas da 'recomposição moral do regime'. Por isso, assegurava: 'O meu apoio é como minha oposição: sem rodeios'. (GONÇALVES, 2000b, p. 107-108)

Ao lado de Pinheiro Machado, o senador baiano agora iria atuar também *por dentro* do regime, articulando as forças estaduais que sustentavam a República. Dentre essas forças, estava a de sua terra natal, então governada por Severino Vieira e prestes a sofrer as investidas do ministro Seabra. Esses dois elementos políticos ameaçavam atrapalhar a relação consagrada de Rui com o situacionismo baiano, justamente quando o senador precisava de aliados fiéis para seu projeto presidencial. Mas, para compreender

como essas forças se conjugavam, será preciso olhar mais de perto como se processava a dinâmica política da Bahia republicana, o que também ajudará a entender outras características da atuação de Rui e Seabra.

A ARENA E AS REGRAS

A Bahia de Rui e Seabra

A República inaugurou uma nova dinâmica política no Brasil. A antiga tensão entre centralização e poder local, presente desde a colônia, expressou-se, então, na adoção de um modelo de federalismo articulado principalmente em torno das províncias, transformadas em *estados*. Aprofundava-se uma tendência, visível desde o Ato Adicional (1834), de submissão do poder local a um arranjo político regionalizado, processo intensificado com a extinção dos mecanismos centralizadores do Império (partidos nacionais, nomeação dos presidentes de província, Poder Moderador).[1] O federalismo resultou no fortalecimento dos grupos que dominavam o poder estadual, que se tornaram atores fundamentais do jogo político nacional.[2]

[1] Sobre o processo de fortalecimento das elites provinciais, mesmo na vigência das medidas centralizadoras do Império a partir de 1840, ver Dolhnikoff (2003). Acerca da persistente tensão entre centralismo e regionalismo no Brasil, ver os estudos de Israel Pinheiro.

[2] A visão do federalismo republicano adotada neste trabalho apoia-se nos estudos de Cláudia Viscardi (2001), que renovaram a compreensão do jogo político na Primeira República. A autora questionou a antiga tese de uma aliança estável e duradoura entre São Paulo e Minas Gerais (a "política do café com leite") chamando a atenção para a complexidade dos arranjos políticos do período. Nesse novo panorama, aparecem como atores principais, não

Muito cedo, os baianos perceberam que estavam em desvantagem nesse novo jogo. Não que a Bahia não tivesse relevância política na República. Com a segunda maior bancada do Congresso (menor apenas do que a de Minas Gerais e igual à de São Paulo) e o peso da antiga tradição, os dirigentes estaduais ainda tinham um espaço importante nas negociações nacionais. Porém, em comparação com a situação privilegiada do Império, era evidente o declínio.

Ao longo das quatro décadas da Primeira República, a Bahia teve apenas um representante na presidência, e ainda assim, de forma temporária: Manuel Vitorino, que assumiu o cargo por motivo de doença do titular, Prudente de Morais. Somente em 1930, outro baiano (Vital Soares) seria elevado novamente à vice-presidência, mas não tomaria posse devido à revolução ocorrida naquele ano. Nos ministérios republicanos, a presença da Bahia foi discreta, em comparação ao Império: entre 1889 e 1930, apenas treze baianos foram nomeados ministros (Tabela 1), sendo seis militares em pastas relacionadas à defesa e às relações exteriores. Dentre os ministros civis, cuja escolha refletia mais claramente o poder estadual (já que a escolha dos militares atendia também a questões internas da corporação), dois foram interinos. Restam cinco nomes: Rui Barbosa, Seabra, Severino Vieira, Miguel Calmon e Otávio Mangabeira, que exerceram influência nacional nas primeiras décadas republicanas.

---

somente os estados mais poderosos (São Paulo, Minas Gerais, mas também Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro), como ainda outros agentes dotados de certa autonomia, como o Exército e o próprio Estado Nacional.

Tabela 1 - Ministros baianos na Primeira República (1889-1930)

PERÍODO	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	MINISTROS BAIANOS	PERMANÊNCIA**	PASTA
15/11/1889 a 25/02/1891	Deodoro da Fonseca*(AL)	Rui Barbosa*(BA)	Rui Barbosa	15.11.1889 a 21.01.1891	Fazenda
25.02.1891 a 23.11.1891	Deodoro da Fonseca (AL)	Floriano Peixoto	-------	-------	-------
23.11.1891 a 15.11.1894	Floriano Peixoto (AL)	-------	Custódio de Melo (almirante)	23.11.1891 a 30.04.1893	Marinha, Guerra, Relações Exteriores (interino)
			Francisco José Coelho Neto (vice-alm.)	05.01.1894 a 26.06.1894	Marinha
15/11/1894 a 15/11/1898	Prudente de Morais (SP)	Manuel Vitorino (BA)	Dionísio de Castro Cerqueira (general)	01.09.1896 a 15.11.1898	Relações Exteriores, Guerra, Viação e Obras Públicas (interino)
			Antônio Augusto da Silva (interino)	08.03.1902 a 15.11.1902	Indústria, Viação e Obras Públicas
			Carlos Baltazar da Silveira (almirante)	15.11.1898 a 19.08.1899	Marinha
15/11/1898 a 15/11/1902	Campos Sales (SP)	Rosa e Silva (PE)	Severino Vieira	15.11.1898 a 27.01.1900	Indústria, Viação e Obras Públicas
			Antônio Augusto da Silva (interino)	08.03.1902 a 15.11.1902	Indústria, Viação e Obras Públicas
			Carlos Baltazar da Silveira (almirante)	15.11.1898 a 19.08.1899	Marinha
15/11/1902 a 15/11/1906	Rodrigues Alves (SP)	Afonso Pena (MG)	J. J. Seabra	15.11.1902 a 28.05.1906	Justiça e Negócios Interiores, Relações Exteriores (interino)
			Félix Gaspar de Barros e Almeida	28.05.1906 a 15.11.1906	Justiça e Negócios Interiores
			Francisco de Paula Argolo (marechal)	15.11.1902 a 15.11.1906	Guerra
15/11/1906 a 14/06/1909	Afonso Pena (MG)	Nilo Peçanha (RJ)	Miguel Calmon	15.11.1906 a 14.06.1909	Indústria, Viação e Obras Públicas
14/06/1909 a 15/11/1910	Nilo Peçanha (RJ)	-------	Miguel Calmon	14.06.1909 a 18.07.1909	Indústria, Viação e Obras Públicas
15/11/1910 a 15/11/1914	Hermes da Fonseca (RS)	Wenceslau Brás (MG)	J. J. Seabra	15.11.1910 a 26.01.1912	Viação e Obras Públicas
15/11/1914 a 15/11/1918	Wenceslau Brás (MG)	Urbano Santos (MA)	-------	-------	-------
15/11/1918 a 28/07/1919	Delfim Moreira*** (MG)	-------	-------	-------	-------
28/071919 a 15/11/1922	Epitácio Pessoa (PB)	Bueno de Paiva (MG)	-------	-------	-------
15/111922 a 15/11/1926	Artur Bernardes (MG)	Estácio Coimbra (PE)	Miguel Calmon	16.11.1922 a 15.11.1926	Agricultura, Indústria e Comércio
15/11/1926 a 24/10/1930	Washington Luís (MG)	Fernando de Melo Viana (MG)	Otávio Mangabeira	15.11.1926 a 24.10.1930	Relações Exteriores

Fonte: Tabela elaborada com dados do site da Presidência da República: www.presidencia.gov.br.

* Deodoro da Fonseca e Rui Barbosa, no período inicial da República, não tinham o cargo de presidente e vice-presidente, mas de chefe e vice-chefe do governo provisório.

** Quando o ministro ocupar mais de uma pasta, o tempo de permanência refere-se ao início e fim de sua participação no ministério, sem discriminar por pasta.

*** O vice-presidente Delfim Moreira assumiu o cargo até a realização de novas eleições porque o presidente eleito Rodrigues Alves faleceu antes da posse.

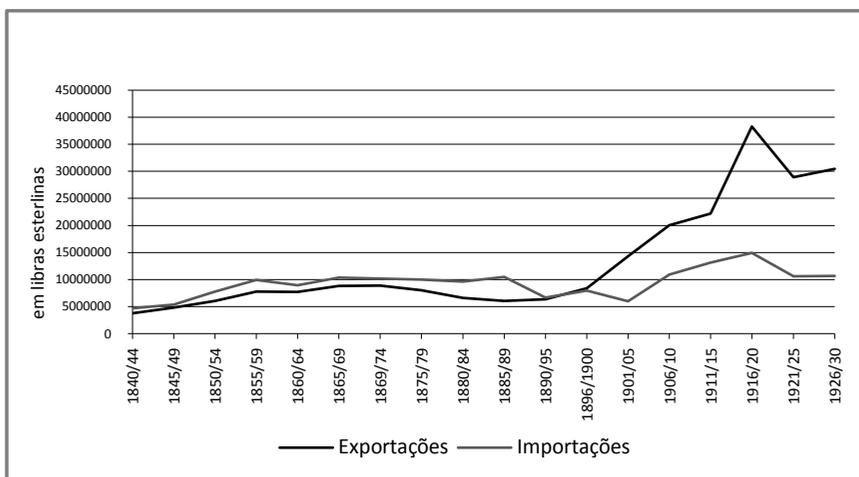
Gráfico 1. Comércio Exterior da Bahia (1840-1930)

Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados de FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS, 1980, p. 113 (tabelas 5 e 6).

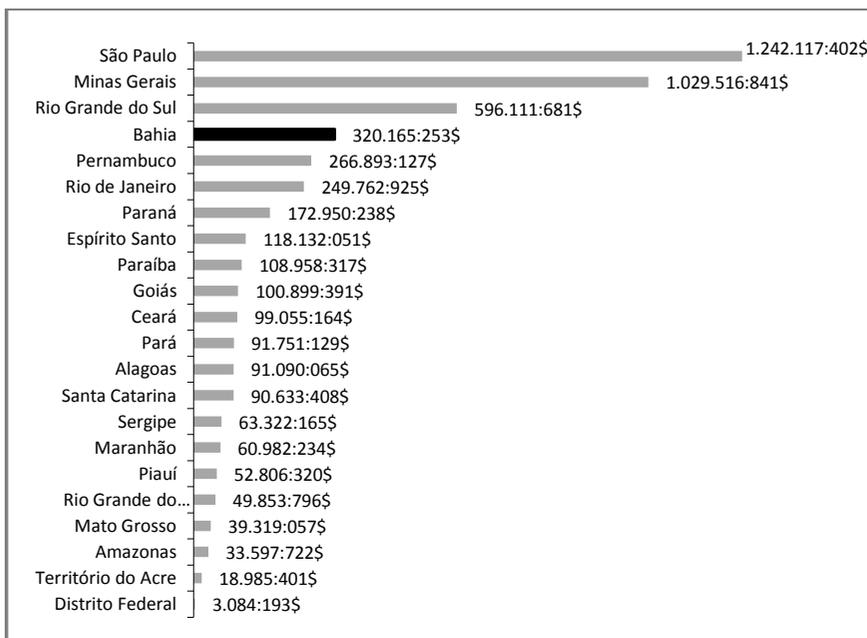
Gráfico 2. Valor da Produção Agrícola em 1920 (em mil réis)

Fonte: BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Censo de 1920. v. 5, p. 139.

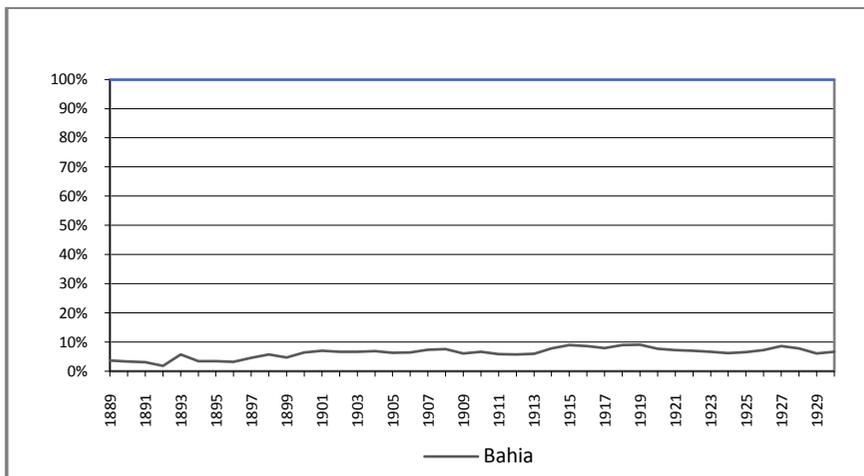
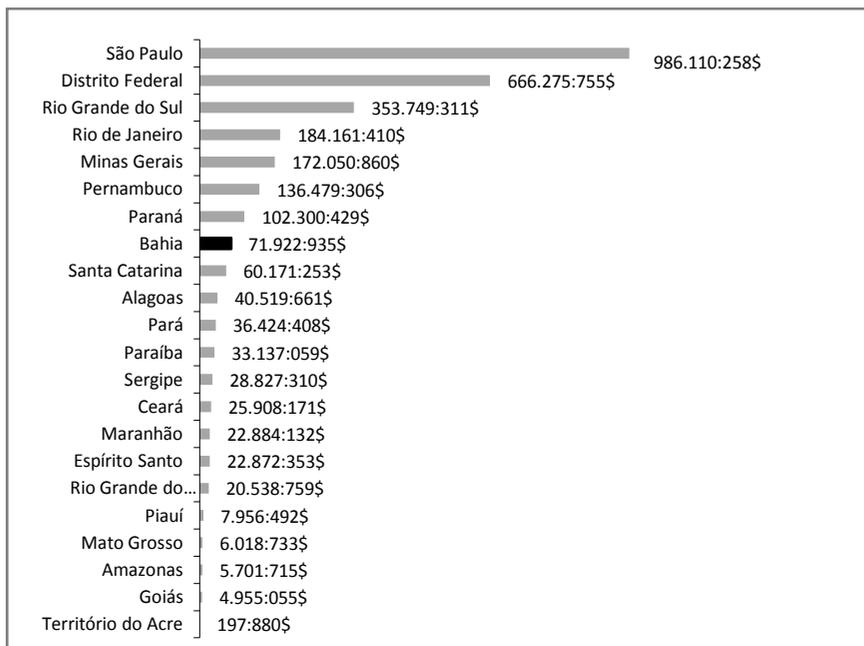
Gráfico 3. Participação da Bahia nas Exportações Brasileiras (1889-1930)

Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados de FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS, 1980, p. 121 (tabela 17).

Gráfico 4. Valor da Produção Industrial em 1920 (em mil réis)

Fonte: BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Censo de 1920, v. 4, p. 54.

Em termos econômicos, apesar do grande sucesso do cacau, que contribuiu para o aumento das exportações em relação ao Império (Gráfico 1), a Bahia não podia se comparar à pujança dos estados cafeeiros. Em média, as exportações baianas contribuíram com apenas 6,72% do valor total das exportações brasileiras no período, atingindo o máximo de 9,95% em 1919 (Gráfico 3). Considerando-se que a exportação de produtos tropicais era o principal norteador da economia brasileira, entende-se que o peso econômico da Bahia era pouco expressivo. Essa avaliação se mantém quando se considera também a produção para consumo interno, o que se fez utilizando dados do censo de 1920. Naquele ano, apesar da produção agrícola da Bahia (incluindo itens de consumo interno, como feijão e gado) ser a quarta mais valiosa do país, seu valor correspondia a pouco mais de 25% da produção paulista (Gráfico 2). No caso da produção industrial, o quadro é ainda mais modesto: a Bahia, pioneira da indústria brasileira no século XIX, aparece no censo de 1920 em um discreto oitavo lugar (Gráfico 4).

A perda de importância política, somada à fragilidade econômica, despertou um sentimento de desconforto nas elites baianas. A Bahia de tantas tradições, mãe do Brasil, celeiro de estadistas, berço da civilização brasileira, era agora humilhada e destratada, considerada terra do atraso, do "já teve". (LEITE, 2005) Esse sentimento perpassa o imaginário político da Bahia republicana. Os governantes sucessivamente prometiam retomar o lugar que pertencia à Bahia "por direito", dentre os grandes estados da Federação brasileira – esse discurso foi especialmente fortalecido durante o período de domínio seabrista.

Na República, ao contrário do que ocorria no Império, os governadores passaram a ser eleitos, o que levou ao desenvolvimento de uma complexa dinâmica política entre os poderosos locais e aqueles que controlavam o governo estadual. Trata-se, em linhas gerais, do quadro desenhado por Vítor Nunes Leal (1997), em seu clássico estudo sobre o *coronelismo*: os mandões locais, ou "coronéis", forneciam os votos que

simbolizavam o controle da população à sua volta e, em troca, os governantes da capital nomeavam gente dos mesmos "coronéis" para os cargos que representavam a presença do Estado nos municípios (polícia, justiça, fisco, escola, entre outros), o que consolidava ainda mais o domínio do "coronel" na localidade.[3]

Ocorre que, em vários municípios, não havia apenas um "coronel", mas vários chefes disputando o poder. Da mesma forma, diversos grupos lutavam pelo controle do governo estadual. Essas forças se compunham em arranjos dinâmicos. A cada eleição, um novo conjunto de forças se sobrepunha às demais, e os derrotados engrossavam as fileiras da oposição.

O alistamento de eleitores, a divisão das seções, a composição das mesas, a elaboração das atas, a apuração, tudo isso se fazia sob as vistas daqueles que controlavam o governo municipal.[4] Os resultados eram enviados à instância competente do Poder Legislativo (municipal, estadual ou federal), que "verificava" os votos e "reconhecia" os eleitos. A possibilidade de mudar os resultados no "reconhecimento" fazia com que os grupos dominantes nos estados e no país não ficassem reféns dos votos produzidos no nível municipal. Caso fosse necessário, os deputados e senadores governistas (que eram sempre maioria, pois o próprio governo os elegia) anulavam a eleição ou modificavam números. Essas "retificações", também chamadas de "degolas", sempre causavam certo desgaste

---

[3] O conceito de "coronel", apesar de sua popularidade, é cercado de divergências na historiografia. (CARVALHO, 1997) No que concerne a este trabalho, entenda-se que se trata de um chefe politicamente ativo no meio rural, com domínio sobre uma territorialidade determinada, na Primeira República. Quando usado nesse sentido, o termo "coronel" será grafado com aspas, para diferenciá-lo do sentido estrito do título da Guarda Nacional. A preocupação se justifica porque nem todos os "coronéis" eram coronéis, e vice-versa. Um exemplo: o alfaiate Israel Ribeiro dos Santos, liderança operária de Salvador, adquiriu um título de coronel para marcar sua ascensão social. Mas, sua atuação política relacionava-se aos trabalhadores urbanos da capital, nada tendo a ver com os "coronéis" do interior. O inverso também ocorria: "coronéis" com título de doutor, por exemplo, mas que exerciam um mando tipicamente coronelista.

[4] A partir de 1916, a apuração dos votos passou a ser feita sob a responsabilidade do juiz instalado no município, o que aumentou o controle do governo estadual, que nomeava os juízes, sobre as eleições. Ainda assim, se um juiz decidisse contrariar o poder local, precisaria estar amparado pela força policial do Estado, em contingente expressivo. Dificilmente, o governo teria condições de proporcionar esse amparo em todos os municípios, durante o processo eleitoral. A maioria dos juízes, assim, simplesmente referendava as decisões tomadas pelo poder local.

político, por isso o mais comum era o acordo entre os grupos dominantes nos três níveis: municipal, estadual e federal.

Apesar da extinção do voto censitário, a riqueza ainda era um critério de cidadania presente na lei. A reforma eleitoral de 1904 (*Lei Rosa e Silva*) estabeleceu que, da comissão de alistamento, deveriam fazer parte obrigatoriamente os maiores contribuintes do município. Os homens mais ricos da região eram, assim, considerados os mais aptos para resolver as questões políticas. Esse mecanismo foi extinto pela reforma de 1916, mas a nova lei criou a obrigação de o eleitor provar que tinha meios de subsistência (renda ou atividade profissional considerada legítima) como condição para se alistar. A medida dava um caráter concreto à exclusão do voto dos "mendigos", prevista na Constituição de 1891. Também eram excluídos analfabetos, praças de pré (exceto aqueles que cursavam ensino superior, nítida distinção de classe social) e parte dos religiosos. A exclusão das mulheres não era explícita na legislação eleitoral, que nem sequer as mencionava, mas era vigente na prática.

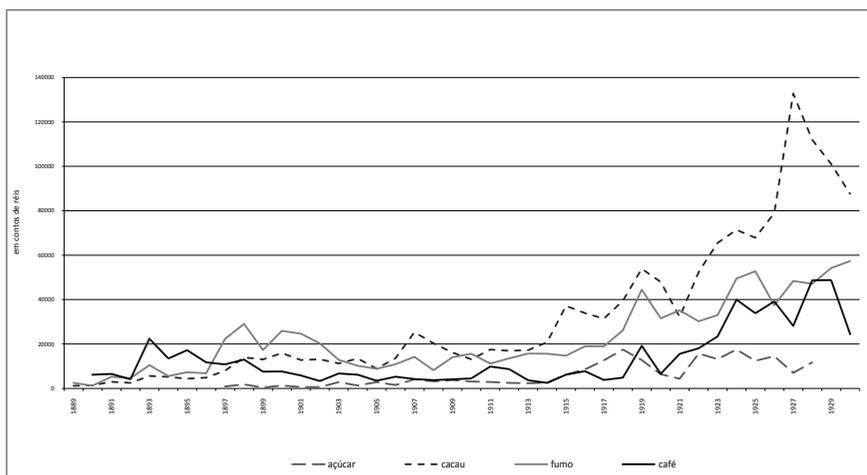
Com todas essas restrições, além de critérios etários, o contingente máximo de brasileiros que podiam participar das eleições era bem inferior a 10% da população total. A participação efetiva era ainda menor. Os brasileiros aptos a votar tinham motivos para não exercer esse direito. Em primeiro lugar, a violência campeava no dia da eleição, com grupos armados prontos a sequestrar urnas, fechar seções, coagir eleitores e alterar atas, sob as ordens dos "chefes". Em segundo lugar, o valor do voto era diminuído pela generalização das fraudes e pelo próprio sistema de "verificação", que podia mudar os resultados nas instâncias superiores. Em geral, não era realmente para *eleger* alguém que se votava, mas para *expressar apoio*, nas relações de lealdade que sustentavam o sistema político da época.

As características do processo eleitoral, a violência e as fraudes favoreciam a continuidade dos mesmos grupos no poder. Em alguns estados brasileiros, a combinação desses mecanismos deu origem à instalação

de verdadeiras dinastias no poder estadual. Esse é o sentido original das célebres "oligarquias" da Primeira República. O termo foi usado, inicialmente, como crítica aos arranjos familiares, como o domínio dos Malta, em Alagoas, e dos Acióli, no Ceará. Porém, em meio aos confrontos políticos, o sentido se ampliou, designando formas variadas de continuísmo e de autonomia exagerada do poder estadual. Tratava-se, no fundo, de uma crítica ao modelo de federalismo adotado na República, crítica que, em alguns casos, baseava-se no desejo de adoção de modelos centralizadores, como o que se implantou no país após 1930. A generalização da expressão "República Oligárquica" para designar o período histórico anterior ao movimento de 1930 está relacionada a essas referências.[5]

Na Bahia, os dirigentes republicanos nunca conseguiram criar um arranjo estável de controle do poder estadual. Essa instabilidade se explica por vários fatores. Em primeiro lugar, não havia a predominância de um único produto econômico na pauta estadual, como ocorria, por exemplo, em São Paulo, com o café, ou no Rio Grande do Sul, com o gado. A Bahia entrou na República com uma economia diversificada, com destaque para quatro produtos: açúcar, café, fumo e cacau. Apesar de ter se tornado o principal produto baiano já em 1902, foi a partir da década de 1920 que o cacau começou a se destacar significativamente dos demais (Gráfico 5). Até então, havia um relativo equilíbrio, que dificultou a formação de um grupo com interesse comum que conseguisse monopolizar o controle do Estado. (SAMPAIO, 1998)

[5] Oligarquia é, literalmente, governo de poucos, mas seu sentido nunca se limitou a isso. Desde os gregos, o termo já trazia uma carga negativa: designava um governo de poucos e maus, um governo viciado. Era mais uma palavra de combate político, algo que se atribuía aos adversários, do que um conceito. Nesse sentido, contrapunha-se mais à aristocracia (também governo de poucos, mas dos melhores) do que à democracia. (BOBBIO, 2000) Para uma excelente revisão do sentido histórico do termo "oligarquia", ver Dantas (1996).

Gráfico 5. Principais produtos de exportação da Bahia* (1889-1930)

Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados de Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980, p. 110 (tabela 3).

* Gráfico elaborado com "valor oficial" da exportação anual dos produtos, não se considerando o "valor de bordo", citado na tabela de origem.

Outro fator que contribuía para a instabilidade política era a deficiência do controle do governo estadual sobre a totalidade do território, que se relacionava, por um lado, à falta de transportes rápidos para grande parte do interior, e, por outro, à fragilidade da força policial. No tocante aos transportes, com a exceção da ferrovia de Salvador a Juazeiro e da ferrovia Central da Bahia, a expansão ferroviária ficou limitada a uma área relativamente próxima da capital e do Recôncavo. Extensas áreas do território, incluindo alguns dos municípios mais populosos, continuavam acessíveis somente por rios e caminhos de terra (Figura 1). Quanto à polícia, a Bahia contava com um contingente pequeno, mal armado e mal treinado em comparação a outros estados. (LOVE, 1975; SAMPAIO, 1998) Tudo isso favorecia uma maior autonomia dos poderes locais. Como o governo estadual poderia controlar chefes guerreiros, como os "coronéis" da Chapada Diamantina, com uma força policial acanhada e dificuldades de acesso?

A instabilidade política se expressava claramente na fragilidade dos partidos baianos (Figura 2). Eram frequentes as cisões e rearrumações, em uma dinâmica que Consuelo Novais Sampaio (1998) chamou de "política de acomodação". A partir de Luís Viana, que rompeu com o antecessor José Gonçalves, em 1891, cada governador brigou com o anterior até a ascensão de Seabra, em 1912. A única exceção foi Araújo Pinho, que não chegou a romper com José Marcelino, mas que acabou abandonando o governo antes do fim, sob pressão dos seabristas.

O governador era a figura central da dinâmica política estadual. O processo de sua eleição seguia a lógica do continuísmo, vigente em toda a República: o governador em exercício escolhia um nome que supunha ser bem aceito pelas forças que apoiavam seu governo (o que, muitas vezes, desagradava a alguns grupos, que podiam ser deslocados para a oposição). Mesmo quando a oposição lançava um candidato, o governista costumava ser eleito, pois o governo, além de ter o controle da máquina administrativa (nomeações/demissões), normalmente tinha maioria na Assembleia Legislativa, responsável pelo processo de "verificação de poderes". Em uma situação de controle político, não seria necessário sequer adulterar os resultados na apuração, pois o apoio dos chefes mais poderosos era suficiente para prover uma maioria incontestável de votos. Todos os envolvidos no processo sabiam que os votos não representavam, em realidade, a vontade da população. Eles simbolizavam o apoio dos "amigos", como se costumava dizer, além de indicar a força de cada chefe em sua região. Quanto mais votos o "coronel" enviasse para a capital, não importando os meios usados para obtê-los, mais forte esse chefe se mostraria diante dos olhos do governo, que se esforçaria para mantê-lo como aliado.

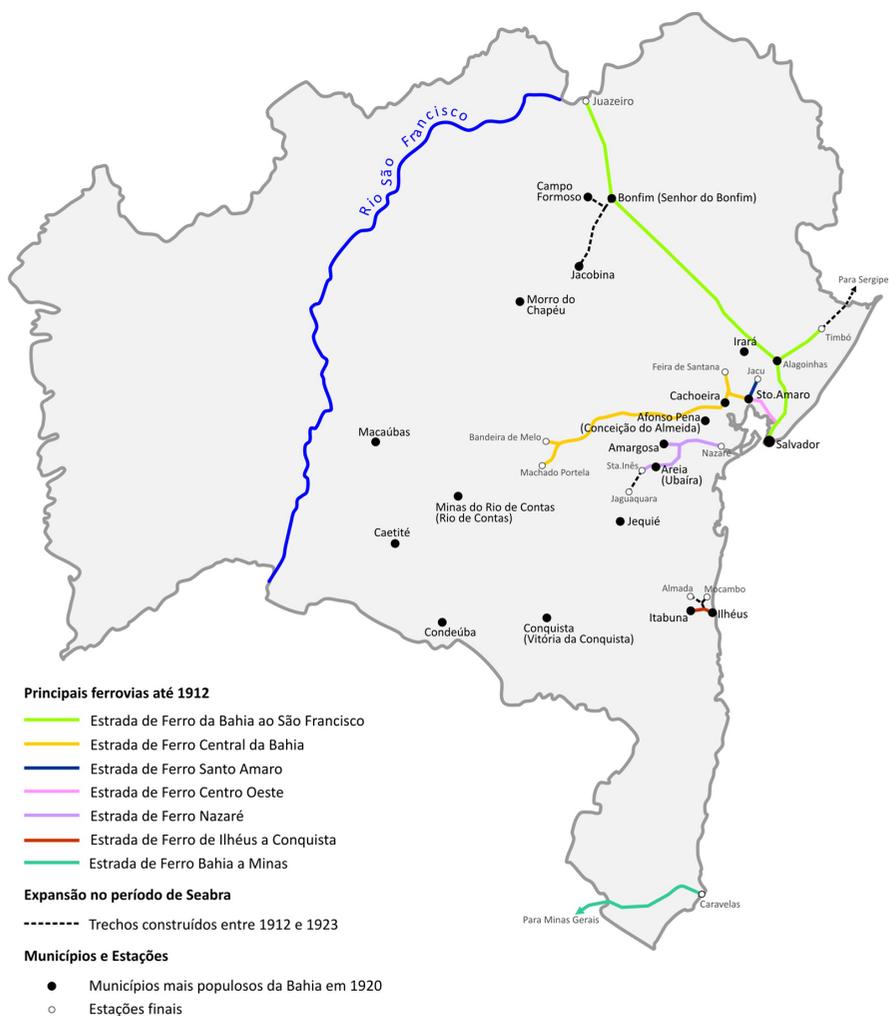
Figura 1. Mapa esquemático de municípios e ferrovias da Bahia

Fonte: Mapa elaborado a partir de dados compilados de: BAHIA. Governador (J. J. Seabra). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa da Bahia. Bahia: Tipografia da Revista do Brasil, 1912; BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas Dr. J. J. Seabra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911; FREITAS, A. F. G. Au Brésil: *Deux Regions de Bahia (1896-1937)*. Tese (Doutorado) - Universidade de Paris IV Sorbonne. Paris, 1992. E também do site <www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2008; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mapa divisão administrativa da Bahia*. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 11 jul. 2008; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Versão digitalizada da Edição Especial do Centenário da Independência Política do Brasil na Bahia (1823-1923). Salvador: EGBA/Fundação Pedro Calmon, 2007.

Figura 2. Diagrama dos partidos políticos da Bahia na Primeira República

Partido Nacional
1890
(união de antigos conservadores e liberais excluídos da chapa governista)

Partido Nacional Democrata
1892

Grupo governista
(não formalizado em partido)

Partido Republicano Federalista
1892

Partido Operário
(perde caráter partidário e se transforma no Centro Operário da Bahia

Centro Republicano Democrata

rompimento José Gonçalves/Luís Viana (1891)

Partido Republicano Constitucional
(gonçalvista)

Partido Republicano Federal
(vianista)

Partido Republicano Federal da Bahia
1894

Partido Republicano
1897

Partido Republicano
1897

rompimento Severino Vieira/Luís Viana (1900)

vianistas sem partido

Partido Republicano da Bahia
(severinista)
1901

rompimento Seabra/Severino Vieira (1906)

Partido Republicano Dissidente
(seabrista)
1906

rompimento Severino Vieira/José Marcelino (1907)

Partido Republicano da Bahia
(severinista)

Partido Republicano da Bahia
(marcelinista)

reincorporação dos seabristas no PRB

seabristas deixam PRB p/ apoiar hermismo

Junta Republicana Hermes-Wenceslau
(seabrista)
1909

Partido Democrata
assumiu governo em 1912
(seabrista/vianista)

Partido Democrata
1910
(seabrista/vianista)

rompimento Seabra/Luís Viana (1913)

Partido Republicano Conservador
(vinculado a Pinheiro Machado, congrega severinistas, vianistas e marcelinistas)

Partido Republicano Democrata
1913
(seabrista)

Concentração Republicana da Bahia
1922
(oposição ao seabrismo)

Concentração Republicana da Bahia
(no poder a partir de 1924, com Góes Calmon)

Partido Republicano da Bahia
1927

Fonte: Diagrama elaborado a partir de informações de Sampaio (1998).
*Foram marcados em cinza e situados ao centro do gráfico os partidos que ocupavam o governo da Bahia.

Na Bahia, devido à constante instabilidade política, nunca se podia ter certeza de que o novo governador iria se manter fiel ao anterior. Os oposicionistas pressionavam por uma ruptura, certos de que seria sua chance de aderir ao governo. Muitas vezes, essas rupturas aconteciam com apoio do governo federal, que era um ator fundamental na dinâmica estadual.

Apesar da mística da "política dos governadores" de Campos Sales, que pretendia proporcionar estabilidade ao regime pela garantia da autonomia estadual, o fato é que o governo federal interferiu na política baiana diversas vezes, ao longo da Primeira República. A primeira ação ocorreu ainda no governo Floriano Peixoto (antes de Campos Sales, portanto), com a deposição do governador deodorista José Gonçalves, o que deu ensejo à reação imediata de Rui Barbosa. A segunda interferência, porém, ocorreu com apoio de Rui, em 1907, quando o presidente Afonso Pena apoiou a facção do governador José Marcelino, em disputa eleitoral contra o grupo de Severino Vieira. Os severinistas tinham maioria na Assembleia Legislativa Estadual, responsável pela "verificação" dos votos, mas os marcelinistas tinham o controle do governo e de sua polícia. Segundo os severinistas, a polícia estadual cercou o prédio da Assembleia e forçou a apuração favorável ao governo. O apoio do poder federal foi decisivo para a aceitação desses resultados. Novas interferências na política da Bahia, mais explícitas e violentas, ocorreram em 1912, 1919 e 1924. Todas elas serão abordadas mais adiante.

Além do governo federal, a política baiana também estava sujeita à interferência de políticos de outros estados, especialmente no Congresso Nacional, onde ocorria a "verificação" das eleições federais. Pode-se citar, como exemplo, a atuação do senador gaúcho Pinheiro Machado, que chegou a chefiar as oposições baianas, como se verá no terceiro capítulo.

Na interface com a política nacional, concentrava-se a atuação de Rui Barbosa e Seabra no início da República. Ambos moravam no Rio de Janeiro, onde tinham seus escritórios de advocacia. Como membros

da bancada baiana no Congresso, eles deveriam representar a política do seu estado nas negociações nacionais. Porém, no caso de Rui e Seabra, isso nem sempre aconteceu. Já se observou que Rui fez oposição a todos os presidentes da República entre 1891 e 1901. Ora, isso não correspondia à posição oficial do governo baiano, que, não só apoiava os governos federais, como se esforçava para inserir baianos nos ministérios. Enquanto Rui combatia Campos Sales, por exemplo, Severino Vieira ocupava o ministério da Viação como representante do situacionismo baiano, com o qual Rui se dizia solidário. Era uma situação atípica na República, só explicada pelo excepcional prestígio de Rui.

Quanto a Seabra, apesar de ter conseguido seus primeiros mandatos de deputado federal graças a articulações na Bahia, sua atuação no Congresso Nacional se deu mais em relação pessoal com o poder federal, do que por delegação da política baiana. Foi pela ação individual que ele se destacou, conquistando apoios para ser nomeado ministro, em 1902, sem que o governador da Bahia (Severino Vieira) fosse sequer consultado.

De fato, Seabra nunca logrou obter o apoio dos chefes estabelecidos da Bahia para seus planos políticos. Pelos meios ordinários, dificilmente conseguiria se tornar governador. Talvez por causa de suas atitudes ousadas, não inspirava confiança nos chefes tradicionais. Nesse sentido, como analisa Cid Teixeira (apud LINS, 1988, p. 43), ele era realmente "um corpo estranho dentro daquilo que estava programado na sociedade baiana para chegar ao poder". Sua ascensão ao governo estadual deveria ocorrer, assim, em condições excepcionais.

No primeiro capítulo, já se viu como Seabra procurou compensar sua falta de bases na política estadual através da atuação nacional. Como ministro, a partir de 1902, ele teria a oportunidade de formar seu próprio agrupamento político no estado. Sua atitude não foi inicialmente belicosa. Seabra buscou se apresentar como um elemento forte, passível de ser indicado para a sucessão estadual dentro dos processos do continuísmo vigentes. Tentou cooptar o governador de então, José Marcelino,

instando-o a romper com o antecessor, Severino Vieira, que era também chefe do Partido Republicano da Bahia (PRB), o que não ocorreu naquele momento. Diante disso, Seabra foi levado a romper com o governo estadual em 1906. Por seu pouco enraizamento na política baiana, ele buscou agregar ao seu grupo elementos relativamente negligenciados nos embates políticos até então, especialmente o comércio e os trabalhadores de Salvador, cujo apoio poderia legitimar suas pretensões.

Salvador ingressou no século XX como a terceira cidade mais populosa do país. Era a segunda até a década de 1890, quando foi ultrapassada por São Paulo, que vinha em impressionante ritmo de crescimento. A maior cidade brasileira era o Rio de Janeiro, capital federal, também em franca expansão. Na década de 1920, o Rio atingiria seu primeiro milhão de habitantes. O ritmo de crescimento de Salvador era mais modesto: sua população permaneceu praticamente estável na Primeira República, com pequena expansão por crescimento vegetativo. (SANTOS, 2001, p. 14) Ainda assim, a capital baiana era a terceira maior aglomeração urbana do país, com cerca de 280 mil habitantes em 1920. (BRASIL, 1922)

Por seu contingente populacional e pela concentração de comércio, indústria e serviços, a capital tinha uma vida urbana mais complexa do que as demais cidades baianas, com maior diversidade de atividades econômicas. Além de pessoas dedicadas a atividades rurais, nas roças, estábulos e chácaras que ainda faziam parte de sua paisagem, Salvador tinha uma quantidade expressiva de trabalhadores desvinculados do setor primário: operários da construção civil, alfaiates, padeiros, estivadores, costureiras, motorneiros de bonde, funcionários públicos, sapateiros, vendedores ambulantes, caixeiros, operários das fábricas de tecidos, de cigarros, de chapéus, das fabriquetas de alimentos e bebidas, de velas, de sabão, trabalhadores domésticos, entre muitos outros, além de uma infinidade de biscateiros, dispostos a enfrentar qualquer trabalho não especializado na luta pela sobrevivência diária. (SANTOS, MÁRIO, 2001)

A parcela mais qualificada e socialmente valorizada desses trabalhadores vinha demonstrando interesse em participar da política partidária da Bahia desde o início da República. A fundação do Partido Operário, em 1890, é uma evidência disso. Esse partido, entretanto, teve vida curta e foi extinto em 1893, dando origem ao Centro Operário da Bahia. A transformação do partido em uma entidade sem fins políticos se relaciona à dificuldade que seus membros encontraram em furar o bloqueio dos partidos dominantes, dos "chefes" tradicionais, herdeiros dos senhores do Império. Era simplesmente impossível, no contexto da Primeira República, ser eleito sem o apoio de quem estivesse no poder. Apesar de contar, entre seus quadros, com elementos da elite, como alguns donos de fábrica, o Partido Operário não conseguiu encontrar um espaço de atuação política. Diante disso, os líderes desse segmento qualificado do operariado de Salvador adotaram outra estratégia. (CASTELLUCCI, 2008)

Em lugar de insistir na atuação autônoma, os membros do Centro Operário da Bahia estreitaram laços com indivíduos já inseridos na política dominante, veiculando, através deles, as propostas que julgavam prioritárias, segundo os interesses dos trabalhadores que representavam. Essa não era uma postura estranha ou incomum naquele contexto. Como analisa Aldrin Castellucci (2008), a estratégia relaciona-se à antiga tradição das associações beneficentes e irmandades do século XIX, que aclamavam seus patronos dentre os homens mais ricos e poderosos da sociedade, em condições de lhes proporcionar benefícios diversos.

Para os beneméritos das irmandades e associações do Império, o retorno era de prestígio, já que ser caridoso e magnânimo com os *humildes* ressaltava a própria superioridade social. Mas, no caso da Primeira República, havia outros elementos em jogo. Além dos votos, a aproximação dos operários proporcionava a legitimidade advinda do apoio de uma das classes reconhecidas como integrantes do "edifício social", embora em posição inferior (ou seja, na base, nos alicerces). Trata-se de uma mudança sutil, mas visível no discurso dos políticos dominantes da República.

Operários, apesar de subalternos, não eram iguais a escravos. Eles tinham um lugar na sociedade moderna e civilizada que se desejava construir. A questão era como fazer com que eles ficassem quietos, obedientes, em seu lugar. Os distúrbios nos alicerces eram perigosos, pois poderiam fazer desmoronar todo o edifício da ordem.

Em troca do apoio a esses políticos, os líderes do Centro Operário conseguiam várias vantagens: recursos financeiros, em forma de subvenções para a entidade; apoio para aprovação de leis e outros projetos de interesse dos trabalhadores; eleição de representantes próprios, geralmente para cargos municipais, como conselheiros e juízes de paz. Esses eram os cargos mais altos que se costumava admitir para alguém proveniente do operariado, pois o acesso aos postos políticos mais valorizados permanecia restrito ao universo dos *senhores*. Além desses benefícios gerais, a associação com políticos fortes no panorama estadual era uma arma importante nas disputas internas da instituição. (CASTELLUCCI, 2008)

Em 1903, por exemplo, durante uma disputada eleição para a presidência da entidade, o grupo do operário da construção civil Domingos Silva pediu ajuda ao ministro Seabra, em uma tentativa de igualar o jogo diante dos adversários, liderados pelo alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, que tinham apoio do governo estadual. Situação ainda mais tensa foi vivida em 1911, quando nada menos do que três grupos, cada um deles associado a um político (Seabra, Severino Vieira e José Marcelino) reivindicava a presidência do Centro Operário. O impasse levou à existência de uma "triplicata" de poderes, com cada grupo tomando posse em uma sede diferente, como se fosse o único Centro Operário da Bahia.[6] (A BAHIA, 20 maio 1911)

[6] O fenômeno das "duplicatas" de poderes consistia no seguinte: diante dos vícios costumeiros do processo eleitoral, os dois lados em disputa proclamavam-se eleitos e tomavam posse em edifícios diferentes. Isso ocorreu três vezes com o Poder Legislativo baiano, em 1895, 1915 e 1923. Na duplicata de 1915, as duas Câmaras estaduais funcionaram independentemente durante todo o período legislativo. (SAMPAIO, 1998, p. 128) A "triplicata" do Centro Operário mostra, portanto, um interessante paralelismo com os processos políticos dos partidos tradicionais.

Havia, ainda, outro segmento social na cidade de Salvador que merecia as atenções especiais dos políticos da Primeira República: o comércio. Tradicionalmente, a Associação Comercial da Bahia, porta-voz dos maiores comerciantes do estado, dizia não se envolver em política. Mas, como observa Mário Augusto Silva Santos (1991), ela atuava politicamente o tempo todo, funcionando como um “grupo de pressão”. Desde 1902, a Associação Comercial vinha se relacionando com o então ministro Seabra, pedindo seu apoio para as questões de interesse das chamadas “classes conservadoras”[7]. Em 1912, alguns dos seus dirigentes se engajaram no movimento que resultou na ascensão de Seabra ao governo estadual. Porém, o relacionamento dos comerciantes com o seabrismo não foi muito duradouro. Em 1919, a Associação Comercial firmou compromisso com Rui Barbosa pela derrubada de Seabra. As oscilações refletem, não somente as tensões políticas externas, como as questões internas da instituição. Além de mudanças estruturais, a ascensão de diretorias vinculadas a este ou aquele político dominante, pleitos atendidos ou rejeitados e outras conveniências diversas marcaram a dinâmica da atuação política da entidade.

Os votos angariados com apoio dos comerciantes e industriais, como também dos operários da capital, não parecem ter sido o motivo principal para que políticos como Seabra e Rui Barbosa a eles recorressem. Mesmo que esses setores fornecessem grande quantidade de votos, isso ainda não seria suficiente para desmontar o mecanismo das eleições fraudadas, com a conivência dos chefes do interior, que asseguravam a vitória do governo. Mas, o comércio e os trabalhadores de Salvador tinham uma visibilidade especial, expressa nos jornais e em certos rituais públicos. Eles forneciam uma legitimidade para o poder que, a partir da capital, se exercia sobre todo o estado. O apoio de parcelas significativas da população da capital poderia,

[7] A expressão “classes conservadoras” é extremamente recorrente em discursos públicos e jornais da Primeira República. Refere-se geralmente a três “classes”: lavoura, indústria e comércio, que seriam as responsáveis pela conservação da ordem social. Muitas vezes, porém, a expressão “classes conservadoras” significa apenas o alto comércio, do qual a Associação Comercial era representante por excelência.

inclusive, fundamentar uma "virada de mesa", justificando uma intervenção do governo federal – este, sim, era um poder capaz de subverter a lógica de continuidade estadual, no contexto da Primeira República.

Mas, como esses apoios e essa legitimidade se expressavam? Como eles eram contestados? Se a política exige sempre o acionamento de um repertório compartilhado de símbolos, quais eram os limites do território simbólico em que Rui e Seabra terçavam armas? Que regras regiam esses combates? Essas questões serão tratadas a seguir, com a abordagem de algumas características da retórica e dos rituais da Bahia republicana.

Retórica e rituais políticos

O que explica que, após debates de intensa violência verbal, adversários políticos como Rui e Seabra pudessem se reconciliar e estabelecer novas alianças? Como Rui pôde criar para Seabra a alcunha de *Caim* e ser chamado pelos seabristas de *Anticristo*, como se verá no terceiro capítulo, sem que isso significasse um rompimento definitivo entre eles?

A explicação parece residir nas características da retórica política usuais no início da República. Como aponta José Murilo de Carvalho (1999), no artigo "História intelectual: a retórica como chave de leitura", a desqualificação do adversário era um recurso regular dentro desse campo discursivo. O autor informa que a tradição incorporada pelos letrados brasileiros do século XIX, visível nos compêndios educativos da época, remonta à retórica cívica romana, que incluía as qualidades morais do orador como critério de validação do discurso. O conteúdo do discurso era inseparável do valor do seu enunciador. Assim, o argumento "ad personam", a agressão pessoal ao adversário, era, como é ainda hoje, um recurso usual no embate político.

Nos jornais baianos da Primeira República, a desqualificação encontrava o caminho da troça, resultando na criação de verdadeiras caricatu-

ras verbais. Era frequente, por exemplo, a criação de apelidos relacionados a animais, configurando uma espécie de "zoologia política". (MOREL, 1998) Severino Vieira, com seus olhos saltados, era o *sapo-cururu*; Araújo Pinho, considerado lento e antiquado, era a *lesma de suíças*; Virgílio de Lemos, chamado de *porco* pelos jovens seabristas (por causa do peso corporal), respondeu dizendo que eles eram os *rafeiros* (cães que ajudam na condução e vigia do gado) de Seabra. Para Muniz Sodré, provavelmente o seabrista mais hostil a Rui Barbosa, a célebre Águia de Haia não passava de um *peru*.

As agressões pessoais incluiam tudo que pudesse desvalorizar o adversário no campo político da época. Alguns, como Aurelino Leal, tiveram sua ascendência africana posta em cena. Outros sofriam alusões à sua sexualidade, honestidade, inteligência, vícios (bebida, jogo). José Inácio da Silva, político de Juazeiro, foi ridicularizado pelos primos Muniz Sodré e Antônio Muniz porque vinha de uma origem sertaneja e modesta. Em troca, ironizou os Munizes, muito ciosos de suas raízes aristocráticas, chamando-os de "fidalgotes de meia tigela". Arlindo Fragoso, secretário de Estado do primeiro governo Seabra, foi alvo de verdadeira campanha difamatória por parte de Simões Filho, que o acusava, entre outras coisas, de ser boêmio e andar com "cocotes" no carro oficial. O secretário entrou com processo na Justiça contra o jornalista, por calúnia.

É preciso observar, contudo, que nem todas as agressões eram toleradas. Alguns dos ofendidos decidiam "lavar a honra", o que dava margem a ocasionais atos de violência, como o que vitimou o tenente e deputado seabrista Propício da Fontoura, em 1918. Ele foi morto pelo jornalista Artur Ferreira, ligado à oposição ruísta, após confrontá-lo sobre artigos que considerou ofensivos à sua honra. Esse é apenas um exemplo de caso que extrapolou a dimensão política para invadir o terreno pessoal, com trágicas consequências.

A guerra de insultos era travada nas páginas dos jornais que representavam os grupos políticos. Mas, frequentemente, os confrontos escapavam do universo dos letrados se expandiam para o restante da

população. Essa parece ser, inclusive, a força dos apelidos e das caricaturas (verbais ou gráficas): eles eram passíveis de serem entendidos e repercutidos mesmo por aqueles sem familiaridade com a leitura. Nas ruas, nas repartições públicas, nos cafés, nas casas comerciais, as pessoas comentavam os debates das gazetas. O inverso também ocorria, com expressões e zombarias populares sendo apropriadas pelos jornalistas em suas batalhas simbólicas. O mundo dos letrados e dos não escolarizados não era, de forma alguma, separado em compartimentos estanques. Havia circularidade cultural entre eles.

Como se registrou no primeiro capítulo, Rui e Seabra foram educados na segunda metade do século XIX, época em que os conhecimentos de retórica faziam parte, não apenas da formação do bacharel em Direito, mas até dos estudos preparatórios anteriores à faculdade. Eles estavam, pois, plenamente familiarizados com as regras do discurso vigentes. Eram ambos considerados excelentes oradores, embora seus estilos tivessem características distintas.

Rui Barbosa era, sem dúvida, a principal referência da retórica política brasileira da época. Seu estilo era estudado e copiado pelos jovens bacharéis, ávidos em repetir a sonoridade peculiar de suas frases, a sofisticação de suas construções verbais, a lógica demolidora de seus argumentos, amparados sempre por sólida erudição. Os longos e complexos discursos de Rui impressionavam mesmo a quem não entendia quase nada do que o grande orador estava dizendo. Nesse sentido, ele era uma "prodigiosa máquina de falar", na definição do conde de Afonso Celso. (SALDANHA, 1979, p. 168)

Com a passagem do tempo, e o surgimento de novos padrões estéticos, esse estilo rebuscado e "gongórico" (GONÇALVES, 2000b) cairia em desuso. Mas, no início do século XX, os malabarismos verbais de Rui eram extremamente valorizados, pois eram a expressão perfeita dos modelos ensinados nas escolas e faculdades, como se pode verificar pela confrontação de seus textos com um dos livros didáticos que circulavam na época.

(FIGUEIREDO, 1875) Está tudo lá: a preocupação com a forma, o ritmo e a estrutura do texto, os neologismos o uso de repetições, gradações e aliterações, os tropos e as figuras de linguagem, a citação abundante de autores e exemplos estrangeiros como respaldo para as próprias ideias, entre outros elementos. Como exemplo, leia-se o artigo *Caim*, publicado em 1912, e reproduzido com comentários nos apêndices deste livro.

Seabra também era um orador renomado, mas enquanto Rui tinha como principal característica a sofisticação da estrutura de argumentação, o ponto forte da retórica seabrista era a elocução, a expressão oral. Com sua voz possante, retumbante, tão diferente da voz metálica e estridente de Rui, e seus gestos largos, teatrais – alguns o descrevem balançando freneticamente a mão direita enquanto discursava, outros, esmurrando a tribuna como ênfase – Seabra dominava os auditórios. Suas frases, apesar de bem construídas, não tinham a mesma riqueza vocabular e estilística das de Rui. Eram mais diretas, menos rebuscadas. Encantava menos o público letrado da época, mas, ao mesmo tempo, agradava mais os menos ilustrados, aos quais atraía com sua capacidade de comunicação oral, desenvoltura na apresentação e indiscutível carisma. Como observou Nelson Carneiro (1973, p. 23), Seabra era "um orador para ser ouvido".

Apesar das diferenças de estilo, tanto Seabra como Rui eram adversários temíveis na tribuna. Os dois tinham raciocínio rápido, presença de espírito e gosto por uma boa polêmica. Mais do que isso, ambos entendiam profundamente a função da retórica na vida de um homem público da época. Seus discursos não deviam apenas *doutrinar* e *deleitar*, mas também, e principalmente, *mobilizar*, mover para a ação. E, para isso, era necessário transcender a mera lógica e incluir no discurso uma carga de emoção, de paixão. Afinal, como ensina o manual de retórica consultado, "pelas provas, o orador instrui para convencer; pelas belezas, agrada para deleitar; pelos afetos, brandos ou fortes, move para persuadir". (FIGUEIREDO, 1875, p. 4)

A persuasão é especialmente importante porque a política não se faz apenas com palavras, escritas ou faladas. Ao lado da dimensão do "dizer", há também a do "fazer", dos rituais que afirmam solidariedades, que estabelecem publicamente a distinção entre quem está "dentro" e quem está "fora" de um grupo ou partido. (KERTZER, 2001) A Bahia republicana tinha uma variedade de rituais. Não serão abordados aqui rituais de caráter cívico-festivo, como as festas do Dois de Julho, mas apenas alguns rituais políticos em sentido estrito, ligados diretamente ao processo partidário e eleitoral. Eram momentos especiais do cotidiano em que certos aspectos da vida social e política eram dramatizados e ressignificados.

O **comício** ou *meeting* era provavelmente o mais aberto e espontâneo desses rituais políticos. Tratava-se, basicamente, de um ajuntamento de pessoas na rua para ouvir o discurso de um ou vários oradores. Os *meetings* podiam, ou não, ser programados com antecedência. Os dados disponíveis sugerem que, normalmente, não era preciso de autorização da polícia para promovê-los. Em 1918, quando o governador Antônio Muniz, em meio a uma grande crise política, decidiu proibir *meetings* em Salvador, os oposicionistas protestaram imediatamente contra a repressão à liberdade de expressão. Como o *meeting* ocorria em local aberto (ruas e praças, geralmente), era comum que elementos da plateia interrompessem os oradores com apartes, dando origem a bate-bocas acalorados, que podiam resvalar em violência generalizada.

Os *meetings* não eram exatamente uma novidade, pois vinham ocorrendo no Brasil pelo menos desde o século XIX. Na República, eles parecem ter se popularizado e multiplicado. Apareceram homens especializados em promover comícios, que eram chamados de "meetingueiros". Alguns dos *meetingueiros* tinham grau de bacharel, o que os habilitava a uma rápida ascensão política, caso seu grupo fosse vitorioso. Havia também *meetingueiros* de menor escolaridade, que nem sempre eram respeitados pela polícia. Afinal, um ajuntamento de pessoas

do povo podia ser classificado pelas autoridades como "turba" ou "malta", não merecendo o respeito que o liberal *meeting*, com seus ecos ingleses, evocava. Apesar disso, o maior *meetingueiro* da Bahia não tinha estudo formal: era o rábula autodidata e major Cosme de Farias, figura de enorme popularidade em Salvador, e de quem ainda se voltará a tratar neste trabalho.

Em geral, os homens públicos de maior relevância, como governadores, senadores e ministros, não compareciam aos *meetings*. Havia exceções, como se verá no terceiro capítulo. O próprio Seabra se orgulhava de ter sido um dos pioneiros do uso de *meetings* na Bahia, em sua primeira campanha a deputado federal, mas isso foi no início de sua carreira. De maneira geral, o *meeting* não era o espaço preferencial dos "grandes homens". Eles apareciam com maior frequência em outros rituais públicos, como as cerimônias de embarque e desembarque, muito comuns em cidades litorâneas, como Salvador.

As **cerimônias de embarque/desembarque** eram frequentes, pois os políticos de atuação nacional viviam em constantes viagens, principalmente para o Rio de Janeiro, capital federal, e para a Europa, onde passavam temporadas respirando os ares "civilizados" (e já poluídos) de Paris ou Londres. Suas chegadas e partidas eram motivo de mobilização dos aliados baianos, que aproveitavam para demonstrar publicamente sua lealdade. A programação era extensa e, às vezes, podia começar horas antes da chegada do navio, com a formação de "préstitos" (cortejos) com representantes de "todas as classes", que desfilavam pelas ruas enfeitadas. A "mocidade acadêmica" das três escolas superiores (Medicina, Engenharia e Direito) e da Escola Comercial marcava presença com seus estandartes. Se o político em questão tinha relações com o Centro Operário, a entidade também participava, assinalando o apoio da "classe operária". Em alguns casos, os conselheiros municipais de Salvador também se juntavam ao cortejo, carregando os símbolos da cidade, o que dava um tom mais solene e oficial ao ritual.

Os políticos chegavam em grandes navios transatlânticos (*paquetes*), que não podiam atracar no porto de Salvador por falta de profundidade. Era necessário buscá-los em lanchas, o que dava ensejo a um interessante ritual marítimo. Quando o navio esperado aparecia, o forte de São Marcelo dava sinal e as autoridades, funcionários, bandas de música, comissões de operários, de acadêmicos, entre outros, embarcavam em lanchinhas enfeitadas, que faziam evoluções navais diante do paquete. Logo depois, eles saltavam no navio e começavam as primeiras homenagens, discursos e brindes. O recém-chegado entrava, então, na lanchinha da autoridade mais graduada (o governador, por exemplo) e, finalmente, descia no porto, também enfeitado, onde ocorriam novos discursos, saudações, música e fogos de artifício. Então, em um carro de tração animal ou automóvel, o homenageado ia para sua casa ou outro alojamento, acompanhado do préstito e das bandas de música, com mais festas e discursos pelo caminho.

É interessante perceber que, apesar de promovidas e dirigidas pelos partidos dominantes, essas cerimônias de embarque/desembarque envolviam grande parte da população de Salvador. Isso ocorria, em primeiro lugar, pela própria disposição da cidade na época, concentrada em torno da baía de Todos os Santos. A partir da Cidade Baixa, e de vários pontos da Cidade Alta, era possível acompanhar a chegada do paquete, o movimento das lanchinhas, a aglomeração no porto, os fogos de artifício. Em segundo lugar, a parte do cortejo era aberta e se prestava a manifestações diversas, a favor ou contra o homenageado. De fato, era muito comum que grupos contrários expressassem seu repúdio ao adversário, acompanhando com “morras” os “vivas” gritados pelos aliados. As agressões verbais podiam, eventualmente, ser acrescidas de hortaliças podres e lixo, como aconteceu no retorno do ex-governador Luís Viana da Europa, em 1900. Como já estava incompatibilizado com o novo governador (Severino Vieira), este foi responsabilizado pela chuva de imundices e vaias que marcou, simbolicamente, o início do ostracismo do antecessor.

Os rituais de embarque/desembarque tinham, normalmente, duas etapas. Uma delas era pública e aberta, como se viu, mas havia outra parte mais fechada e restrita. Eram os almoços e jantares, banquetes exclusivos e elegantes, dos quais tomavam parte apenas os elementos socialmente privilegiados, capazes de entender cardápios em francês e de manusear taças de cristal, usadas nos brindes com champanhe.

Os **banquetes**, evidentemente, não eram limitados aos momentos de embarque/desembarque, mas contituíam um ritual específico na dinâmica da Bahia republicana. Eles podiam ocorrer em hotéis, teatros ou residências. Eram eventos restritos aos *senhores* da política e aos inevitáveis jornalistas, que os narravam nas gazetas do dia seguinte. A posição dos convidados na mesa era significativa, com lugares reservados aos elementos mais importantes. Estar sentado em lugar próximo ao homenageado principal, do político recém-chegado da capital, por exemplo, era uma distinção. O momento do brinde era o ponto alto do banquete, em que eram proferidos discursos laudatórios. Os jornais registravam os nomes dos convivas e o cardápio completo, com entradas, pratos principais, sobremesas, cafés e licores, para que os não convidados pudessem, ao menos, imaginar e desejar o gosto do poder.

As **conferências públicas** também eram eventos formais, mas menos exclusivos. Elas podiam estar, ou não, relacionadas a campanhas eleitorais. Ocorriam, geralmente, em teatros, sendo o Politeama Baiano e o Cine-teatro Jandaia os mais recorrentes, já que o Teatro São João, o maior, mais imponente e tradicional da Bahia, estava muito mal conservado. Em geral, as conferências eram abertas ao público, mas seguiam certas normas de hierarquia: as frisas e os camarotes, por exemplo, eram reservados às "excelentíssimas famílias" das classes privilegiadas. Os políticos mais destacados ficavam no palco, ao longo de uma grande mesa, posicionados como atores principais do drama político que se desenrolava. O público comum devia se espalhar nos espaços menos valorizados do teatro, ou ficar do lado de fora, apreciando a chegada dos carros que traziam as mais destacadas autoridades.

Meetings, cerimônias de embarque/desembarque, banquetes e conferências são apenas alguns rituais políticos da Bahia republicana. Havia outros, como as visitas de autoridades a instituições (Associação Comercial e Centro Operário, por exemplo), inaugurações de obras públicas, bailes oficiais, aniversários de governo, entre outros.

Sem aprofundar o estudo desses rituais, eles trazem à tona aspectos interessantes que precisam ser apontados. Chama a atenção, em primeiro lugar, a expressiva presença popular em alguns deles. As fotos da multidão nas ruas em 1912, para recepcionar Seabra, e em 1919, para aplaudir Rui em sua campanha presidencial, são evidências disso. Mas, a participação da população se dava de uma forma que não contestava, antes legitimava a configuração de poder excludente que vigorava. Pode-se dizer que, além de diferenciar quem estava *dentro* e quem estava *fora* dos grupos e partidos, os rituais em foco promoviam uma ordenação entre os que estavam *em cima* e os que estavam *embaixo*. Eles reforçavam a visão da política como algo que deveria ser conduzido pelos chefes ou "próceres" – esse último termo, muito usado na época, tem como origem etimológica a ideia de "ponta", simbolizando alguém que se destaca dos outros, que está acima dos demais. Era, no fundo, a permanência de um liberalismo profundamente senhorial e excludente, apesar da inclusão da multidão como elemento no jogo político.

Mas, o que pensava essa multidão que enchia as ruas de Salvador, que aplaudia, que jogava tomates estragados e confetes nesses "próceres" tão celebrados? Sem conhecer estudos específicos sobre o tema, pode-se arriscar algumas hipóteses. Parte dos participantes nos rituais políticos devia estar ali por curiosidade, atraídos pela música, pelos fogos, pelo movimento de gente. Outros seriam ligados, de alguma forma, a um dos grupos em confronto, e participavam para afirmar publicamente sua solidariedade, o que poderia se reverter em ganhos variados: um emprego, um cargo público, uma promoção, uma ajuda financeira para minorar as dificuldades da vida cotidiana. Algumas pessoas participavam para evitar retaliações, como funcionários públicos e

empregados de companhias ligadas aos grupos políticos em disputa. Outros, eram arregimentados por meios diversos.

A retórica e os rituais eram armas importantes na face pública, no proscênio do drama político que se desenrolava na República. Mas, esses embates não ocorriam sem que se processassem ações na complexa dimensão oculta dos "bastidores" políticos. Será preciso, portanto, entrar agora no reverso dessa iluminada ribalta, isto é, em um território obscuro e pouco estudado, no qual eram tecidas negociações diversas, de grande ou pequena monta, mas sempre de relevância para a compreensão da dinâmica do lado de *dentro* do poder.

Pequena política, grandes corporações

Em 1907, como se verá no capítulo seguinte, o senador Rui Barbosa e o ex-ministro J. J. Seabra se enfrentaram em um duelo verbal. Inicialmente, era quase um monólogo de Seabra, que procurava se vingar do conterrâneo, a quem atribuía a "degola" da sua eleição pelo estado de Alagoas. Sem mandato, jogado ao ostracismo, Seabra publicou uma série de oito artigos no *Jornal do Comércio* (RJ), com denúncias contra Rui. (CASTRO, 1990) O senador não se dignou a responder à maioria. Mas, quando Seabra aludiu a uma suposta intriga de Rui contra o barão do Rio Branco, prestigiado ministro do Exterior, viu-se obrigado a responder. O resultado é que o discurso de Rui em sua despedida do Senado, antes de embarcar para a conferência de Haia, é quase todo dedicado a seu desafeto baiano. (BARBOSA, 1907, v. 34, t. 1, p. 27-74)

Segundo a denúncia de Seabra, Rui o havia procurado no Ministério da Justiça, em 1902, dizendo que os militares não aceitariam o Tratado de Petrópolis, que estava sendo acertado pelo barão como solução da chamada "questão do Acre". Rui teria dito a Seabra para falar com o presidente Rodrigues Alves, sugerindo a exoneração do barão do Ministério

das Relações Exteriores, para evitar uma ação militar contra o governo. Segundo Seabra, isso não passava de uma intriga para derrubar o barão, cotado como candidato na eleição presidencial seguinte. Rui teria inventado a história para eliminar um virtual competidor ao cargo.

Sem discutir a veracidade ou não da denúncia, interessa ver como Rui respondeu às acusações. Ele não apenas negou as palavras de Seabra, mas fez também um histórico de suas relações com ele, apontando a posição subordinada que o adversário ocupava e os favores que lhe devia. Rui afirmou textualmente que Seabra fôra seu "cliente" nos primeiros anos da República. Ao criticar o comportamento do antigo aliado, teceu as seguintes considerações:

> A amizade pode extinguir-se, pode sofrer abalos profundos, romper-se totalmente, não deixar senão recordações dolorosas, mas o homem de bem a respeitará sempre, ainda depois de extinta, nos fatos íntimos que ela cobriu e que se passaram no seu seio.
>
> Foram estas as leis, foram estas as tradições, foram esses os deveres que se romperam para a perpetração desse atentado em que a vítima fui eu, diretamente.
>
> Mas abriu-se uma escola, uma escola funesta, criou-se um precedente fatal para a vida política, para a educação dos homens públicos, levando-nos ao espírito a desconfiança, tornando impossíveis as solidariedades de honra, sem as quais, na vida pública, as grandes campanhas são impossíveis [...]. Se não confiarmos nos outros, se não pudermos ter a certeza de que os fatos passados no íntimo das relações da amizade política estarão vedados para sempre à publicidade indiferente e curiosa, a que ficam reduzidas, entre nós, essas relações?
>
> Quem poderá mais depositar nos seus companheiros, nos seus aliados, nos seus correligionários, a fé de que depende o bom êxito de todas as campanhas morais? (BARBOSA, 1907, v. 34, t. 1, p. 35-36)

Nota-se, claramente, nesse discurso de Rui, a distinção de duas dimensões. Uma, a dimensão pública, dos debates nos jornais e na tribuna. Outra, a dimensão privada da "amizade", das "solidariedades de

honra", dos bastidores. Havia um entendimento tácito dos "próceres" de que certas relações e ações deveriam se processar nessa face oculta, longe dos olhos ignorantes do público. Seabra havia infringido essa norma de conduta ao trazer para a cena pública fatos ocorridos no domínio reservado dos bastidores.

A importância da "pequena política", especialmente em sua faceta "clientelista" tem sido foco de debates na historiografia brasileira, mas as discussões têm se voltado principalmente para o Império. Na República, há poucos estudos específicos sobre esse aspecto das relações políticas, até por certa confusão com o problema do coronelismo, com o qual ele certamente se relaciona, mas não se confunde. Clientelismo e coronelismo são fenômenos imbricados, muitas vezes superpostos, porém distintos. (CARVALHO, 2000)

Como eram as relações pessoais entre Rui e Seabra? Já se registrou anteriormente a diferença de poder político entre eles no início da República. Rui afirmou que Seabra era seu "cliente". Essa situação assimétrica pode ser ilustrada por uma carta que o pai de Seabra endereçou a Rui em 1892. Além de agradecer pelo que considerou uma "desinteressada e monumental defesa" que Rui fez de seu filho, desterrado por Floriano Peixoto, ele também se declarava grato pela promoção que Rui arranjou, atendendo à solicitação de Seabra ("a pedido de meu filho doutor"), para outro filho seu, na Alfândega da Bahia. Concluiu declarando que "só um brasileiro ingrato" negaria a Rui um voto "para ocupar os primeiros lugares do país e poder, assim, dotá-lo do engrandecimento de que tanto precisa". (FCRB/ARB/CRUPF 1332.3/2 20/05/1892)

Em janeiro de 1893, o próprio Seabra dirigiu-se ao senador Rui Barbosa, em carta reservada. Depois de louvar os "inexcedíveis méritos intelectuais, morais e patrióticos" do conterrâneo, Seabra pediu que não se esquecesse dele, quando fosse tratar com os políticos da Bahia sobre a futura chapa eleitoral. Solicitou que seu nome fosse colocado em um distrito "onde sejam impotentes as imposições do governo [federal]".

O pedido tinha cabimento, pois Seabra ainda era visto como feroz adversário pelo governo. Disse que não gostaria de fazer parte de uma chapa com a presença de militares, mas que se resignava ao que Rui decidisse, pois o considerava "chefe das hostes em que milito". Aproveitou, ainda, para dizer que continuava na campanha em favor de Rui para a presidência da República, e que acreditava em sua vitória. (FCRB/ARB/CRUPF 1332.1/1 25/01/1893)

Ora, mesmo com todas as finuras de retórica, que preconizavam a modéstia e a reverência aos amigos políticos, é evidente a posição inferior de Seabra nos anos iniciais da República. Outras cartas indicam que ele serviu como mensageiro e mediador em negociações de Rui com chefes da política baiana. (FCRB/ARB/CRUPF 1332.1/1 30/09/1896)

Essa situação desprestigiada se alterou significativamente, a partir de 1902, com a ascensão de Seabra ao ministério de Rodrigues Alves. Apesar de ainda chamar Rui de "mestre", o tom de suas cartas passou a ser menos formal e menos humilde. Já não era a correspondência entre chefe e discípulo, mas entre um ministro e um senador – entre dois "próceres". Em dezembro de 1902, por exemplo, o ministro Seabra pediu a Rui que fosse à comissão de Finanças do Senado falar com o senador Segismundo Gonçalves sobre certas emendas ao orçamento do seu ministério. "Ele disse encontrar alguma dificuldade oposta por três membros", explicou Seabra, "oposição que desaparecerá com a sua presença. Como verá, as emendas são justíssimas e têm como objetivo atender a serviços inadiáveis". Seabra usava, em seu benefício, o imenso prestígio de Rui, e colocava o "eminente mestre" para trabalhar em seu favor no Senado. Em 1903, ele já se julgava à altura de se dirigir, em carta, ao "excelentíssimo amigo e *colega* sr. conselheiro Rui Barbosa". (FCRB/ARB/CRUPF 1332.1/1 09/12/1902; 1º/03/1903, grifo nosso)

A relação tornou-se, então, mais de igual para igual, embora Seabra não perdesse oportunidade de reverenciar e de agradar Rui. Provavelmente, contava com o apoio do seu prestígio e da sua influência para suas

pretensões na Bahia. Como ministro, não só se esforçava para atender aos pedidos de Rui, como deixava claro que ele gozava de deferência especial. Alguns exemplos dessa postura, extraídos de cartas de Seabra a Rui, entre 1903 e 1905:

> Sabe que suas ordens só não serão religiosamente cumpridas quando for absolutamente impossível fazê-lo. (FCRB/ARB/CRUPF 1332.1/1 07/07/1903)
>
> O que for possível fazer, farei, com a simpatia que agradavelmente impõe sua recomendação. Mande-me suas ordens. (FCRB/ARB/CRUPF 1332.1/1 31/07/1903)
>
> Recebi sua ordem referente ao Dr. Paes de Figueiredo. Não preciso dizer como as cumpri, quanto ao acolhimento benévolo. Tenho agora todo interesse em colocá-lo e oportunamente não me esquecerei de que ele é recomendado pelo meu ilustre mestre. (FCRB/ARB/CRUPF 1332.1/1 11/08/1903)
>
> Os seus pedidos nunca parecerão impertinentes a mim, que tenho prazer em recebê-los [...] Não tenha, pois, cerimônia em mandá-los, que o acolhimento será sempre de simpatia. (FCRB/ARB/CRUPF 1332.1/1 29/12/1903)
>
> Sabe que eu não lhe nego, nem posso negar coisa alguma a uma simples ordem sua, menos ainda quando se dá em termos como os desta carta, a que não resistiria a mais rebelde vontade. (FCRB/ARB/CRUPF 1332.1/1 03/01/1905)

Os trechos citados também deixam claro que Rui recorreu a Seabra diversas vezes, com pedidos de seus protegidos. Até a esposa de Rui, Maria Augusta, mandou solicitação ao ministro para que um menino fosse admitido no Ginásio Pan-Americano como aluno gratuito, e foi atendida. (FCRB/ARB/CRUPF 1332.1/1 18/03/1903) Do exposto, já se vê que Rui e Seabra já não mantinham a mesma relação do início da República. Era, agora, uma relação de mão dupla, embora cada um tivesse suas características mais destacadas: em Rui, o lado intelectual pesava mais, enquanto Seabra, naquelas circunstâncias, tinha mais peso político.

As relações de clientelismo e favorecimento recíproco faziam parte do cotidiano dos políticos da Primeira República. Todos precisavam lidar com isso, inclusive Rui e Seabra. Os dados disponíveis sugerem que Seabra tinha muito mais facilidade e desembaraço em lidar com essas questões do que Rui. Colocado em um patamar tão elevado de erudição e solenidade, tão acima dos homens comuns, o ilustrado senador parecia um tanto inacessível às demandas da política dos pedidos, contra a qual costumava protestar em discursos inflamados. (CARVALHO, 2000) Diante disso, muita gente preferia pedir os favores através de intermediários, como o filho Alfredo Rui e o cunhado Carlos Viana Bandeira (o *Carlito*), do que aborrecer a Águia de Haia com questões rasteiras, que certamente seriam consideradas por ele pouco nobres.

Não eram todos que tinham esses pudores, é claro. Dentre as muitas cartas de pedido guardadas no acervo de Rui, há várias de políticos baianos, algumas muito interessantes pela arte com que os missivistas enfeitavam suas solicitações. O advogado e político José Gabriel de Lemos Brito, por exemplo, escreveu a Rui dizendo que, impulsionado pela "quase idolatria" que lhe dedicava, acalentava o projeto de escrever uma biografia sua, intitulada *Rui Barbosa: sua vida e sua obra*. Chegou a detalhar o futuro livro, com o conteúdo previsto para cada um dos quatro volumes. Arrematou com o pedido: "se o grande baiano entender ser tarefa para minhas forças, irei meter ombros no estudo preliminar desses trabalhos. Para isso, bastar-me-á que Rui Barbosa entenda conseguir uma posição federal que me dê a calma e o tempo necessário para a vasta obra. Bastará um gesto do meu grande amigo junto ao Miguel Calmon para que esse ilustre ministro consiga para mim o lugar desejado". (FCRB/ARB/CRUPF 244 22/10/1908)

Amigos próximos de Rui, como o médico baiano Artur Imbassaí, tinham liberdade de pedir o que quisessem. Imbassaí era tão íntimo que suas cartas dispensavam as formalidades de estilo e eram encabeçadas simplesmente por "Meu caro Rui" ou "Meu Rui" (uma intimidade que

Seabra, por exemplo, nunca teve). Em 1903, esse amigo pediu a Rui que lhe arranjasse um emprego no ministério de Seabra. Mas, Imbassaí teve a má sorte de solicitar uma nomeação no setor de saúde, dirigido por Osvaldo Cruz. Apesar de ainda ser quase desconhecido, Osvaldo Cruz havia imposto uma condição para aceitar o cargo: o total controle sobre seu departamento, inclusive sobre as nomeações e demissões. Com espanto, Imbassaí contou a Rui que o diretor da Saúde Pública tinha autonomia até de demitir quem lhe conviesse, se o trabalho não fosse satisfatório. Vendo que Seabra estava tendo dificuldades em nomeá-lo por causa da teimosia do seu subordinado, o amigo de Rui ainda comentou: "Só um ministro muito desgraçado não seria capaz de garantir um candidato seu". (FCRB/ARB/CRUPF 727/1 12/03/1903, 02/04/1903)

O caso é interessante porque ilustra que a cultura da indicação era a norma, não a exceção. O procedimento de Osvaldo Cruz é que era incomum. Esperava-se que o ministro pudesse nomear quem bem entendesse para o ministério e, se ele não conseguia fazer isso, era sinal de fraqueza. Imbassaí fez a ressalva, no entanto, que Seabra vinha se esforçando para superar as dificuldades. Ele relatou que o ministro, com seu jeito peculiar de falar, o havia repreendido por aborrecer Rui com assunto tão corriqueiro. As palavras de Seabra, segundo ele: "Agora sim, seu Artur, é que V. está merecendo uma demissão, por ter ido perturbar a paz do meu amigo Rui... Isso não se faz". A partícula "seu" foi grifada no original, como a destacar o tom informal da fala de Seabra. Em um registro formal, era esperado que ele chamasse o médico Imbassaí de "doutor".

Seabra lidava naturalmente com a complexa dinâmica dos favores, conforme o comportamento vigente. Não tinha vergonha de pedir e se esforçava para atender. Em 1896, ao recomendar a Rui um protegido seu, explicou que o rapaz era "muito acanhado" e que, talvez por isso, não havia seguido sua recomendação de "lembrar-lhe sempre o pedido", por achar que se tornava importuno. (FCRB/ARB/CRUPF 1332.1/1 26/10/1896) Seabra não sofria dessas inibições. Da mesma forma, facilitava o acesso aos seus

próprios “clientes”. Quando ministro, instituiu um evento semanal nas noites de quinta-feira, oportunidade para estabelecer contatos em um ambiente agradável, ao som de música. Em biografia escrita quando ele estava no ministério, com o propósito de enaltecê-lo, Melo Moraes Filho descreveu a atitude de Seabra nessas recepções:

> De uma urbanidade insinuante e majestosa, inteligência clara, justa, precisa, nada tendo de burocrático, de protocolar, o ministro do Interior acolhe entre os braços os convivas da noite, liberalizando maneiras cortesãs, distinções espontâneas. (MORAES FILHO, 1905, p. 101)

Nessas recepções do ministério, a frequência era, provavelmente, de pessoas das classes mais privilegiadas, como o próprio Rui, que recebeu um convite, hoje guardado em seu acervo. Era um desses rituais políticos mais restritos, já mencionados. Mas, a habilidade de Seabra em fazer e receber pedidos, sua naturalidade em lidar com a “pequena política”, pode ser compreendida como uma característica marcante, em sua trajetória política, também na relação com pessoas de outras classes sociais. Essa é, a nosso ver, uma chave importante para a compreensão de sua ligação duradoura com o major Cosme de Farias, já mencionado, elemento fundamental na articulação do apoio dos setores populares de Salvador ao seabrismo.

Cosme de Farias era uma figura peculiar no horizonte político da Bahia republicana. Nascido em família de parcos recursos, não teve acesso à educação superior e aprendeu os ofícios de rábula e repórter na prática. Frequentava diversos sindicatos e associações, inclusive o Centro Operário da Bahia. Como rábula, advogava a favor de trabalhadores em greve, servindo de intermediário junto aos patrões. Promovia *meetings* contra a “carestia da vida”, pedindo providências das autoridades para reduzir o preço dos alimentos. Mais tarde, o combate ao analfabetismo seria sua principal bandeira. Em sua longa trajetória como político, líder popular, representante de trabalhadores, Cosme se mostrava guiado por um ideal de assistência e caridade que o levava

a tentar minorar as dificuldades do próximo. Não pedia nada para si, o que pode ser comprovado pela extrema pobreza em que viveu e morreu. A abnegação pessoal reforçava sua imensa popularidade entre os pobres de Salvador. (SANTOS, Mônica, 2005)

Como Seabra, Cosme de Farias não tinha inibição de pedir. Ele batia em todas as portas, em favor dos mais pobres e necessitados. Ao encontrar a porta de Seabra aberta, ficou encantado. Ali estava um político poderoso, um "prócer" da República, mas carismático, acessível, eficiente na intermediação de empregos, doações e benefícios. Firmou-se, então, uma relação vantajosa para ambos. Sem bases na política baiana tradicional, dos chefes do interior, Seabra conquistou um extraordinário promotor de seu grupo junto ao povo de Salvador, como já se registrou. Em troca, Cosme tinha acesso a um político que, além de se esforçar em atender pedidos, era capaz de se comunicar bem com a população menos escolarizada. A adesão de Cosme durou para sempre. Até morrer, em 1972, ele ainda se declarava seabrista.

Registre-se, ainda, que Seabra elegeu Cosme de Farias deputado estadual em 1915, 1917, 1919 e 1921 (SANTOS, Mônica, 2005, p. 89-94), algo absolutamente incomum na Bahia da Primeira República, em se tratando de uma pessoa de origem verdadeiramente popular, sem dinheiro e sem anel de bacharel. Até então, os líderes operários mais destacados e articulados ao poder vigente, como Prediliano Pita e Ismael Ribeiro dos Santos, haviam chegado apenas ao Conselho Municipal. A eleição de Cosme para a Câmara Estadual era excepcional. Além de dimensionar sua importância para a política seabrista, essa distinção também pode ajudar a explicar o vínculo de gratidão e afeição que se firmou entre Cosme e seu "chefe" político.

Os favores pessoais, empregos e promoções não eram os únicos elementos em jogo nessa face reservada da política brasileira. Seabra, Rui e seus contemporâneos também precisavam lidar com as relações que se estabeleciam com empresas privadas que tinham interesse em angariar o apoio dos políticos mais poderosos do país.

O tema das relações dos homens públicos com interesses privados é sempre muito complexo. A legislação republicana proibia a eleição para o Congresso Nacional de diretores ou presidentes de empresas que gozassem de determinados favores do Governo Federal (isenção de impostos, privilégios de juros, concessão de terras, entre outros). Havia, além disso, geral condenação dos desvios e manobras da "advocacia administrativa", definida como o uso das prerrogativas de funcionário público para patrocinar interesses privados. Atualmente, isso se configura como crime previsto no Código Penal brasileiro. Mas, ainda hoje, é difícil definir limites claros entre a "advocacia administrativa", o "lobby", o tráfico de interesses, e a defesa legítima de interesses junto aos órgãos públicos. Na Primeira República, não era diferente.

A atividade parlamentar ocorria em apenas quatro meses do ano. Os homens que se dedicavam a ela não abandonavam suas atividades profissionais. A questão é que muitas dessas atividades tinham uma interface com o Estado. Os limites entre o que era considerado aceitável nessas relações eram, então, fluidos e controversos.

Não se pretende aqui fazer um mapeamento de todas as empresas que se relacionaram com Rui Barbosa e Seabra ao longo de suas trajetórias políticas, nem analisar quais dessas ligações eram consideradas aceitáveis, dentro dos parâmetros da época. Em geral, o material pesquisado indica que tanto Rui como Seabra eram considerados homens honestos pelos contemporâneos, embora eles tenham trocado sérias acusações em seus momentos de maior confronto, como se verá no terceiro capítulo.

Um exemplo de como eram complexas essas ligações, e das interferências desses negócios na política baiana, pode ser encontrado na correspondência de Rui com o amigo e parente João de Assis Lopes Martins. Em 1910, ele pediu ao senador que escrevesse uma carta ao governador da Bahia, Araújo Pinho, para que seu grupo conseguisse a preferência sobre um trecho da Viação Baiana, na parte que se ligava a Minas Gerais. Não ficou claro, na documentação consultada, que tipo de serviço deve-

ria ser desenvolvido na ferrovia, mas Martins disse que era um "negócio grande, que pode nos dar a independência financeira". Martins e Batista Pereira (genro de Rui) faziam parte da sociedade, mas somente um terceiro sócio (Gabriel Penteado) deveria aparecer publicamente. Apesar dessas precauções, Martins assegurava que não havia nada de errado com a pretensão. "Isto é um serviço que deve ser feito por este ou aquele, cumpre-nos aproveitar todos os nossos elementos para obtermos a preferência. Só isto ambicionamos. Não se trata propriamente de um favor. Os mandatários terão toda a vantagem de empreiteiros que mantenham boas relações com o governador". (FCRB/ARB/CRUPF 896/3 25/12/1910)

Já se vê que a indicação, em si, não era tratada exatamente como infração ao bom andamento dos negócios públicos, embora se soubesse que isso não seria bem visto, caso aparecesse nos jornais. Daí a preocupação em ocultar a participação dos parentes de Rui no negócio. Aconteceu, porém, que Seabra havia acabado de ser empossado ministro da Viação, e prometeu rever todos os contratos firmados pelo seu antecessor, alegando que continham irregularidades. O mesmo Martins, em nova carta, aprovou os atos do ministro recém-empossado, mesmo sabendo que seus negócios poderiam ser prejudicados com as medidas:

> O Seabra está convencido de que houve grande comedeira na Viação Baiana e procura meios de anular o contrato, do qual depende o nosso trecho. Não quero analisar os fundamentos da suspeita do Ministro [...] Apesar de não nos atingir a roubalheira, estamos pagando pelo que não fizemos. O nosso contrato é com a Caisse [banco francês que emprestou dinheiro para ferrovias na Bahia], e sobre ela iremos caso o Seabra realize seus intentos, aliás plenamente justificados, a dar crédito ao que se diz. (FCRB/ARB/CRUPF 896/3 07/01/1911, grifo no original)

Mais tarde, Rui criticaria publicamente essa revisão dos contratos da Viação, argumentando que Seabra beneficiou determinadas empresas, e que sua ação moralizadora era apenas de fachada. Mas, pelo menos de acordo com as cartas de Martins desse período, o grupo ligado a Rui não

foi prejudicado com a medida. Com sua proverbial habilidade, Seabra conseguiu remanejar as coisas de modo que, ao fim das contas, a *Caisse* ampliasse a quilometragem de suas ferrovias na Bahia. Aparentemente, o ministro prometeu a Martins e Batista Pereira um trecho equivalente ao inicialmente previsto. Não temos informações se isso foi cumprido, mas, em fins de janeiro de 1911, Martins escreveu uma carta otimista a Rui, dizendo que a Bahia iria ficar "muito bem servida de estradas de ferro" com a reforma de Seabra. (FCRB/ARB/CRUPF 896/3 29/01/1911)

O grupo seabrista também tinha ligações próximas, até de parentesco, com pessoas interessadas nas estradas de ferro da Bahia. O engenheiro Miguel de Teive e Argolo, concessionário de várias ferrovias desde o Império, era sogro de Muniz Sodré (deputado e senador federal pelo grupo de Seabra e primo do futuro governador seabrista Antônio Muniz).

As ferrovias eram alvo de intensa disputa, não só pelo seu valor econômico, como também pelo poder político de facilitar os transportes para esta ou aquela região. Era uma das áreas principais de interesse do capital estrangeiro que, desde o século XIX, vinha se expandindo para países periféricos como o Brasil. Até a década de 1890, essa expansão se deu preferencialmente em forma neocolonialista, na África e a Ásia. Na virada do século XX, porém, a disputa imperialista passou a priorizar "privilégios e monopólios para exploração dos recursos naturais ou dos mercados consumidores dos países periféricos, entre os quais os latino-americanos". (LAMARÃO, 2002, p. 76) A grande abundância de capitais nos países centrais viabilizava os investimentos na modernização da estrutura de transportes e serviços nos países periféricos, com altos lucros para os investidores.

Além das ferrovias, outra área prioritária para o investimento desses capitais era a geração e distribuição de eletricidade e os modernos transportes e serviços urbanos. Duas das companhias mais poderosas desse setor mantiveram ligações duradouras com Rui e Seabra.

Desde 1905, Rui era consultor jurídico da *Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company*, mais tarde incorporada à *Brazilian Traction,*

Light and Power, conhecida simplesmente como a *Light.* O cargo foi obtido através de solicitação que seu cunhado Carlos Viana Bandeira fez ao senador Pinheiro Machado, que, por sua vez, acionou Nilo Peçanha, então governador do Rio de Janeiro. (VIANA FILHO, 2008) A atuação como advogado da *Light*, em si, não tinha implicações políticas diretas, mas, se o poder do verbo de Rui tinha enorme influência no país, nos jornais, no Parlamento, nos tribunais, como já se apontou aqui diversas vezes, é fácil entender o interesse da companhia em contratá-lo. Como consultor da empresa, Rui emprestava a credibilidade de sua imagem pública para os negócios da *Light*.

A *Light* era uma empresa verdadeiramente multinacional. Foi fundada no Canadá, mas alguns de seus donos eram oriundos dos Estados Unidos, de onde vinham seus métodos de gestão. Parte dos capitais provinha da Inglaterra. O grupo também atuava em outros países periféricos, como Cuba, Argentina e México. No Brasil, a *Light* iniciou seus negócios em São Paulo, passando depois a disputar o concorrido mercado de iluminação, transportes e energia elétrica do Rio de Janeiro. Não demorou para que Salvador, terceira maior cidade brasileira, viesse a despertar o interesse da companhia. (LAMARÃO, 2002; MCDOWALL, 2008)

Na capital da Bahia, a atuação da *Light* se deu em sociedade com o magnata norte-americano Percival Farquhar, figura emblemática do capitalismo internacional da época. Em 1905, Farquhar fundou a *Bahia, Tramway Light and Power Co.*, com sede na cidade de Portland, nos Estados Unidos, tendo como sócios Frederick Pearson e Alexandre Mackenzie, que também integravam as empresas *Light* do Rio e de São Paulo. A primeira investida da *Bahia Light* foi a compra da linha de bondes que rodava na Cidade Baixa, então sob controle da alemã *Siemens e Halske*. Pouco depois, Farquhar adquiriu a inglesa *Bahia Gas Company* e a belga *Compagnie de Eclairage de Bahia*, assegurando presença, respectivamente, nos mercados de iluminação a gás e energia elétrica. (SAMPAIO, 2005; GAULD, 2006, p. 125-131)

Apesar do início promissor, os negócios da *Light* na Bahia não foram tão bem sucedidos como no Rio e em São Paulo. Nessas duas cidades, a companhia aumentou progressivamente sua atuação e acabou estabelecendo um virtual monopólio dos transportes, energia e serviços. Era o "polvo canadense" que tudo abarcava com seus tentáculos, no dizer da população. O monopólio não foi obtido, porém, sem intensa disputa prévia. No Rio de Janeiro, que era o mercado mais atraente do país, a *Light* entabulou uma luta prolongada contra o grupo *Guinle*, de capital originalmente nacional, mas articulado a grandes empresas internacionais como a *General Eletric*, de que eram representantes no Brasil.

A disputa entre os dois poderosos grupos não envolvia apenas a compra de empresas de menor porte, pioneiras nos serviços urbanos brasileiros nas últimas décadas do século XIX, mas também uma definição sobre o alcance e a validade dos privilégios e concessões públicas que haviam sido oferecidos para estimular essas primeiras iniciativas. Um exemplo: em 1899, William Reid obteve uma concessão para explorar com exclusividade a geração de energia por fonte hidrelétrica para a capital federal. A chamada "concessão Reid" foi repassada ao grupo *Light* em 1905, mas os Guinle contestaram o privilégio na Justiça. O problema era complicado, pois envolvia a discussão sobre quem detinha o controle sobre os serviços urbanos da capital federal, se o Conselho Municipal, que havia outorgado a concessão, ou o governo federal, responsável por parte da administração da capital. O governo do estado do Rio também interferia na disputa, assim como as diversas instâncias legislativas e judiciárias envolvidas.

Tanto a *Light* como os Guinle partiram para angariar apoio entre os políticos de maior influência no país. Já se viu que a *Rio Light* contratou um advogado de peso, o senador Rui Barbosa, que defendeu o monopólio da companhia nos tribunais e na imprensa. Os concorrentes não ficaram atrás, buscando apoio de homens públicos de destaque em defesa da "livre concorrência", que lhes interessava no momento. Usaram também argumentos nacionalistas contra os estrangeiros. Sérgio Lamarão (2002,

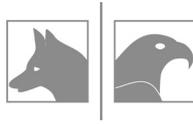
p. 87) observa que os alinhamentos não eram automáticos, mas que era possível detectar elementos vinculados a cada grupo. O barão do Rio Branco, por exemplo, tido como velho amigo de Alexandre Mackenzie, tendia para o lado da *Light*, enquanto Lauro Müller, ministro da Viação e Obras Públicas, era pró-*Guinle*. Em geral, a *Light* vinha conseguindo mais apoio no nível municipal e no governo estadual (Nilo Peçanha), enquanto os Guinle tinham mais força no plano federal (presidência Rodrigues Alves). Ainda assim, após uma prolongada disputa, a *Light* foi vencedora, assegurando pleno domínio, tanto no Rio quanto em São Paulo.

A derrota nas duas maiores cidades brasileiras reforçou o interesse dos Guinle na terceira maior cidade, Salvador. A capital baiana tornou--se vital para as pretensões do grupo. Não admira, pois, que eles tenham se envolvido de perto com a política e os negócios baianos.

É provável que, desde a atuação no ministério de Rodrigues Alves, Seabra tenha estreitado laços com os Guinle. Em 1911, como se verá, um gerente da empresa (Júlio Brandão) foi escolhido como candidato seabrista à intendência municipal de Salvador. Em troca do apoio prestado, os Guinle tiveram ampla participação nas obras do governo de Seabra, e ainda intermediaram um empréstimo tomado no exterior. Tudo isso será abordado, ainda que brevemente, no último capítulo. Por ora, basta assinalar que os vínculos estabelecidos entre os Guinle e Seabra tiveram efeitos prejudiciais para a *Bahia Light*, especialmente para o poderoso Percival Farquhar, que teve grandes prejuízos. O magnata se arrependeu pelo resto da vida dos empreendimentos em Salvador, que, do alto de sua arrogância civilizatória, considerava a "cidade mais africana e corrupta das Américas". Segundo Charles A. Gauld (2006, p. 125), mesmo octagenário, Farquhar "não gostava que o lembrassem de suas derrotas nas mãos dos baianos".

A polarização entre Rui e Seabra na política da Bahia tinha, portanto, mais esse componente: a disputa entre grupos poderosos, com ramificações internacionais, que concorriam pelo mercado de energia,

transportes e serviços urbanos da Bahia. Apesar de alguns momentos de tensão e mudanças, pois os alinhamentos não eram rígidos e automáticos, pode-se dizer que Rui era ligado à *Light*, e Seabra, aos *Guinle*.

Até aqui, foram apontados aspectos da política, sociedade e economia da Bahia republicana, e algumas regras das disputas políticas, tanto em sua face pública, da retórica e dos rituais, como em sua face mais oculta dos favores e intermediações. Esses elementos serão retomados e articulados ao longo do capítulo seguinte, que se concentrará na dinâmica do confronto político entre Rui Barbosa e J. J. Seabra na Bahia da Primeira República.

CONFRONTOS E TRÉGUAS

Embates preliminares (1902-1906)

A primeira escaramuça pública entre o senador Rui Barbosa e o então deputado federal Seabra, líder do governo na Câmara, deu-se em 1902, por um motivo aparentemente trivial. Responsável pela condução do projeto do primeiro Código Civil republicano, em tramitação no Congresso, Seabra entregou o texto, elaborado pelo jurista Clóvis Bevilacqua, ao professor Ernesto Carneiro Ribeiro, para a revisão gramatical, antes que o projeto passasse pelo Senado, ou seja, antes que passasse pelas mãos do senador Rui Barbosa. Rui, que era a maior referência em estilo e retórica do país, não gostou. Dedicou-se, então, a apontar defeitos da revisão de Carneiro Ribeiro (que havia sido seu professor na Bahia). A querela gramatical, que deu origem à famosa *Réplica* de Rui, contribuiu para atrasar a aprovação do novo Código Civil e revelou, pela primeira vez, uma tensão entre o consagrado senador Rui e o ascendente deputado Seabra.

O deputado pernambucano Medeiros e Albuquerque comentou o episódio, atribuindo a reação de Rui (e os transtornos decorrentes)

ao excesso de entusiasmo governista de Seabra, que se esforçava para terminar o Código Civil ainda no mandato de Campos Sales:

> Todos sabem como a discussão e a elaboração desse trabalho foi feita na Câmara. Nomeada uma comissão de vinte e um membros, o Sr. Seabra se arvorou em seu presidente. Homem para gritar e esmurrar mesas, a título de estar fazendo alta eloqüência e declamação parlamentar, a sua incapacidade para qualquer trabalho de pensamento revelou-se desde logo [...]
>
> Depois, para ele, aquilo era uma empreitada como qualquer outra; discutir o Código Civil ou defender uma violência policial do Governo é exatamente, no seu espírito, a mesma coisa. Quando ele "pega num serviço" o que quer é dar conta dele, brutalmente, o mais depressa possível. Se é coisa de tribuna, o homem esbraveja, fica apoplético, esmurra valentemente a bancada – e sai radiante, com a tarefa concluída. Tinham-lhe dito que era preciso dar pronta uma discussão do Código. Ele ajustou o serviço e fez. Fez – do modo "brilhante" que todos viram. (BARBOSA, 1902, v. 29, t . 4, p. 129-130)

Quanto a Rui, apesar da erudição demonstrada na *Réplica*, sua responsabilidade pelo atraso do Código Civil foi retomada várias vezes pelos adversários como exemplo de vaidade intelectual colocada acima do interesse do país. No mesmo texto em que criticou Seabra, Medeiros e Albuquerque reservou o seguinte comentário para a atitude de Rui no episódio: "O Sr. Rui é da estirpe daquele rei de Castela, que lamentava não ter assistido à criação do mundo para dar uns bons conselhos ao Padre Eterno... E acreditem que, se isso tivesse sucedido, ainda se queixaria de que não lhe 'tivesse cabido a honra da primeira redação' do Universo..." (BARBOSA, 1902, v. 29, t. 4, p. 129, 131)

O ano de 1902, como já se registrou, marcou mudanças importantes, tanto na trajetória de Rui quanto na de Seabra. Para Rui, era o momento de deixar a trincheira da oposição permanente para se articular com o poder instituído, personificado no senador Pinheiro Machado. O gaúcho tinha habilidades políticas bastante complementares às suas.

Era um mestre nas articulações de bastidores, nas negociações com os partidos estaduais, no controle do "reconhecimento" de mandatos alheios. Pinheiro era o nome nacional do Rio Grande do Sul, representante do grupo *castilhista* perpetuado pelo governador Borges de Medeiros, mas tinha ascendência também sobre os governadores do Norte (definição regional bastante imprecisa, que hoje incluiria também o Nordeste). Rui, que tinha dificuldades em estabelecer essas articulações internas do poder, era imbatível no espaço público, na tribuna e na imprensa. A aliança possibilitava ao baiano acalentar seu sonho de ser presidente do Brasil.

Para Seabra, a nomeação para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, também em 1902, representou uma grande guinada. Era uma pasta importante, pois englobava a administração da Justiça, inclusive eleitoral, saúde, educação, polícia, entre outras. No mandato de Rodrigues Alves, a responsabilidade era ainda maior, pois se pretendia levar a cabo a reforma da capital federal, "embelezando" o ambiente urbano, conforme as normas estéticas em voga na Europa, saneando e erradicando as doenças contagiosas que ali grassavam. Buscava-se, enfim, *civilizar* o Rio de Janeiro, principal vitrine do país, e a tarefa caberia, em parte, ao novo ministro.

Seabra foi uma figura destacada no ministério por vários motivos. Foi ele quem convidou o médico Osvaldo Cruz para dirigir a saúde. Tornou-se, mais tarde, um dos alvos da fúria popular, ao participar pessoalmente da repressão à revolta da Vacina e à simultânea revolta da Escola Militar. Mas, sua atuação ficou marcada também pelas realizações: além da reforma da capital federal, deu início a obras na Bahia (reforma da Faculdade de Medicina após incêndio, porto de Salvador) e Pernambuco, organizou a polícia civil no Rio de Janeiro, reformou serviços públicos. Cumpriu, enfim, de forma eficiente, as tarefas do cargo (inclusive as tensas negociações políticas da pasta), o que lhe rendeu o reconhecimento do presidente Rodrigues Alves. Como ministro interino de Negócios Exteriores, iniciou as negociações para incorporar o território do Acre.

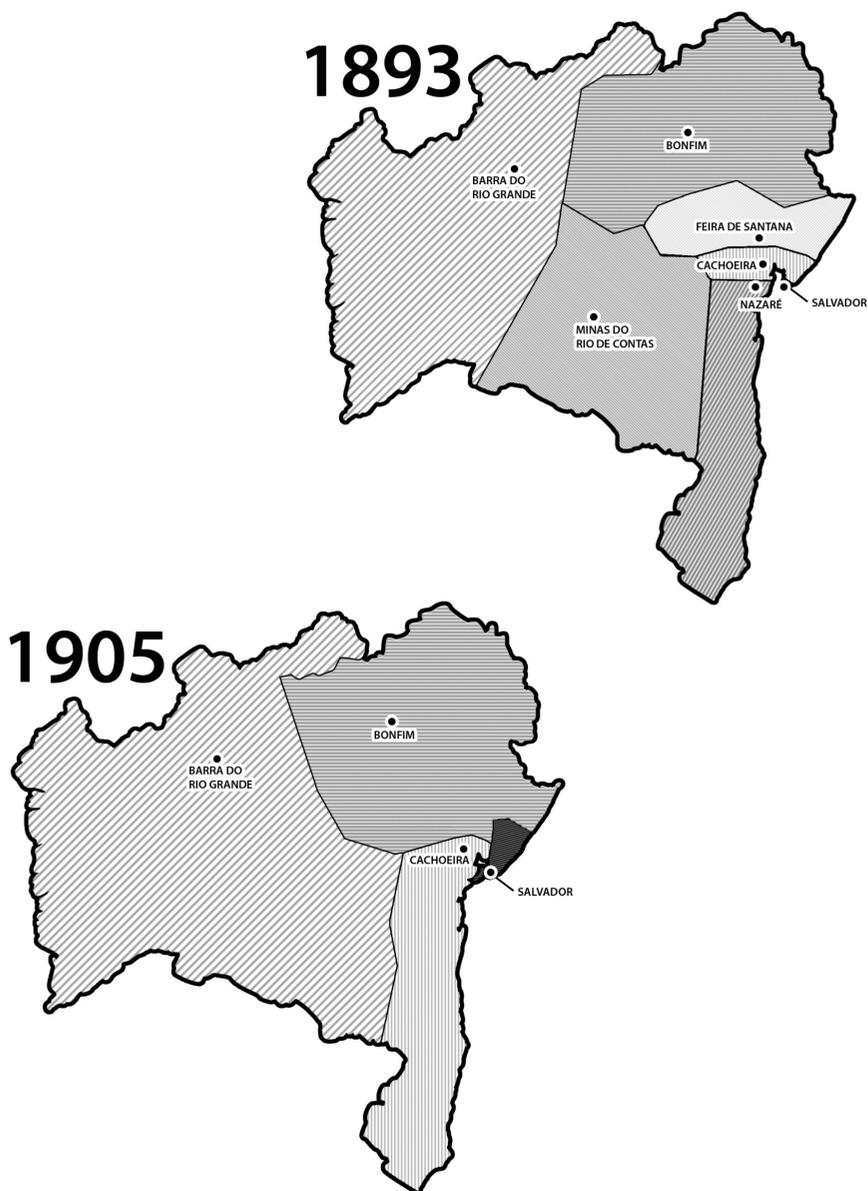
O ministério tinha sob sua responsabilidade grande quantidade de cargos, contratos e obras, além de proporcionar ampla visibilidade e prestígio. Era uma oportunidade para Seabra se firmar definitivamente na política baiana e nacional, e ele fez de tudo para aproveitá-la. Começou a formar um agrupamento próprio na Bahia, atraindo jovens doutores seduzidos por sua liderança carismática e pelas possibilidades de ascensão do ministério. Atento ao combate no campo do jornalismo, manteve veículos favoráveis a seu grupo, no Rio e em Salvador. Assim, por exemplo, se o *Correio da Manhã* (RJ), de abrangência nacional, massacrava o ministro da Justiça, lá estava *O País* (RJ), também muito influente, a defendê-lo. Em Salvador, os seabristas se expressaram, inicialmente, através do jornal *Correio do Brasil*, passando depois a *O Norte*.

A nomeação de Seabra para o ministério não foi submetida ao governador da Bahia, Severino Vieira, que tentou mesmo derrubá-la. Mantendo-o na pasta, o presidente tinha um ponto de tensão constante com o governo baiano, que temia a crescente interferência do ministro na política estadual. De fato, já em 1903, Seabra começou a divergir do partido dominante na Bahia, opondo discreta resistência à escolha de José Marcelino de Sousa como candidato ao governo. (SOUSA, 1949, p. 5) Indicado por Severino Vieira, José Marcelino representava a continuidade do seu mando e o fortalecimento do Partido Republicano da Bahia (PRB), primeiro partido relativamente organizado do estado. (SAMPAIO, 1998) Seabra era membro fundador do PRB, chefiado por Severino Vieira, mas, com a força do ministério, começava a fazer valer sua influência de forma autônoma.

Os descontentes com a indicação de José Marcelino aventaram outros nomes, inclusive o de Seabra, ainda com pouca repercussão, e o de Rui. A candidatura Rui teve grande aceitação, mas, diante de alegações de inelegibilidade, por não residir na Bahia há mais de dez anos, o senador declinou da oferta, declarando que não aceitaria a "honra do governo desse estado, senão no caso desse sacrifício ser imposto por afirmação

geral da vontade da Bahia". (SOUSA, 1949, p. 7) Rui preferiu apoiar a candidatura de José Marcelino, que se tornaria seu mais importante aliado na política baiana. No governo Marcelino, de fato, o senador voltou a exercer plenamente sua influência na Bahia, nos moldes estabelecidos no início da República. Ele deixava as questões baianas serem resolvidas pelo governador e, em troca, era tratado como "plenipotenciário da Bahia junto ao governo federal". (SOUSA, 1949, p. 5)

A relação dos governistas baianos com o governo federal, contudo, começou a se desgastar, a partir de 1905. O estopim foi a implantação da reforma eleitoral promovida pela Lei 1.269, que alterava a geografia dos distritos eleitorais, onde ocorriam as eleições proporcionais. O ministro Seabra, responsável pela reconfiguração dos distritos, pediu aos partidos de cada estado que dissessem como seus estados deveriam ser divididos, mas ignorou as sugestões do governador da Bahia, estabelecendo a divisão conforme seus próprios critérios (Figura 3). Era um passo claro no sentido de pavimentar o caminho para o controle político do estado natal. Os distritos criados por Seabra privilegiavam, como era de se esperar, as cidades onde ele era mais forte. O primeiro distrito seguia a linha ferroviária de Salvador a Alagoinhas. A sede do terceiro distrito, Bonfim, também estava situada na ferrovia. O imenso quarto distrito, que incluía todo o oeste, a região do São Francisco e as Lavras, passou a ser sediado pela pouco desenvolvida cidade de Barra do Rio Grande (Barra). A escolha de Cachoeira como sede do segundo distrito desprestigiava Nazaré, reduto do próprio José Marcelino. Diante disso, o governo da Bahia viu-se obrigado a romper relações com o governo federal, que continuava prestigiando seu ministro da Justiça. (SOUSA, 1949, p. 83-85)

Figura 3. Mapa esquemático de distritos eleitorais da Bahia (1893-1905)

Fonte: Mapas elaborados a partir de: BRASIL. Decreto n. 153, de 3 de agosto de 1893 / Decreto n. 1425 de 27 de novembro de 1905.

Em março de 1905, José Marcelino lançou a candidatura presidencial de Rui Barbosa à revelia do Catete, que tentava viabilizar o nome do ministro Bernardino de Campos como sucessor. Era um sinal de rebeldia dos baianos e também uma forma de participar das articulações sucessórias com um nome de relevância nacional. O acionamento do prestígio de Rui também servia como anteparo ao avanço seabrista, pois, como comentou Severino Vieira a José Marcelino: "o lançamento da candidatura do Rui teve o grande efeito político de afastar do Seabra, pelo menos por enquanto, a imprensa neutra da nossa terra". Rui não foi eleito, nem mesmo saiu candidato oficialmente, mas foi vitorioso nessas eleições. Seu grupo, o *Bloco,* que liderava ao lado de Pinheiro Machado, conseguiu impor uma derrota ao governo federal. O argumento era de que não cabia ao presidente escolher o sucessor. Eles defendiam a escolha de um nome pelos "próceres" estaduais, ou seja, alguém referendado pelo próprio *Bloco*. Nessas negociações, Rui atuou em nome da Bahia, com *carta branca* do governador. "Quem fala e resolve pela Bahia, neste assunto, já o tenho dito e repetido sem reservas, é, unicamente, V.", escreveu-lhe José Marcelino. O novo presidente, o mineiro Afonso Pena, foi eleito com forte apoio de Rui, que viu crescer sua influência no plano federal. (SOUSA, 1949, p. 87, 58)

Seabra, que havia se esforçado pela candidatura do Catete, ficou do lado perdedor. Sem o apoio do próximo presidente, hostilizado pelos governistas baianos, suas perspectivas eram sombrias ao deixar o ministério. Diante de sua fragilização, os chefes do PRB trataram de desfazer suas tramas na política baiana. José Marcelino trouxe a público uma carta de fevereiro de 1905, em que Seabra o instava a romper com Severino Vieira, reorganizando o PRB sob sua influência. Foi o pretexto para se excluir os seabristas da chapa oficial para as eleições seguintes. Os partidários de Seabra fundaram, então, um *Partido Republicano Dissidente*. Fizeram questão de incluir, em sua chapa eleitoral, o nome de Rui Barbosa, já presente na chapa oficial, alegando que seria "crime de

lesa-patriotismo" excluir o ilustre senador. (O NORTE, 18 jan. 1906 apud SAMPAIO, 1998, p. 84) Parecia uma tentativa desesperada de obter o apoio de Rui no Congresso Nacional. A deferência de nada adiantou, pois nenhum dos seabristas foi considerado eleito.

O expurgo seabrista teve certa repercussão, pois contrariava a nova lei eleitoral, que previa uma cota para a representação das oposições estaduais. Rui precisou tratar do assunto publicamente. Em discurso no Senado (15 maio 1906), ele negou rumores de que o apoio baiano ao convênio de Taubaté, realizado naquele ano, tivesse sido negociado em troca da "degola" dos seabristas. Desqualificou o partido dissidente ("uma improvisação da véspera, constituída em torno da autoridade exclusiva de um ministro"), atribuindo seu fracasso nas urnas à estratégia definida pelo seu chefe (Seabra), que dispersou votos, em vez de concentrá-los. Insinuou, ainda, que os oposicionistas estariam envolvidos no atentado fracassado contra José Marcelino[1], que, se bem sucedido, "teria mudado, transposto, invertido inteiramente a situação política da Bahia". (BARBOSA, 1906, v. 33, t. 1, p. 11, 16)

Mas, o golpe maior na primeira tentativa de Seabra de se firmar na política estava por vir. Em setembro de 1906, foi eleito senador federal por Alagoas, com o apoio de Euclides Malta, chefe da família que monopolizava a política daquele estado. Não se sabe que vantagem os Malta tiveram para lhe ceder uma cadeira no Senado, mas as eleições ocorreram com a "regularidade" que só uma oligarquia bem assentada no poder, como a alagoana, poderia proporcionar. Euclides Malta arranjou 12.412 votos (6.322 "a descoberto", isto é, abertos, e 6.090 secretos) para Seabra, sem que o baiano precisasse pôr os pés em Alagoas. O candidato da oposição, Leite e Oiticica, recebeu oficialmente 410 votos, mas ganhou o apoio informal do governo baiano e do *Bloco*. A disputa maior anunciava-se para o Congresso Nacional, onde o candidato eleito deveria ter seu diploma reconhecido. (CASTRO, 1990; SANTOS, E., 1990)

[1] Em 12 out. 1905, José Marcelino foi ferido por um homem chamado José da Circuncisão, preso em seguida. Durante a apuração policial, foram apontados indícios de envolvimento de políticos vianistas, que estavam na oposição.

A eleição foi anulada no Congresso, dando origem a uma polêmica. Muitos atribuíam a "degola" à ação de Rui Barbosa e Pinheiro Machado. Em discurso no Senado (20 nov. 1906), Rui protestou contra a "campanha de ódios e mentiras" dos jornais sobre o assunto. Negou a existência de um antagonismo pessoal entre ele e Seabra, admitindo apenas um "antagonismo político, notório, manifesto [...] decorrente de circunstâncias que todos presenciaram, e que até hoje ninguém esqueceu". (BARBOSA, 1906, v. 33, t. 1, p. 172) Essas "circunstâncias" eram as recentes investidas de Seabra sobre a política baiana, assim referidas por ele:

> Ninguém ignora a atitude assumida pelo ilustre candidato por Alagoas em relação ao meu Estado natal. Ninguém esqueceu ainda a carta endereçada por S. Ex. ao governador da Bahia, onde aquele ilustre brasileiro era convidado, a troco do aceno dos elementos federais manejados pelo ministro da Justiça, a romper com seus amigos, com a organização do seu partido e com as tradições e deveres em que ele se assentava, pra constituir uma política nova, depondo o chefe e organizando o Partido Republicano da Bahia segundo outras normas e outra direção. (BARBOSA, 1906, v. 33, t. 1, p. 173)

No mesmo discurso, Rui teceu um histórico de suas relações com Seabra, evidentemente a partir do seu ponto de vista. Recordou as boas relações do início da República, o *habeas corpus* que pediu a seu favor, o apoio prestado nas difíceis eleições de 1896, as relações amistosas que mantinham quando Seabra foi nomeado ministro e, visitando com frequência a casa de Rui, o abraçava e assegurava que ele seria o "conselheiro de todos os seus atos". (BARBOSA, 1906, v. 33, t. 1, p. 177) As divergências entre os dois, segundo Rui, teriam ocorrido em ocasiões isoladas, por discordância de opiniões, nunca por questões pessoais.

O problema, realmente, não parece ter sido pessoal, mas político. O crescimento de Seabra já significava, àquela altura, uma ameaça ao equilíbrio das relações entre Rui e os que dominavam o governo da Bahia. De deputado praticamente desconhecido, ele se tornara um

ministro importante, firmando-se como um representante baiano alternativo no país. Por outro lado, a tentativa de articular seu próprio grupo na Bahia, algo que Rui nunca fez, ameaçava os grupos estabelecidos na política estadual. Tanto Rui como os políticos do PRB tinham motivos para hostilizá-lo. Ao comentar o assunto em seu diário pessoal, ainda em maio de 1906, o presidente Rodrigues Alves avaliava assim as perspectivas políticas de seu ex-ministro:

> A idéia da entrada do Dr. Seabra para o Senado tem alarmado o mundo político, o bloco. Tem-se medo dele. Todos os esforços serão para arredá-lo do Senado e se diz abertamente que lá não entrará. A sua entrada é uma ofensa ao Rui, que resignará à sua cadeira se isso se der – é a linguagem misteriosa dos seus amigos. (1906, apud SANTOS, E., 1990, p. 37, grifo no original)

Para Seabra, esse primeiro confronto direto com Rui terminou em derrota. Na nova eleição que se realizou em Alagoas, após a anulação da primeira, o baiano sequer foi candidato. Euclides Malta já se julgava desobrigado do compromisso e preferiu eleger seu próprio irmão, que foi reconhecido sem problemas, apesar da eleição ter sido realizada com os mesmos métodos da anterior. Sem mandato, Seabra não teve remédio senão fazer barulho. Viajou a Maceió para agradecer os votos recebidos, fez conferências em Salvador e em Recife, e publicou oito artigos contra Rui na imprensa do Rio de Janeiro, entre março e abril de 1907. Nesses artigos, protestou contra o "esbulho" do seu mandato, que considerou "uma afronta contra a soberania do Estado de Alagoas". Traçou uma breve autobiografia, louvando a própria origem "pobre" e dizendo não ser "saltimbanco político", nem "intrigante de bastidores" – essas eram, provavelmente, críticas comuns ao seu estilo de fazer política. Deu sua versão do histórico de suas relações com Rui, confirmando a cordialidade do início, mas acrescentando alguns episódios negativos à imagem do conterrâneo. Foram esses os artigos citados no segundo capítulo, aos quais Rui respondeu com o discurso no Senado, antes de embarcar para Haia. (CASTRO, 1990)

Em resposta, Rui declarou que o resultado da segunda eleição alagoana era uma prova de que o Senado agiu corretamente ao anular o primeiro pleito. Afinal, argumentou, se os milhares de votos dados a Seabra fossem, de fato, a "expressão da vontade popular", eles deveriam aparecer novamente na segunda eleição, o que não ocorreu. O argumento baseava-se no esquecimento deliberado do modo como se processavam as eleições no país. Rui sabia que o resultado das eleições em Alagoas dependia do interesse dos Malta, não da vontade popular, e que a segunda votação fora tão corrupta quanto a primeira. Mas, fingia acreditar no resultado das urnas para justificar a controversa "degola" do rival. Rui ainda ironizou os rumores de que mandara anular a eleição alagoana por "medo" de enfrentar Seabra no Senado, "porque, de certo, não podia resistir aos seus embates, ou porque a sua própria presença seria para mim, nesse recinto, uma cabeça de Medusa". (BARBOSA, 1907, v. 34, t. 1, p. 28-30)

Frustrou-se, assim, completamente a primeira tentativa de Seabra de se estabelecer como chefe na Bahia e como líder baiano no país. O ex-ministro entrou em um período de ostracismo político. Não tardaria, porém, para que as instabilidades da política baiana (cisão do PRB) e os projetos do próprio Rui (campanha presidencial de 1910) possibilitassem seu retorno, em vertiginosa curva ascendente, que culminaria no controle do governo da Bahia em 1912. Aí, verdadeiramente, a raposa e a águia teriam um combate digno de suas forças.

A campanha civilista (1909-1910)

Em 06 de fevereiro de 1909, José Joaquim Seabra figurava entre os que se despediam do ex-governador José Marcelino, chefe do Partido Republicano da Bahia, na ponte da Navegação Baiana. Era mais uma cerimônia de embarque, daquelas tão frequentes em Salvador, mas, dessa vez, não havia banda de música, nem foguetório, pois o homenageado não se

dirigia à Europa, nem mesmo ao Rio de Janeiro. Apenas atravessaria a baía de Todos os Santos, em direção à cidade de Nazaré, onde estava sua propriedade agrícola, o engenho Xangó. Não obstante, lá estava o ex-ministro Seabra na despedida. Foi citado sem destaque pelo jornal *A Bahia* (07 fev. 1909), em meio a funcionários públicos e políticos de diversos escalões, que aproveitavam para demonstrar publicamente sua lealdade ao chefe que partia.

A presença de Seabra nesse evento de pequena expressão pode ser tomada como um indício da fragilidade com que ele, então, retornava à política baiana. Após a "degola" do Senado, Seabra entrou em uma espécie peculiar de ostracismo: não ocupava cargo público, mas seus partidários baianos continuavam se referindo a ele como *chefe* e se comportavam como um grupo à parte no Senado e na Câmara Estadual. Em 1907, enquanto os jornais publicavam seus artigos contra Rui, ele viajou à Europa em companhia do tio, Manuel Alves Barbosa, que buscava tratamento de saúde, mas acabou falecendo. Ao regressar com o corpo, meses depois, Seabra já estava informado de que o tabuleiro baiano havia sofrido importantes alterações.

Em abril de 1907, o governador José Marcelino rompeu com o antecessor, Severino Vieira, no que ficou conhecido como a "cisão" do PRB. Dois grupos distintos passaram a disputar o controle do governo estadual. De um lado, Severino estava fortalecido, após seis anos como chefe do partido, com maioria nas duas casas legislativas estaduais e na bancada da Câmara Federal. José Marcelino, por sua vez, era o governador, isto é, dispunha da máquina governamental, da justiça e da polícia para influir nas eleições. Além disso, tinha aliados na esfera federal, dos quais o principal era o senador Rui Barbosa. Rui se envolveu tanto nessa disputa baiana que cogitou até em desistir de participar da conferência de Haia para ficar no Brasil, apoiando José Marcelino. (SAMPAIO, 1998, p. 94-97)

É interessante lembrar que, menos de um ano antes, Rui havia criticado Seabra por instigar o governador a romper com "seus amigos,

com a organização do seu partido e com as tradições e deveres em que ele se assentava". (BARBOSA, 1906, v. 33, t. 1, p. 173) Agora, o próprio Rui se envolvia na disputa, ao lado daquele que se tornara seu aliado mais confiável. De fato, Severino Vieira sempre manteve uma postura hostil a Rui, tolerando sua ascendência sobre a política baiana com relutância. Ele havia sido ministro de Campos Sales e tinha maior trânsito nacional do que José Marcelino, que era um nome restrito à Bahia. Na "queda-de-braço" entre Severino e Marcelino, a força nacional de Rui foi fundamental para ajudar o governador a superar a força estadual do antigo chefe. Foi, provavelmente, graças a ele que os marcelinistas obtiveram o decisivo apoio do presidente Afonso Pena às suas pretensões.

A cisão do PRB possibilitou aos seabristas uma nova inserção na política dominante da Bahia, dentro do grupo vencedor. Eles ajudaram a pesar a balança para o lado marcelinista, que conseguiu empossar o novo governador, João Ferreira de Araújo Pinho, em maio de 1908. Em troca, Seabra encerrou seu próprio ostracismo político, com um mandato de deputado federal. Candidato do primeiro distrito, fez campanha eleitoral de trem até Alagoinhas, sendo saudado em cada parada pelos chefes locais. Pedia votos, não só para si, mas para toda a chapa oficial, afirmando sua lealdade aos marcelinistas, dos quais dependia sua eleição. O resultado lhe foi favorável. Com 7.628 votos, foi o segundo candidato mais votado do distrito, atrás apenas de Antônio Calmon. Como deputado eleito, mas não *reconhecido*, Seabra ainda precisava das boas graças do governo estadual. No almoço de despedida, antes de partir para o Rio de Janeiro, atribuiu a eleição à "aprovação, por parte do povo, dos seus atos como parlamentar e ministro, e da sua atitude de franco apoio à atual situação baiana". Concluiu brindando a Bahia, "cuja apologia fez na pessoa do seu digno governador, que a representa com altivez, dignidade, dedicação, honra e patriotismo". (GAZETA DO POVO, 08 jan. 1909, 15 fev. 1909)

Dois dias depois, na chegada festiva à capital federal, Seabra já proclamou um discurso que deu margem a dúvidas sobre sua lealdade aos

governistas baianos. Não foi possível encontrar suas palavras exatas nas fontes consultadas, mas os desmentidos publicados na seabrista *Gazeta do Povo* informam que ele proferiu um ataque às oligarquias estaduais, prometendo combatê-las no Congresso Nacional. O discurso foi interpretado, especialmente pelos severinistas, como uma ofensiva ao grupo dominante na Bahia. Diante disso, o correspondente da *Gazeta do Povo* mandou a seguinte nota de esclarecimento:

> Em resposta às explorações de certos jornais, o Dr. Seabra mantém a sua opinião sobre oligarquias, e pergunta-nos onde está a oligarquia da Bahia, onde nenhum dos seus governadores tem parentesco próximo ou afastado.
>
> Nada têm, portanto, suas palavras que ver com a política baiana, com a qual é inteiramente solidário. (GAZETA DO POVO, 22 fev. 1909)

Aproveitando-se da polissemia do termo, Seabra adotou o conceito de oligarquia que lhe convinha no momento, que era o que restringia as oligarquias aos governos familiares. Com essa ressalva, podia manter "sua opinião sobre oligarquias", ou seja, podia se inscrever entre os que denunciavam os arranjos oligárquicos como um dos males da República, sem, necessariamente, romper com o governo baiano. Era sempre muito desagradável estar na oposição.

O combate às "oligarquias" era, então, o principal tema político do Brasil. A emergência dessa questão, como já se comentou, trazia à tona a insatisfação com as promessas não cumpridas pela República e a aspiração por modelos centralizadores. Na eleição presidencial de 1910, essa aspiração encontrou uma brecha para se manifestar na incapacidade dos *chefes* estaduais em obter um consenso. O candidato preferido do presidente Afonso Pena, o ministro Davi Campista (escolha referendada pelos cafeicultores paulistas) não foi aceito por Rui e Pinheiro Machado, que alegavam que o Catete não deveria indicar o sucessor. Rui lembrou

a Afonso Pena de que esse princípio havia sustentado sua própria candidatura, em 1906, contra o candidato preferido de Rodrigues Alves. (BARBOSA, 1909, v. 36, t. 2; VISCARDI, 2001, p. 176-177)

Apesar da argumentação baseada em princípios, e das negativas de que fosse candidato, era óbvio que Rui protestava em causa própria. O senador baiano era um dos nomes mais citados nos jornais como aspirante ao Catete e o momento lhe parecia muito favorável. Aos 60 anos, ele desfrutava de imensa popularidade, consagrado como grande herói intelectual do Brasil. Para isso, muito contribuiu sua brilhante participação na Conferência de Haia, em 1907. Em 1908, Rui foi eleito presidente da Academia Brasileira de Letras. Era vice-presidente do Senado, mais alto cargo da casa, e amigo de Afonso Pena, seu colega de faculdade. Desde a posse de Rodrigues Alves, vinha mostrando não ser apenas um ferrenho opositor, mas alguém capaz de articular o jogo político nacional, ao lado do aliado Pinheiro Machado. Em 1905, Rui retirara sua própria candidatura, lançada pela Bahia, em favor de Afonso Pena. Nada mais natural do que esperar uma retribuição do presidente. (GONÇALVES, 2000b, p. 115-122)

Afonso Pena, porém, insistiu na candidatura Campista, que não encontrou apoio maciço sequer em Minas Gerais, terra natal do candidato e do presidente. Outros estados também opuseram resistência. Diante das dificuldades, vários nomes foram cogitados. Além de Rui, dois outros aspirantes ao Catete eram vistos como que pairando acima dos vícios da política "oligárquica": o barão do Rio Branco, ministro do Exterior, e o marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra. Dois políticos de perfil tradicional, os ex-presidentes Rodrigues Alves e Campos Sales, ambos paulistas, eram também sempre lembrados.

Na Bahia, a crise sucessória teve efeitos importantes. Interessado em manter as boas relações com o governo federal, José Marcelino havia prometido ao presidente que a Bahia apoiaria a candidatura Campista. Há indícios, inclusive, de que esse apoio teria sido negociado em troca

de futuros investimentos federais na rede ferroviária baiana. Com a oposição de Rui, José Marcelino teve que recuar a uma posição indefinida. Em janeiro de 1909, dois jornais baianos (*Diário de Notícias* e *Gazeta do Povo*) noticiaram uma suposta carta de Rui a Araújo Pinho, pedindo que a Bahia assumisse "atitude idêntica à que teve em 1905, não aceitando as imposições do Catete". Em 1905, a Bahia manifestou independência lançando Rui à presidência. A carta seria um recado para o governador repetir o gesto do anterior. A resposta de Araújo Pinho, conforme essa versão, foi de que não poderia "contrariar Dr. Afonso Pena, que foi o verdadeiro criador da atual situação baiana". Tanto a carta como a resposta foram desmentidas pelos envolvidos. Rui negou os boatos, declarando, inclusive, que "nunca interveio nas deliberações da política baiana, senão quando chamado". (A BAHIA, 06-08 jan. 1909)

O conteúdo das cartas pode ter sido inventado, mas a pressão de Rui sobre o governo baiano era real. Em abril de 1909, ele escreveu a Araújo Pinho dizendo que, desde janeiro, esperava uma resposta sobre a sucessão. Segundo Rui, pessoas de sua confiança lhe disseram que a Bahia havia assumido o compromisso de apoiar qualquer candidatura lançada pelo Catete. Ora, os chefes do PRB sabiam da posição de Rui a respeito. Logo, se resolviam agir de forma contrária às suas orientações, Rui concluiu que eles haviam deliberado sua "desligação da política da Bahia", mas que o faziam "pelas costas", enquanto continuavam a tratá-lo como "amigo, conselheiro e chefe". Era evidente, para quem conhecia a retórica peculiar de Rui, que ele estava irritado:

> Não quero negar à política baiana o direito de esposar qualquer candidatura presidencial, com o mesmo arbítrio que, há três anos, levantou a minha. Mas o que peremptoriamente lhe nego é a faculdade, que lhe seria injuriosa, de se associar a uma candidatura da iniciativa pessoal do presidente. (BARBOSA, 1909, v. 36, t. 2, p. 158)

Bem se vê o tamanho da responsabilidade às costas dos marcelinistas. Optar pelo candidato do Catete significaria romper com Rui Barbosa, com as consequências de sempre, ampliadas pela popularidade de que ele desfrutava no momento. Por outro lado, adotar sua candidatura sem ter certeza de suas bases políticas era arriscar ficar na oposição ao futuro presidente, caso ele não fosse vitorioso. Por isso, José Marcelino e Araújo Pinho permaneciam indefinidos.

Os seabristas também se movimentavam com cautela. A *Revista do Brasil*, publicação baiana ligada a Seabra, publicou caricaturas em que ele aparecia apoiando o ex-presidente Rodrigues Alves, mas ele mantinha uma posição pública indefinida. Seu discurso contra as oligarquias é um indício de que ele poderia já estar associado aos partidários do marechal Hermes da Fonseca. Originada no seio do Exército, essa candidatura parecia encarnar, mais do que qualquer outra, o desejo de *limpar* a política oligárquica, através da mão forte de um militar desvinculado de qualquer grupo regional. Se Seabra já estava ligado aos hermistas, no entanto, demorou em assumi-lo. Chegou a negar ter estimulado a criação da *Liga Política Hermes da Fonseca* na Bahia. (GAZETA DO POVO, 11 mar. 1909) Mantinha, assim, aberta a possibilidade de aderir à candidatura que mostrasse maior força, ao fim das negociações.

Paradoxalmente, foi o mesmo marechal Hermes – valente destruidor de oligarquias, no discurso de seus propugnadores – que obteve o apoio do maior número de chefes representantes das mais consolidadas oligarquias do país. Para isso, foi fundamental a adesão de Pinheiro Machado. Como em 1906, o gaúcho conseguiu esvaziar as pretensões do Catete, impondo-lhe um nome acertado pelos grupos dominantes nos estados mais poderosos, especialmente Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que forneceu o candidato à vice-presidência. Mais uma vez, esses estados se uniam para combater a supremacia paulista, visível nos três primeiros governos civis. Desta vez, porém, o acordo não incluía o senador Rui Barbosa. O nome de Rui chegou a ser citado em uma

reunião convocada por Pinheiro para definir o candidato do *Bloco*. Com a votação empatada entre Rui e Hermes, o gaúcho delegou o "voto de minerva" ao chefe pernambucano Francisco Rosa e Silva, que sabia ser desafeto do baiano. Após votar no marechal, selando a escolha do *Bloco*, Rosa e Silva ainda comentou, com ironia: "Com Rui, nem para o céu!"

Não era da personalidade de Rui Barbosa aceitar essa exclusão apaticamente. Três dias antes do lançamento da candidatura Hermes, veio a público uma carta sua combatendo-a frontalmente. Rui alegava que, como o marechal não tinha passado político, sua candidatura refletia apenas sua condição de militar. Tratava-se, então, segundo ele, de um retrocesso do sistema político brasileiro, que há tempos deixara os governos militares da transição republicana (Deodoro e Floriano) em direção a governos civis. Esse importante documento, conhecido como a "carta de bronze", porque correligionários de Rui quiseram perenizá-lo nesse material, instituiu um novo mote para a disputa eleitoral. A partir daí, em reação ao *militarismo,* supostamente encarnado por Hermes da Fonseca, emergiria o *civilismo*, que teria como candidato, a partir de 22 de agosto de 1909, o próprio Rui Barbosa.

Pela primeira vez na República, duas candidaturas presidenciais apresentavam-se ao confronto com certo peso político. Do lado hermista, alinhavam-se os grupos dominantes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e de todos os demais estados – exceto São Paulo, Bahia e, até certa altura, Rio de Janeiro – além de setores do Exército. Do lado oposto, que se chamaria civilista, os partidos governistas de São Paulo e Bahia, além das oposições de diversos estados. Em Minas Gerais, oficialmente hermista, desavenças internas puseram grupos relevantes do lado civilista. Havia, ainda, uma expectativa de apoio do Catete, inclinado a se compor com Rui e os paulistas, após o fracasso da candidatura Davi Campista. A morte de Afonso Pena (14 jun. 1909) extinguiu essa possibilidade.[2]

[2] No Senado, Rui atribuiu o falecimento súbito de Afonso Pena a um "traumatismo moral" provocado pela candidatura de Hermes, seu ex-ministro da Guerra. Segundo o senador baiano, os médicos que atenderam o presidente lhe garantiram que todos os seus órgãos estavam "ilesos" – isso colocaria Hermes como responsável pela morte de Pena. Os hermistas rejeitaram a afirmação e chegaram a acusar Rui de conspirar contra a vida de

O novo presidente, Nilo Peçanha, mostrou-se favorável ao hermismo, embora prometesse neutralidade. Quando a convenção civilista escolheu Rui Barbosa como candidato, suas chances de vitória já eram relativamente pequenas.

As mudanças no panorama definiram a questão para os governistas baianos. José Marcelino e Araújo Pinho tornaram-se pilares da candidatura Rui. Seabra aderiu ao hermismo, embora sem romper, no primeiro momento, com os marcelinistas. Continuava jurando lealdade ao governo baiano, pedindo licença apenas para divergir na questão presidencial. Equilibrou-se nessa fina linha, tentando atrair para seu lado o governador Araújo Pinho, até agosto de 1909, quando oficializou o rompimento. Os severinistas também aderiram ao hermismo com entusiasmo. Era esperado que Severino Vieira agarrasse a oportunidade de apoiar essa candidatura, que tinha grandes probabilidades de vitória e era inacessível aos adversários marcelinistas. A Bahia passou então a ser palco de uma disputa entre severinistas e seabristas para saber quem carregava mais alto a bandeira do hermismo no estado. Apesar de lutarem por um candidato nacional comum, contra um inimigo local comum, os dois grupos nunca se uniram.

A chamada "campanha civilista" é um dos períodos mais festejados da trajetória política de Rui. De forma nunca vista nas eleições presidenciais até então, o candidato baiano saiu em excursão eleitoral, proferindo conferências em três estados (São Paulo, Bahia e Minas Gerais), além do Distrito Federal. Eram viagens exaustivas, especialmente para o sexagenário Rui, que nunca teve uma saúde muito boa. Ele compensava, no entanto, com uma força de vontade surpreendente, que permitiu que ele cumprisse uma verdadeira maratona cívica. No trajeto de trem do Rio de Janeiro a São Paulo, por exemplo, ele parou para receber homenagens em seis cidades, no decurso de um só dia (14 dez.1909). Dias depois, na estação de Campinas, pediu desculpas por não poder discur-

Nilo Peçanha, já que, como vice-presidente do Senado, o baiano seria o sucessor legal em caso de morte do novo presidente. (GAZETA DO POVO, 17 jun. 1909) Essas graves acusações mútuas mostram como os ânimos estavam exaltados nessa campanha presidencial.

sar muito, pois precisava poupar a voz, "como um tenor em véspera de estréia". (BARBOSA, 1909, v. 36, t. 1, p. 233) Estava claro que o esforço da campanha era grande, mas, em contrapartida, a presença de Rui nessas cidades, repercutida pelos jornais civilistas, levou a uma mobilização também inédita em campanhas eleitorais no país.

Sua chegada à Bahia (14 jan. 1910) foi considerada uma "apoteose" pelos civilistas da terra. Era a primeira vez que um baiano era candidato à presidência da República, e não se tratava de um baiano comum: era Rui Barbosa, a Águia de Haia, herói da inteligência e da cultura nacional. Para as elites baianas, frustradas com a decadência política e econômica do estado, o sucesso de Rui era uma forte injeção de autoestima. Mas, a celebração da visita do filho ilustre não foi restrita apenas aos grupos mais privilegiados. Como já se comentou, alguns rituais políticos envolviam a maior parte da população da cidade. Isso foi especialmente verdadeiro no dia da chegada de Rui. O comércio fechou as portas, o expediente nas repartições públicas foi suspenso. As ruas por onde ele deveria passar foram enfeitadas e dotadas de iluminação especial. Tudo isso provocava um impacto no cotidiano da população, que viveu um dia de festa. (A BAHIA, 15 jan. 1909)

O navio trazendo o candidato chegou à enseada por volta das 14h, mas, entre evoluções navais, discursos, brindes e apresentações musicais a bordo, Rui demorou quase cinco horas para descer à Navegação Baiana. Estava, evidentemente, cansado, mas ainda teria que enfrentar o préstito que se formou para acompanhá-lo ao palacete das Mercês onde ficaria hospedado. Rui preferiu fazer o trajeto de carro, um *landau* disponibilizado pelo governador. Mesmo assim, o cortejo seguia lentamente, com interrupções periódicas para discursos, pois sempre havia um aspirante a Rui Barbosa ansioso por mostrar seu talento oratório a partir de alguma janela. Na Ladeira da Montanha, um grupo mais animado quis tomar o lugar da parelha de cavalos que puxavam o carro, só desistindo diante dos apelos do próprio Rui. Ao chegar ao destino, o homenageado estava exausto demais para discursar e pediu que o deputado Lemos Brito agradecesse, em seu nome, à multidão. (A BAHIA, 15 jan. 1910)

Como de praxe, após a parte aberta da cerimônia, seguiu-se um ritual exclusivo, um jantar no palacete das Mercês. O governador Araújo Pinho não economizou elogios ao homenageado, chegando a considerá-lo sobre-humano ao dizer que "o conselheiro Rui Barbosa, destacando-se das condições normais da espécie humana, subiu tanto, tão alto, que é o ponto de convergência das vistas admiradas de todos os povos do mundo". (A BAHIA, 16 jan.1910) Rui, já recuperado do esforço diurno, agradeceu com um discurso e um brinde.

O candidato civilista passou seis dias em Salvador. Visitou a Associação Comercial, o Banco da Bahia, o Conselho Municipal, a Faculdade de Medicina e a Escola Comercial. O ponto alto da programação foi a conferência realizada no Politeama Baiano, no dia 15 de janeiro, na qual o candidato proferiu sua plataforma eleitoral, ansiosamente aguardada. Na convenção civilista (22 ago. 1909), a inexistência da plataforma servira de pretexto para a debandada do grupo gaúcho de Assis Brasil. Desde então, Rui vinha sendo pressionado para apresentar esse documento. Na véspera da conferência, os marcelinistas destacaram a honra que Rui fazia à Bahia ao proclamar em Salvador sua plataforma, tratada com o respeito de uma "revelação" sagrada:

> Debalde lhe solicitaram essa incomparável distinção e honraria o cultíssimo povo da capital da República e as populações libérrimas do grandioso Estado de São Paulo, em cujos lábios seu nome laureado anda como o do salvador da Pátria, como o Messias do governo civil, neste momento soleníssimo em que o tigre do militarismo [...] à semelhança da fera do Apocalipse, afia, distende e ensaia as garras aduncas [...], para estraçalhar-nos as energias morais e as liberdades civis nobremente conquistadas, entregando-nos [...] à sanha incorporadora das grandes potências mundiais, das nações imperialistas do mundo contemporâneo [...].
>
> A Bahia deveria ser o Sinai do Moisés brasileiro. Do alto desta montanha gloriosa deveriam descer, com as tábuas da Lei, os mandamentos sagrados da democracia que saneia, purifica e regenera. (A BAHIA, 14 jan. 1909)

Referências religiosas misturavam-se a imagens patrióticas para reforçar a imagem de Rui como *salvador da Pátria*, sem o sentido pejorativo que a expressão tomaria mais tarde. A leitura da plataforma ocorreu em uma cerimônia que seguia as regras sociais da época. O "camarote nobre" foi reservado à família do governador e à esposa de Rui. As "famílias" eram conduzidas aos camarotes de primeira e segunda classe por membros do PRB, que os recebiam na porta do Politeama. A "grande massa de povo", que aguardava do lado de fora, entrou de forma menos elegante, aos empurrões e cotoveladas, assim que os portões se abriram. O público já estava acomodado quando uma comissão de políticos, precedida por uma banda de música, saiu em direção ao palacete das Mercês para buscar a estrela da noite. Rui entrou no recinto sob uma chuva de rosas, ao som do hino nacional. (A BAHIA, 16 jan. 1910)

A plataforma era um documento extenso e complexo que, se não trazia uma descrição clara de suas propostas de governo, explicitava aspectos relevantes do seu pensamento político. (BARBOSA, 1910, v. 37, t. 1, p. 11-108) Para a Bahia, no momento, o ponto de maior interesse referia-se às oligarquias e ao intervencionismo federal. Defensor da autonomia estadual, Rui minimizava o problema das oligarquias, considerando-as uma consequência indesejada, espécie de efeito colateral da "semissoberania" adquirida pelas províncias com o modelo federativo. "A corrupção das melhores coisas as degenera nas piores", comentou. Ele praticamente limitava o problema das oligarquias aos estados do Norte (definição que, no caso, excluía a Bahia) e sugeria uma solução política, sem recurso às armas, para acabar com elas. O governo federal deveria, simplesmente, parar de fornecer os benefícios que as sustentavam no poder: "não intervenham, mas não favoreçam, não invadam a esfera dos governos estaduais, mas também não os cubram da sua boa sombra. Cesse, em suma, a União de ser o guarda-costas das oligarquias locais e estas, dentro em breve, expirarão naturalmente, asfixiadas na sua impopularidade". (BARBOSA, 1910, 37, t. 1, p. 43-45)

Teoricamente, Rui estava certo. Era realmente a conivência do governo federal que sustentava os grupos estaduais no poder. Mas, a recíproca também era verdadeira, pois o poder central teria dificuldades em se manter estável caso contrariasse a força dos grupos que dominavam os estados mais poderosos. E quem poderia dizer quais arranjos estaduais eram legítimos, e quais não eram, se todo o sistema eleitoral era viciado? Não era fácil solucionar esse problema.

Os protestos contra o intervencionismo federal, de um lado, e as denúncias das oligarquias, de outro, revelavam, no fundo, uma persistente tensão entre centralização e descentralização. Os problemas apontados de parte a parte eram similares: abuso de poder, apropriação de recursos públicos, manipulação das eleições, clientelismo, fisiologismo, exclusão da maioria da população, entre outros. Eram males históricos, inerentes à própria constituição política do país, tanto no âmbito federal como no estadual e local. A questão estava no ponto de vista. Para os defensores da centralização (no caso, os hermistas), o problema maior estava nos desmandos das oligarquias, enquanto os partidários da descentralização (os civilistas) temiam o autoritarismo do poder central e a perda de autonomia das unidades federadas.

É bem verdade que essas tomadas de posição não eram radicais. Algumas vezes, eram ditadas pelas circunstâncias e aparentemente contraditórias. A família Acioli, que dominava o governo do Ceará, por exemplo, não tinha qualquer interesse em uma centralização que tirasse poder das oligarquias. No entanto, viu-se obrigada a apoiar o candidato hermista, que lhe parecia mais forte, para não correr o risco de ficar na oposição ao próximo governo federal. Da mesma forma, os castilhistas gaúchos que sustentavam a candidatura Hermes não queriam uma centralização que os impedisse de manter, em seu estado, um sistema político diferente do nacional. Por isso, fizeram questão de inserir no programa do marechal a manutenção integral da Constituição de 1891, com seu federalismo flexível, aberto às mais variadas interpretações.

O polêmico artigo 6º da Constituição de 1891, por exemplo, visava *proibir* a intervenção federal nos estados, mas abria exceções para "manter a ordem e a tranquilidade" e "cumprir leis e sentenças judiciais", entre outras, que o tornavam fácil de burlar. Em sua plataforma civilista, Rui denunciou que, para legalizar uma intervenção, bastava que o governo federal arranjasse uma decisão judicial a seu favor, o que não era difícil, diante da dependência do Judiciário. Por isso, apesar de considerar necessária a intervenção em certos casos, o senador baiano pedia maior clareza da lei a respeito. Esse era um dos aspectos da revisão constitucional que Rui defendia, embora ele enfatizasse que sua maior preocupação, no momento, não era com a reforma da Constituição de 1891 (seus aliados paulistas não eram favoráveis a mudanças, já que o texto original os beneficiava em vários aspectos), mas sim com a defesa da ordem civil, diante do que ele considerava uma ameaça militar.

O caráter eminentemente militar da candidatura Hermes é, hoje, discutível. Autores como Bóris Fausto (1995) e José Murilo de Carvalho (2005) destacaram que a viabilização do seu nome dependeu principalmente da ação de elementos civis, dos chefes estaduais tradicionais liderados por Pinheiro Machado. Nada haveria de mais fundamentalmente oligárquico do que isso. Sem discordar de que esse foi o fator principal na *viabilização* da candidatura, Cláudia Viscardi (2001, p. 195) observa, no entanto, que havia um componente militar na *origem* da escolha do ministro da Guerra. Isso não quer dizer que todo o Exército estivesse engajado na campanha, nem que essa candidatura fosse exclusivamente militar. Dentre os partidários de Hermes, havia um subconjunto de militares, que viria a entrar em conflito com a parte civil do hermismo quando da execução das futuras *salvações nacionais*. Um bom exemplo é o caso de Pernambuco, onde, em 1911, um hermista militar (general Dantas Barreto) viria a destronar um hermista civil (Rosa e Silva), em nome da derrubada das oligarquias.

O perfil de Rui Barbosa e de Hermes da Fonseca, o relativo equilíbrio das forças, o recurso a novos temas, a promoção de uma campanha

eleitoral diferente – tudo isso fez com que a eleição de 1910 proporcionasse uma mobilização política fora do comum, inclusive na Bahia. Não só o civilismo, mas também o hermismo agitou as ruas de Salvador com seus rituais políticos, como uma passeata realizada pelos severinistas (24 jul. 1909). No dia da chegada de Rui (14 jan. 1910), cada passo do cortejo civilista era acompanhado por gritos dos partidários de Severino e de Seabra, aclamando seus respectivos chefes e o marechal Hermes, candidato de ambos. Segundo *A Bahia*, um dos grupos era liderado por um sobrinho do general Siqueira de Meneses, inspetor da 7ª Região Militar, sediada na Bahia. O próprio Rui lamentou a presença de hermistas do lado de fora do teatro Politeama, tentando atrapalhar a leitura de sua plataforma.

Na batalha simbólica, travada principalmente nos discursos públicos e nos jornais, os dois lados acionavam as referências difusas no imaginário. Se os marcelinistas louvavam em Rui o *salvador da pátria*, os seabristas recorriam a um tema mais propriamente baiano: a Bahia como *mãe amorosa* e Rui como *filho ingrato*, que nunca se aproveitava das altas posições que ocupava no plano federal para levar benefícios à sua terra natal:

> Que importa à mãe amante lhe tenha dado o destino um filho glorioso, se este fecha o coração e o afeto como a dizer-lhe: não faço caso de ti, porque de ti não preciso? Que orgulho pode ter a mãe faminta pelas glórias do filho potentado que, ainda cheio de ouro e de valor, não se lembrou um só dia de que havia misérias e amarguras na mansidão do seu primeiro lar? Melhor, de fato, seria ao sentimento materno o filho humilde, cujos extremos a acarinhassem com amor e que, marchando pelas estradas da vida, jamais perdesse de vista o berço de onde saiu. (GAZETA DO POVO, 11 jan. 1910)

Em Salvador, a atmosfera carregada de mobilização política da época da campanha civilista se intensificou com a ocorrência de um tumulto urbano de grandes proporções. Em 5 de outubro de 1909, uma multidão enfurecida com o atropelamento de um cego por um bonde

da *Light* depredou veículos, entrou em confronto com a polícia e com funcionários da companhia. Um engenheiro estrangeiro atirou de revólver contra a multidão, que reagiu a pedradas. A estação do Gasômetro foi palco de uma batalha sangrenta, da qual saiu morto um homem, por arma de fogo. A maioria dos revoltosos era formada por carregadores e pescadores do Cais Dourado, onde ocorreu o atropelamento. Segundo a *Gazeta do Povo* (06 out. 1909), era a primeira vez que o "ordeiro e pacífico" povo baiano se engajava em uma manifestação do tipo, mais comum no Rio de Janeiro. Apesar de justificar inicialmente a revolta, por conta de suas desavenças com a *Light*, o jornal seabrista condenou a violência demonstrada, que envolveu uma zona importante da cidade "na maior anarquia, como se fora uma revolução".

Uma semana depois, estourou a greve que paralisou a rede ferroviária baiana. Os primeiros trens a parar foram os da ferrovia *Bahia ao São Francisco*, mas o movimento acabou envolvendo várias linhas. A greve afetou por quase um mês o fluxo de passageiros e mercadorias entre a capital e o interior. O abastecimento de carne em Salvador foi diminuído, pois era impossível trazer gado de Mata de São João na rapidez necessária sem os trens. Os grevistas conseguiram se fazer ouvir e tiveram as suas reivindicações atendidas logo no primeiro dia, mas a paralisação prosseguiu com a adesão de lideranças políticas de cidades atravessadas pela ferrovia, como o coronel Carlos Pinto, de Pojuca, e o cônego José Alfredo de Araújo, de Alagoinhas. Com isso, ampliou-se o escopo das reivindicações, exigindo-se redução de tarifas e mudança da direção da rede ferroviária. O transporte só foi restaurado após tensas negociações, que exigiram a intermediação de um emissário do governo federal.

A tensão política não se expressou, contudo, em quantidade de votos. Apenas 698 mil brasileiros votaram em 1º de março de 1910, o que equivale a cerca de 3% da população. O percentual cai para 2,7% se computados somente os votos válidos. (CARVALHO, 2002) O resultado da eleição não surpreendeu. Venceu o candidato com maior força nacional, isto

é, o marechal Hermes, embora a diferença de votos tenha sido a menor verificada em uma eleição presidencial brasileira até então. Hermes teve 57,9% dos votos, uma margem pequena se comparada à do antecessor, Afonso Pena, que recebeu 97,9% dos votos. Rui ainda teve energia para contestar o resultado no Congresso, sem sucesso. Apesar de seu esforço, era o marechal Hermes quem comandaria a política brasileira nos anos seguintes, para grande satisfação e esperança dos que apoiaram sua candidatura na Bahia, como o deputado federal J. J. Seabra.

A ascensão do seabrismo e o bombardeio de Salvador (1911-1912)

Seabra não tardou em organizar suas forças para o combate. O embrião do seu novo partido germinou ainda na campanha hermista: era a *Junta Baiana Pró-Hermes-Venceslau*, fundada em julho de 1909. Em fevereiro de 1910, Seabra fez duas excursões ao interior da Bahia para buscar adesões. Na primeira, de trem até Alagoinhas (onde seu filho era promotor), confraternizou com dois líderes do movimento de outubro de 1909, coronel Carlos Pinto e padre Alfredo, e seguiu até as oficinas da ferrovia, em Aramari, em "gratidão aos laboriosos operários" que, segundo ele, o apoiavam. A segunda viagem deveria incluir Cachoeira, São Félix, Castro Alves, São Gonçalo dos Campos, Feira de Santana e Cruz das Almas, mas foi interrompida em Castro Alves após um grande tumulto que acabou em bengaladas e tiroteio. Segundo Seabra, a agressão foi provocada por policiais instigados por políticos civilistas (os irmãos Bernardo e Rafael Jambeiro).

Em 15 de março de 1910, a *Junta Hermes-Venceslau* transformou-se no *Partido Democrata*, em Assembleia no palacete Devoto. Apesar dos esforços dos seabristas, que telegrafaram a todos os municípios baianos informando que o novo partido contava com o apoio do governo federal, a agremiação não conseguiu reunir as maiores forças políticas do estado

nesse primeiro momento. Para os chefes municipais, a situação do governo estadual ainda não estava tão desesperada que os impelisse aos braços de Seabra, abrindo espaço para as oposições locais se articularem aos marcelinistas no poder. O panorama estava indefinido. Vários cenários pareciam possíveis de se concretizar. Os marcelinistas poderiam fazer as pazes com o hermismo triunfante, aproveitando o fato de que, após as eleições e a batalha pelo reconhecimento, Rui saiu de cena para cuidar da saúde. Também era possível que Hermes resolvesse apoiar as pretensões dos severinistas, que tinham bases mais enraizadas na política baiana. Nada indicava, de forma inequívoca, que o Partido Democrata tivesse um futuro promissor.

A ata de fundação do partido registra a adesão de 75 representações municipais, o que significa mais da metade dos 128 municípios existentes na Bahia (GAZETA DO POVO, 16 mar. 1910). Parte desses "representantes", porém, não tinha poder nas municipalidades, e constava apenas para criar volume. Dentre os que se destacavam pelo maior peso político, estava o coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva, de Ilhéus, que, desde o início do século, vinha combatendo a influência do coronel Domingos Adami de Sá. Este contava com apoio do governo estadual e controlava a intendência municipal através do correligionário João Mangabeira. Antônio Pessoa apostou cedo na alternativa do seabrismo, tornando-se membro do Partido Democrata. A adesão lhe rendeu ótimos frutos, posteriormente, contribuindo para consolidar seu mando regional.

Com dificuldades em arregimentar chefes poderosos, Seabra teve que se unir ao conselheiro Luís Viana, que retornava do ostracismo. Dez anos antes, Viana deixou o governo hostilizado pelo comércio de Salvador, desmoralizado pelas derrotas da polícia em Canudos e rompido com o sucessor, Severino Vieira. Ainda assim, era um ex-governador, nome tradicional da política, com influência no interior da Bahia, onde o seabrismo não tinha muitas raízes. A aliança Seabra-Viana era, entretanto, precária em sua essência, pois ambos almejavam para si o controle da política estadual. (SAMPAIO, 1998)

À primeira vista, a composição social da agremiação seabrista não diferia substancialmente dos demais partidos baianos. Dos nove integrantes da comissão executiva, mais alta instância do partido, cinco eram apresentados como doutores, três como coronéis e um como comendador. No conselho geral, de acordo com uma lista da *Gazeta do Povo* (16 mar. 1910), apenas dois dos oitenta membros não traziam qualquer título acompanhando o nome. Os demais se dividiam em: formação superior (33), formação religiosa (3), títulos da Guarda Nacional (35) e distinções honoríficas, como comendador, desembargador e conselheiro (4).[3] Um olhar mais atento sobre os nomes revela, contudo, certas especificidades. Na comissão executiva, era destacada a presença de grandes comerciantes, como o comendador João Umbelino Gonçalves e os coronéis José Lopes de Carvalho e Deraldo Dias. No conselho geral, havia, pelo menos, um representante dos trabalhadores urbanos: o capitão Domingos Silva, do Centro Operário, que tinha ligações com Seabra desde 1903. São indícios do fenômeno já comentado: diante da dificuldade em obter o apoio dos chefes tradicionais da Bahia, Seabra recorreu ao comércio e aos trabalhadores da capital, setores dotados de grande visibilidade política.

O programa do Partido Democrata fazia referências explícitas aos trabalhadores, ao postular a "solução do problema operário, visando, principalmente, três questões: as habitações operárias; a educação do operário e de seus filhos; e a proteção aos operários vítimas dos acidentes no trabalho". No caso da moradia e da educação, atendia-se também ao desejo de "civilização", pois a educação disciplinaria os costumes populares e a construção de casas facilitaria a remoção dos cortiços e outras formas de moradia consideradas insalubres e feias. Quanto aos acidentes de trabalho, reivindicação precursora das demais leis de proteção ao trabalhador, tratava-se de um pon-

[3] A lista da *Gazeta do Povo*, na verdade, traz quatro nomes sem títulos, mas dois deles puderam ser identificados: o médico Virgílio Martins dos Reis e o capitão Domingos Silva. Eles foram incluídos, então, nas categorias de formação superior e Guarda Nacional, respectivamente. É possível que haja outras imprecisões semelhantes na fonte, mas que não chegam a comprometer as inferências gerais sobre a composição do partido seabrista.

to mais delicado, pois não contava com o apoio da maior parte dos patrões, a quem não interessavam quaisquer restrições à "liberdade de trabalho".

A referência aos operários no programa, sem citação de outras "classes", foi alvo de críticas. A *Gazeta do Povo* (07 abr. 1910) explicou que o partido desejava "assentar os alicerces sobre que se terá de edificar o progredimento de todas as classes", e que "apenas foi aberta exceção para a classe operária, que muito de perto nos interessa, que é a preocupação de todos nós, burguesia que dela vivemos, haurindo-lhe nossas forças, e que já mereceu as atenções muito particulares do presidente do partido, quando ocupou o cargo de ministro do interior no benemérito governo do Sr. Rodrigues Alves". O jornalista referia-se aos projetos do ex-ministro Seabra para construção de casas populares, mas o que sobressai no texto é a nítida identificação de classe: "todos nós", burguesia independente de coloração partidária, precisamos nos preocupar com "eles", os operários, pelo bem da estabilidade social.

Dois temas nacionais aparecem no programa do partido, apesar de seu alcance ser meramente estadual. Um deles era a necessidade de promulgação do Código Civil, o que parece ter sido uma alfinetada em Rui, a quem se atribuía o atraso da promulgação dessa lei. Mas havia também uma referência ao "desenvolvimento dos processos para a defesa militar do país", que se relacionava a questões políticas mais concretas, pois Seabra vinha buscando apoio dos militares para sustentar sua ascensão ao governo da Bahia, como se verá adiante.

Apesar da presença de comerciantes e trabalhadores, a linha de frente do Partido Democrata era composta por "doutores" de origens variadas. Os primos Antônio Ferrão Muniz de Aragão (Antônio Muniz) e Antônio Muniz Sodré de Aragão (Muniz Sodré), por exemplo, tinham longa genealogia nos engenhos do Recôncavo. Ernesto Simões Filho vinha de uma família de posses, mas sem evocações de nobreza: seu pai era um coronel de Cachoeira, que se tornou proprietário da próspera farmácia Galdino, em Salvador, pelo casamento. Otávio Mangabeira

tinha poucos recursos financeiros, mas bons contatos sociais, situação parecida com a do próprio Seabra, quando iniciou sua carreira. Em comum, além do grau de doutor, todos esses elementos centrais do seabrismo eram jovens: em 1910, Antônio Muniz tinha 35 anos; Muniz Sodré, 29; Simões Filho e Otávio Mangabeira, 24. Eram homens de uma nova geração, que se iniciava na política pelas mãos do experiente Seabra, então com 55 anos de idade. Os adversários os chamavam, ironicamente, a "petizada" ou os "diabretes" de Seabra. (A BAHIA, 03 set. 1909)

A definição dos rumos da política baiana dependia da força do governo federal. Em outubro de 1910, a balança parecia pender para o lado de Severino Vieira, pois seu candidato a uma vaga de deputado federal pela Bahia, Augusto de Freitas (cunhado e desafeto de Seabra) foi reconhecido no Congresso. Seabra, que defendia a anulação da eleição (o que mostra que ele não tinha esperança de reconhecer seu candidato, o vianista José Eduardo Freire de Carvalho Filho), sofreu a derrota e perdeu o posto de líder do governo na Câmara.

Menos de um mês depois, no entanto, na posse do presidente Hermes (15 nov. 1910), Seabra foi o único baiano escolhido para compor o ministério. A explicação para essa aparente contradição reside na heterogeneidade do hermismo que, após o triunfo eleitoral, começava a vir à tona. Severino Vieira contava com o apoio de Pinheiro Machado, que continuava forte no Congresso. Seabra, por sua vez, havia se articulado ao grupo que desejava diminuir a influência de Pinheiro, formado por militares *salvacionistas* e parentes do presidente, como o tenente Mário Hermes (filho), o deputado federal Fonseca Hermes (irmão) e o general Clodoaldo da Fonseca (primo). Os adversários insinuavam que havia uma "condição política" para a escolha de Seabra para o ministério: a futura eleição do jovem Mário Hermes como deputado federal pela Bahia, o que realmente viria a ocorrer.[4]

[4] Oriundo de uma família de militares, Mário Hermes nasceu no Ceará enquanto seu pai servia naquele estado, mas não tinha ligação com grupos políticos estaduais até sua aliança com Seabra. Ele foi deputado federal pela Bahia durante todo o período seabrista (1912-1923). Depois não conseguiu mais se eleger. Sua trajetória política foi tributária da importância de seu pai e da sua ligação com Seabra. Na Bahia, vinculou-se através do seabrismo

A pasta da Viação e Obras Públicas pulsava de interesse político e econômico. Tinha sob seu controle o desenvolvimento das ferrovias e portos, além das obras públicas. Assim que assumiu o ministério, Seabra entrou a criar polêmica. Adotando um discurso de moralização, rescindiu contratos firmados pelo antecessor, despertando a ira do jornal *O País*, que até então o apoiava. Foi essa a revisão contratual citada no segundo capítulo. Um dos contratos cancelados era de interesse do conde Modesto Leal, aliado de Pinheiro Machado. Apesar disso, Seabra e Pinheiro mantinham-se em aparente cordialidade. Na Bahia, os seabristas diziam ser os representantes do Partido Republicano Conservador (PRC), criado por Pinheiro. Não era interessante, para nenhum dos lados, um rompimento explícito naquele momento.

De volta à posição de ministro, Seabra não tardou em fazer valer sua força no estado natal. Em primeiro lugar, acionou os expedientes usuais da política: demitiu funcionários federais ligados aos seus adversários da Bahia para dar lugar aos aliados. A direção regional dos Correios e Telégrafos, por exemplo, foi entregue a Simões Filho. Em seguida, Seabra começou a pressionar os governistas baianos para abrir espaço para seu grupo político. A primeira grande ação nesse sentido ocorreu em 1911, nas eleições para a Câmara e o Senado estadual. Como sempre, os governistas ficaram com a maior parte das vagas, dando origem a protestos da oposição. Esses protestos eram comuns e não costumavam preocupar o governo. Mas, em 1911, os seabristas tinham acesso a argumentos mais persuasivos do que meras palavras.

Enquanto se fazia a "verificação" da eleição, uma comissão de militares veio a Salvador para "inspecionar" os canhões do Forte de São Marcelo, que foram direcionados para a cidade. Ao mesmo tempo, anunciava-se que o *scout* Bahia, um dos novos navios de guerra do país, viria à capital baiana para receber uma baixela de prata. Os pretextos não disfarçavam a ameaça

aos líderes do Centro Operário e, em 1912, presidiu o Congresso Operário Nacional, que seu pai organizou no Rio de Janeiro.

óbvia sobre o governo estadual. O clima de tensão se espalhou pela cidade. *A Bahia* (24 mar. 1911) publicou um soneto jocoso, que se revelaria profético:

> Ave São Marcelo
>
> Vai servir afinal o forte S. Marcelo
> Servir de tribunal para a Bahia...
> Já não é mais das horas o martelo
> Com a sua carunchosa artilharia
>
> Ele que estava ali qual cogumelo
> E que inútil a todos parecia,
> Remoçará, entrando ativo e belo,
> Do Pro-nobis na pândega arrelia
>
> Assim dizem os moços da Gazeta,
> Pintando a coisa seriamente preta,
> Fazendo um dreadnought do empadão...
> Reviverão os jovens democratas
>
> A velha frase chata entre as mais chatas:
> O direito na boca do canhão![5]

Rui Barbosa estava, na época, passando uma temporada em São Paulo, mas era informado sobre a crise baiana pelo filho, o deputado federal Alfredo Rui. A correspondência entre os dois dá uma ideia das dificuldades daquele momento político. Em 12 de março de 1911,

[5] O forte de São Marcelo era acionado toda noite para dar o “tiro das nove”, avisando da hora de dormir. Por isso, ele era o martelo das horas. “Pro-nobis” era como os adversários chamavam os seabristas, como referência aos benefícios que eles buscavam na política. “Empadão” foi o apelido dado ao forte de São Marcelo por D. Pedro II, por sua forma circular e bojuda. “Dreadnought”, ou encouraçado, eram os poderosos novos navios de guerra da Marinha brasileira.

Alfredo Rui avaliava que era necessário "estabelecer na Bahia um *modus vivendi* com o Seabra", que pudesse evitar a intervenção no estado, "já tão enfraquecido pela política desorientada e pusilânime dos nossos amigos políticos locais". O filho de Rui informava que o general Sotero de Meneses, chefe da guarnição militar na Bahia, era seabrista fervoroso e prometia cumprir "qualquer ordem à risca", pois se sentiria feliz em "demonstrar ao seu amigo Seabra o quanto lhe era reconhecido e grato". Alfredo Rui considerava melhor negociar uma solução, pois o confronto armado levaria à "perda total e completa do nosso predomínio no estado". Ele declarou, ainda, não acreditar que Seabra desejasse realmente a intervenção. Em sua opinião, o ministro preferia "conseguir o que almeja pelos meios naturais". (FCRB/ARB/CRUPF 141.1/1 12/03/1911, grifo no original)

Seabra propunha aos governistas baianos que lhe cedessem um terço das cadeiras na Câmara Estadual e uma vaga no Senado Estadual. Queria, também, segundo Alfredo Rui, que a bancada baiana na Câmara Federal não o hostilizasse, nem ao marechal Hermes, "afim de que ele, com Pernambuco, Bahia e São Paulo, dê o tombo no Pinheiro". Já se vê que Seabra buscava cooptar o apoio de Rui para seus planos anti-Pinheiro, mas não foi bem sucedido. A correspondência de Alfredo Rui indica, ao contrário, que a ideia de resistir se fortaleceu. Araújo Pinho disse dispor de "mil e tantos homens de polícia bem treinados" na capital e que, se não fosse possível tecer um acordo honroso, "não se afastaria do dever" de lutar. Depois de várias idas e vindas, o governo estadual acabou cedendo, no dia 29 de março, diante da ameaça do Exército. Seabra obteve as vagas na Câmara e no Senado Estadual. Fiel ao seu estilo, prometeu arranjar cargos federais para os candidatos governistas que tivessem que perder a vaga para a entrada dos seus partidários. (FCRB/ARB/CRUPF 141.1/1 12/03/1911 a 30/03/1911)

O chamado "acordo de 1911" foi o passo decisivo de Seabra rumo ao domínio da política baiana. A partir de então, a balança começou a pender definitivamente para seu lado. Choviam adesões de políticos

da capital e do interior: Antônio Calmon, Deocleciano Teixeira, José Aquino Tanajura, José Álvaro Cova, Campos França, Arlindo Leoni, barão de São Francisco, barão do Açu da Torre, entre outros. Quanto mais forte o ministro Seabra se mostrava, mais adesões recebia, o que o fortalecia ainda mais. Em junho, o jornal *Diário de Notícias* (BA) lançou a candidatura seabrista ao governo da Bahia, na eleição programada para o ano seguinte. Dias depois, Severino Vieira rompeu com o hermismo, que não o vinha prestigiando. O próprio Pinheiro Machado declarou estar "exultante" com a lembrança do nome de Seabra para o governo baiano. O astuto senador gaúcho, provavelmente, preferia ter o baiano bem longe, em sua terra natal, do que articulando planos para derrubar sua influência na capital federal.

Em julho de 1911, os baianos que ainda se mostravam céticos quanto ao prestígio de Seabra testemunharam um espetáculo surpreendente. A pretexto da comemoração do centenário da Associação Comercial da Bahia e da inauguração de um trecho do porto, Seabra articulou uma visita do marechal Hermes a Salvador. O presidente não veio sozinho, e sim acompanhado dos mais modernos navios da Marinha brasileira. A mobilização da esquadra para uma espécie de desfile marítimo, da baía de Guanabara à baía de Todos os Santos, era algo nunca visto no país. Hermes, Seabra e a comitiva viajaram no poderoso encouraçado *São Paulo*. Para deixar bem claro que a iniciativa de trazer o presidente era sua, não do governador Araújo Pinho, Seabra fez com que Hermes fosse hospedado pela Associação Comercial, e não pelo governo estadual, que foi apenas "comunicado" da vinda do marechal.

Os adversários do seabrismo não pouparam críticas à visita presidencial. A mais criativa partiu de Severino Vieira, para quem Seabra veio exibir Hermes tal como se exibe um urso amestrado em uma feira de variedades. Rui Barbosa também não perdeu a oportunidade de comentar o caso, salientando os gastos desnecessários (ele listou a quantidade de garrafas de cerveja, champanhe e vinho do porto levadas

a bordo) e o papel ridículo a que o presidente submeteu a Marinha, para prestigiar o ministro da Viação, um baiano "rebelde, rouquejante, rabigo e rugidor". (BARBOSA, 1911, v. 38, t. 1, p. 170-215; 1911, v. 38, t. 3, p. 64)

Após a campanha civilista, Rui havia se retirado da política para descansar, mas retornou em fins de 1910 em meio ao debate sobre o movimento dos marinheiros, atualmente conhecido como a Revolta da Chibata. Em 1911, intensificou sua oposição ao hermismo, cobrando a punição dos responsáveis pelo massacre da Ilha das Cobras e pela chacina ocorrida no navio Satélite. Com discursos e artigos jornalísticos impecavelmente construídos, Rui mobilizava a opinião pública contra as violências do governo, que parecia dar razão aos seus alertas da época da campanha eleitoral. Novamente, ele era a voz mais potente da oposição, principalmente no Senado e no *Diário de Notícias* (RJ). Em retaliação por essa postura combativa, seu genro Batista Pereira e seu cunhado Carlito perderam seus empregos públicos, o que enfureceu ainda mais o senador baiano. Anos depois, ele ainda lembrava da atitude de Hermes, que demitiu o marido de sua filha quando ela estava adoentada. "O golpe do marechal poderia ter-nos custado a vida de minha filha", protestou, de maneira um tanto dramática. No lugar do genro de Rui, foi nomeado o enteado de um ministro hermista. Era o mundo dos bastidores, que nunca estava muito distante das luzes da ribalta política. (BARBOSA, 1913, v. 40, t. 4, p. 195)

O lançamento da candidatura Seabra puxou a atenção de Rui para as questões baianas. Em diversos artigos, ele argumentou que o ministro da Viação era inelegível para o governo da Bahia por não morar no estado por mais de dez anos. (BARBOSA, 1911, v. 38, 1911, t. 3, p. 61) Enquanto isso, os governistas baianos, reforçados pelos severinistas, tentavam articular uma candidatura que agregasse todos os não seabristas e ainda contasse com a boa vontade do marechal Hermes. Escolheram o deputado Domingos Guimarães. Não é preciso explicar muito sobre porque a escolha desagradou Rui: era um hermista. O senador propôs

outros nomes, como o do deputado federal José Maria Tourinho, mas seus aliados baianos sabiam que escolher alguém ligado a Rui seria um agravante para a fúria do governo federal, que vinham tentando aplacar.

Para reforçar o impedimento legal à candidatura seabrista, Rui passou aos aliados a minuta de uma nova lei estadual sobre inelegibilidades, que foi aprovada. Com a mudança, Seabra teria que desistir do ministério quatro meses antes do pleito, se desejasse concorrer ao governo baiano. Seabra não saiu do ministério, nem desistiu da candidatura. Nada disso poderia barrar mais a marcha avassaladora do ministro da Viação, que parecia decidido a tomar o controle da política da terra natal a qualquer custo.

Em novembro de 1911, instaurou-se uma grave crise política em Pernambuco, com a disputa de dois hermistas pelo governo estadual. Os partidários do general Dantas Barreto acionavam o discurso anti--oligárquico para expurgar o grupo do senador Rosa e Silva, encastelado no poder desde 1896. O chefe pernambucano, que não queria ir com Rui "nem para o céu", agora descia aos infernos da rejeição hermista. Em dezembro, uma intervenção militar assegurou a posse de Dantas Barreto, ex-ministro da Guerra. A interferência do presidente Hermes em favor dos seus aliados nos estados tornava-se uma possibilidade muito concreta, palpável. O desenrolar da crise pernambucana teve um impacto extraordinário na Bahia. De uma hora para outra, os seabristas começaram a falar em combater oligarquias. A *Gazeta do Povo* (30 nov. 1911) chegou a publicar um artigo intitulado "A oligarquia estrebucha", em que explicitava sua nova compreensão do termo, recorrendo à autoridade de Quintino Bocaiuva:

> Não é somente o regime indecoroso de famílias que constitui as oligarquias, disse recentemente [...] o venerando prócer da República e do Partido Republicano Conservador, o senador Quintino Bocaiuva: igual regime impera em qualquer dos estados, acrescentou S.EX., "onde o conluio de compadres explora em seu proveito as vantagens da administração pública, de que o povo se vê segregado em toda a parte".

> À luz desse critério [...], o regime que se implantou com o nefasto governo do Sr. Severino Vieira [...] caracteriza-se a toda evidência como o das imorais e usurpadoras oligarquias, combatidas por todas as forças vivas da opinião nacional nessa hora de legítima reivindicação dos direitos do povo. (GAZETA DO POVO, 30 nov. 1911)

A nova interpretação dos seabristas era que, desde Severino Vieira, a Bahia vivia sob o domínio de uma nefasta oligarquia, de um governo de "compadres" – a referência ao compadrio era especialmente acionada, pois esse laço existia entre José Marcelino e Araújo Pinho, e também entre Araújo Pinho e Domingos Guimarães. Excluía-se, evidentemente, o governo de Luís Viana, aliado de Seabra. Ainda em novembro, alguém que assinava com o nome *Benjamim* publicou a seguinte convocação, na seção ineditorial da *Gazeta do Povo*:

> Povo!
>
> É tempo de sacudir para longe essa atitude opressora, de um governo sem ação que está sendo cavalgado pelo Sr. Severino Vieira, o único responsável pela maior parte da infelicidade da Bahia!
>
> Preparai as vossas armas para repelir a miserável falsificação de atas que um governo derrotado está organizando.
>
> O eleito da Bahia, o único que pode agora fazer a felicidade de nossa terra, é o engenheiro Júlio Brandão.
>
> Não recuar, deve ser o lema de um povo cansado de sofrer.
>
> A Bahia empossará a Júlio Brandão e aos dez conselheiros conservadores, eleitos triunfantemente por brasileiros que não devem ser ludibriados.
>
> Alerta, baianos! Imitai aos heróis de Pernambuco, aquela porção de bravos que agora acabam de dar o maior exemplo de civismo.
>
> Viva o povo baiano! (GAZETA DO POVO, 17 nov. 1911)

O candidato seabrista à intendência de Salvador, Júlio Viveiros Brandão, era o gerente da Linha Circular, uma das duas empresas de bonde dos Guinle na capital baiana. A escolha deu margem a críticas dos adversários, que alertavam para o risco de Salvador se transformar em um "Panamá municipal",[6] com o açambarcamento dos serviços pela companhia. Segundo artigo do *Correio da Manhã* (RJ), reproduzido n'*A Bahia* (11 nov. 1911), os Guinle despenderam mais de cem contos de réis na eleição, preparando um "terrível assalto ao patrimônio do município e aos bolsos do contribuinte, enquanto não chega a vez de estender até os cofres do Estado e às riquezas naturais da Bahia os tentáculos famélicos da abominável *pieuvre*". A metáfora do polvo (*pieuvre*) era novamente acionada para simbolizar o poder sufocante das grandes corporações, nessa etapa do capitalismo mundial.

O adversário de Júlio Brandão era João Pedro dos Santos, lançado pelos marcelinistas com apoio dos severinistas. Segundo os seabristas, ele tinha apoio da Light e da Eclairage, ambas do grupo Light, de Farqhuar. A *Gazeta do Povo* (04 nov. 1911) denunciou que as duas empresas estariam pressionando seus funcionários para votar no candidato, interessadas nas concessões públicas de energia, transporte e outros serviços. Como se vê, a disputa pela intendência de Salvador envolvia importantes interesses econômicos.

A eleição municipal, realizada em 12 de dezembro, foi motivo para a escalada das animosidades. A apuração foi extremamente tumultuada. A certa altura, o general Sotero de Meneses resolveu "acalmar os ânimos" passeando com um pelotão de cavalaria em frente à Câmara Municipal, o que foi interpretado como ameaça aos partidários de João Santos, pois o general era ligado aos seabristas. Estes, por sua vez, denunciavam ações violentas da polícia estadual, reforçada por jagunços, mandados à capital por chefes governistas do interior. Cada um dos lados proclamou seu próprio intendente e Conselho Municipal, configurando uma "duplicata". A pressão sobre o governo estadual era insuportável e, em 22 de de-

[6] Referência aos escândalos de suborno e desvio de dinheiro que vieram à tona durante o processo de construção do Canal do Panamá por grandes grupos capitalistas. Em 1911, o canal ainda não estava concluído.

zembro, o governador Araújo Pinho renunciou. Seu primeiro substituto legal, o cônego Manuel Leôncio Galrão, presidente do Senado Estadual, alegou problemas de saúde para não assumir o cargo, que foi para as mãos do presidente da Câmara, o deputado estadual Aurélio Viana.

A renúncia de Araújo Pinho foi o ato deflagrador de uma estratégia ousada, que parecia a única saída para resistir à pressão do governo federal. O plano foi elaborado por Rui. Consistia na convocação da Assembleia Estadual em uma cidade do interior, longe do alcance dos canhões e dos navios de guerra, sob controle de chefes aliados locais com seus jagunços. O local escolhido foi Jequié. Segundo o próprio Rui, que tentava negar que a cidade fosse distante e isolada, o transporte da capital a Jequié levava "apenas" um dia e meio: primeiro, quatro horas de barco a Nazaré, depois, oito horas de trem a Santa Inês, mais um trecho que deveria ser vencido a pé ou a força animal. Conforme Rui, esse pedaço final se compunha de "14 léguas de bons caminhos, de boas estradas, caminhos que qualquer peão daqueles sertões faz, sem cansaço, em uma noite". Jequié também não tinha telégrafo, pois a linha era interrompida em Santa Inês. Tratava-se, seguramente, de um lugar remoto, onde o governo estadual poderia assegurar os resultados que o manteriam no poder. (BARBOSA, 1912, v. 39, t. 1, p. 69, 160)

A partir da convocação da Assembleia Estadual para Jequié, no primeiro dia de mandato do novo governador Aurélio Viana, os acontecimentos se precipitaram. Os seabristas da Câmara e do Senado Estadual, cada vez mais numerosos com o evidente fortalecimento do ministro, queriam manter a Assembleia em Salvador. Eles alegavam que a mudança de sede teria que partir dos parlamentares, e não do governador, como aconteceu. Começou, então, uma batalha jurídica, durante a qual os seabristas obtiveram do juiz federal instalado na Bahia, Paulo Martins Fontes, um *habeas corpus* garantindo sua entrada no prédio da Câmara, que vinha sendo guardado pelas forças do governo. Foi esse o estopim do bombardeio.

No dia 10 de janeiro de 1912, os seabristas, liderados pelo presidente do Senado Estadual em exercício, o barão de São Francisco (que assumiu na ausência do cônego Galrão), marcaram uma reunião preparatória da Assembleia Estadual, a qual pretendiam fazer funcionar em Salvador à revelia do decreto de mudança para Jequié. O prédio da Câmara, onde a Assembleia deveria funcionar, estava fechado e cercado pela polícia. Os seabristas apelaram para o general Sotero de Meneses, para que ele fizesse cumprir a ordem de *habeas corpus*. O general deu um ultimato a Aurélio Viana: se o governador não liberasse o prédio, os militares entrariam em ação. Diante da resposta negativa, mandou distribuir o seguinte boletim:

> 7ª região militar – O general Sotero de Meneses, inspetor da 7ª região militar, faz saber que, tendo o governo do Estado se recusado terminantemente a obedecer ao habeas corpus concedido pelo Exmo Sr. Juiz seccional, para que possam funcionar livremente, no edifício da Câmara dos Deputados, os congressistas convocados pelo Exmo. Sr. barão de São Francisco, presidente em exercício do Senado, cumpre-lhe, em obediência à requisição do mesmo juiz federal, aos poderes competentes da República, fazer respeitar e executar essa ordem de intervenção da força de seu comando, intervenção a que se dará início dentro de uma hora. (GAZETA DO POVO, 17 jan. 1912)

Às 13h30, dois tiros de pólvora seca foram dados como advertência e, em seguida, o forte de São Marcelo começou a bombardear Salvador, instaurando o pânico na cidade. Além do "forte do mar", o forte do Barbalho também participou do ataque, em balaços convergentes que visavam destruir a resistência da polícia estadual, cujas forças estavam concentradas no centro da cidade. É difícil determinar com precisão o saldo da destruição, pois os relatos divergem de acordo com a filiação política das testemunhas, mas é certo que a tarde de 10 de janeiro de 1912 marcou um dos mais violentos e extraordinários acontecimentos da história da Bahia.

O palácio do governo foi incendiado e a biblioteca pública, que ali estava instalada, foi destruída. Livros da época colonial foram perdidos para sempre. O número de feridos e mortos é controverso. Os seabristas, evi-

dentemente, minimizaram os danos. Segundo eles, os estragos no palácio foram causados por um incêndio posterior, provocado por um partidário do governo. A polícia estadual é que estaria atirando no povo e nos soldados, por isso a população estaria aprovando a ação militar. O general Sotero afirmou que o bombardeio havia sido uma "medida humanitária", para evitar que os soldados entrassem em luta corporal contra os policiais, reduzindo as baixas de ambos os lados. (GAZETA DO POVO, 12 jan. 1912)

Uma versão bem diferente foi narrada, por exemplo, pelo jornalista baiano Almáquio Diniz, em carta a Rui Barbosa, que o senador leu em um discurso no Supremo Tribunal Federal. Conforme Diniz, após o pandemônio do bombardeio, com a destruição de prédios públicos e a danificação de casas particulares (segundo ele, parte dos projéteis foram direcionados para as residências de José Marcelino e Domingos Guimarães), o governador pediu uma trégua ao general. Foi nessa hora, segundo ele, que os soldados espalharam o terror pela cidade em cenas de carnificina. Um grupo teria invadido a diretoria de rendas do Estado e matado quinze policiais lá abrigados, ainda nessa mesma noite. (BARBOSA, 1912, v. 39, t. 1, p. 49-51)

A violência inusitada do bombardeio ficou marcada profundamente na alma da cidade, mas os tumultos não ficaram restritos às ocorrências de 10 de janeiro. Até 28 de março, quando Seabra tomou posse do governo do Estado, Salvador viveu um período de turbulência. Aurélio Viana teve que abandonar o governo em 12 de janeiro, sob pressão de uma multidão enfurecida. Refugiou-se no consulado da Venezuela, depois fugiu à noite para o da França, onde uma comissão liderada pelo deputado Simões Filho foi buscar sua renúncia. O governo foi entregue, então, a Bráulio Xavier, presidente do Tribunal da Relação e quarto substituto legal do governador. Mas, com a repercussão dos eventos baianos na capital federal, especialmente pela palavra de Rui, Aurélio Viana acabou assumindo novamente o governo em 21 de janeiro, para renunciar mais uma vez, quatro dias depois. De volta ao cargo, Bráulio

Xavier organizou as eleições que, sem surpresa, deram vitória aos novos donos do poder na Bahia.

Do Rio de Janeiro, Rui liderou a resistência ao seabrismo. Logo após a renúncia de Araújo Pinho, ele pronunciou uma série de quatro discursos no Senado sobre o "caso da Bahia", defendendo a legalidade da mudança da Assembleia para Jequié e protestando contra a ousadia do governo Hermes em interferir na autonomia estadual. Depois do bombardeio, publicou vários artigos no *Diário de Notícias* (RJ), entre eles o magistral "Caim" (02 fev. 1912), em que um diabólico Seabra era levado a uma espécie de tribunal divino por ter assassinado seus irmãos e maltratado a Bahia, sua mãe. O texto teve impacto nacional e marcou a imagem de Seabra para sempre. Em outros artigos, Rui apelou para os paulistas, seus antigos aliados na campanha civilista, para que socorressem a Bahia, alertando que, se nada fosse feito, São Paulo poderia ser a próxima vítima do governo federal. Os chefes paulistas, porém, entraram em acordo com os hermistas, e nada fizeram em favor dos aliados baianos. (BARBOSA, 1912, v. 39, t. 4)

Rui também levou a luta contra Seabra para os tribunais. No dia 13 de janeiro, entrou com o primeiro dos três pedidos sucessivos de habeas corpus que apresentou nessa época, em favor de Aurélio Viana, Manuel Galrão e outros políticos. Os pedidos foram negados pelos juízes do STF, atendendo ao que desejava o governo federal. Somente um quarto pedido de habeas corpus, que dizia respeito à segurança de Alfredo Rui, Lemos Brito e Virgílio de Lemos, foi deferido. Esse habeas corpus não tinha grandes consequências políticas, pois não dava margem à restituição do governo aos civilistas. Era, portanto, politicamente inofensivo, e os juízes atenderam ao pedido do pai preocupado. Alfredo Rui havia partido para Salvador no dia 10 de janeiro, ainda antes do bombardeio, e chegou no dia 12. Corajosamente, desembarcou na capital baiana mesmo assim. Nos primeiros dias, ainda pôde circular pela cidade com tranquilidade, mas, com o acirramento dos conflitos, tornou-se um alvo preferencial da fúria seabrista. (BARBOSA, 1912, v. 39, t. 1)

Figura 4. O oceano se "manifesta" contra o bombardeio

Fonte: Revista Careta, ano 5, n. 190, 20 jan. 1912. Acervo on-line da Fundação Biblioteca Nacional (www.bn.br).

A repercussão nacional do bombardeio foi imensa. Segundo a revista *Careta* (Figura 4), até o oceano "expressou" sua indignação com os eventos baianos, lançando ondas furiosas sobre a capital federal. No seio do ministério do marechal Hermes, instaurou-se uma crise. O almirante Marques de Leão, ministro da Marinha, pediu exoneração com uma célebre carta, protestando contra o bombardeio e contra a participação do *scout* Bahia nos conflitos. De fato, esse navio de guerra, comandado por um oficial vianista, havia aportado novamente em Salvador, servindo de "argumento" extra a favor da dupla Seabra-Viana. O barão do Rio Branco, ministro do exterior, inicialmente acusado por Rui de omissão, aparentemente também protestou contra o ato do general Sotero. O fato de o barão ter falecido em meio à crise baiana (09 fev. 1912), deu origem à história (provavelmente fantasiosa) de que sua doença fora agravada pela profunda tristeza pelo bombardeio da Bahia, terra natal de seu pai, o visconde do Rio Branco. O barão passou a ser, então, a mais ilustre "vítima"

dos canhões de São Marcelo.[7] Veja-se, por exemplo, o dramático relato de Américo Jacobina Lacombe sobre seus últimos instantes de vida:

> Agoniado, o doente era removido constantemente da cama para uma cadeira de braços. Estava cego, mas, com os olhos muito abertos, como se estivesse a contemplar alguma coisa distante. Delirava, e as suas palavras indicavam o "delírio profissional" do político, ligadas à impressão do bombardeio:
>
> – Bombardeio da Bahia!
>
> – Forte de São Marcelo! (LACOMBE, 1955, p. 129)

Um dos argumentos usados por Rui para cobrar a punição dos responsáveis pelo bombardeio era que o ato teria afetado a imagem do Brasil no exterior, nossos "foros de país civilizado", pois não se admitia aquele tipo de ataque a uma cidade comercial. A violência despropositada estaria colocando o Brasil no patamar das demais repúblicas sul-americanas, desprezadas pelos políticos brasileiros por seus golpes *caudilhescos*. Segundo Rui, "na imprensa europeia, se alude já em sobressalto pela sorte dos capitais aqui investidos, à onda de desordem em que se vai atolando a nossa cultura e o nosso crédito". O bombardeio estaria, pois, dando ao Brasil um atestado de barbárie, prejudicando sua capacidade de atrair investimentos. Era um argumento que falava ao bolso dos políticos nacionais. (BARBOSA, 1912, v. 39, t. 1, p. 220)

Nada disso impediu Seabra de assumir o governo do Estado, em 28 de março de 1912. O novo governador, até então, mantivera-se fora da Bahia, sem participar diretamente dos eventos. De fato, na semana explosiva do bombardeio, Seabra apareceu placidamente em foto da revista *Fon-fon*, participando de uma cerimônia de casamento no Rio de

[7] Uma consequência dessa história foi a "fúria" de homenagens ao barão do Rio Branco no período seabrista. Além da estátua na avenida Sete de Setembro, o barão foi homenageado com a colocação de seu nome no novo palácio do governo (Palácio Rio Branco) e na localidade que se chamava Santo Antônio do Urubu. O nome atual desse município, *Paratinga*, nada mais é do que a tradução de *Rio Branco* para o tupi, como aponta Cid Teixeira. (LINS, 1988, p. 44)

Janeiro. Quando finalmente veio à Bahia, já foi como governador eleito. Os rituais de desembarque e recepção levaram uma enorme multidão às ruas, o que certamente dá o que pensar. Quem era esse povo que, depois de tantos tumultos e violências, ainda prestigiava o ex-ministro, a quem se atribuía a "autoria intelectual" do bombardeio?

Segundo Rui, o que os seabristas chamavam de "povo" não passava de uma "malta arruaceira", "patuleia de sicários", "escória das calçadas", "lixo de todos os motins", formada basicamente por soldados disfarçados e maus elementos, aos quais se juntaram funcionários de repartições federais, como os Correios e Telégrafos, e de empresas ligadas ao ministro da Viação, como a companhia das obras do porto e a casa *Guinle*. (BARBOSA, 1912, v. 39, t. 1, p. 219, 241, 355) Deixando-se de parte os termos pejorativos e elitistas, como *malta*, *patuleia*, *escória* e *lixo*, a acusação de Rui não era desprovida de sentido, pois militares, funcionários e empregados das companhias interessadas na ascensão de Seabra participaram, efetivamente, da multidão que legitimava as ações seabristas no período.

No tocante aos militares, vários oficiais envolvidos nos eventos de 1912 viriam a integrar, mais tarde, as hostes políticas de Seabra. O tenente Propício da Fontoura, sobrinho do novo ministro da Guerra (Mena Barreto) e o tenente Ferreira de Matos, comandante de *scout* Bahia, foram eleitos deputados federais pelo partido seabrista. O próprio general Sotero, responsável direto pelo bombardeio, elegeu-se senador estadual. Quanto aos funcionários e empregados das companhias, basta um exemplo: em 12 de dezembro de 1911, a *Gazeta do Povo* publicou uma extensa lista *nominal* de operários da Viação Baiana que apoiavam a candidatura Seabra. Sabendo-se que essa empresa ferroviária era dirigida por Miguel de Teive e Argolo, sogro do político seabrista Muniz Sodré, pode-se imaginar de que formas o apoio dos trabalhadores foi "estimulado" pelos patrões.

A multidão que se vê nas fotos da época, entretanto, não se limita aos soldados, funcionários e empregados das companhias interessadas na ascensão do seabrismo ao governo. Havia mais gente disposta a sair

às ruas para prestigiar o novo governador. Como já se assinalou, Seabra tinha uma antiga ligação com setores do operariado da capital. Em setembro de 1911, ele foi agraciado com o diploma de sócio benemérito do Centro Operário da Bahia. Dois meses depois, essa entidade lançou a candidatura de Mário Hermes à Câmara Federal. (GAZETA DO POVO, 27 nov. 1911) Há tempos, dizia-se que essa candidatura era a raiz do grande prestígio de Seabra junto ao presidente, e agora os operários baianos tomavam a "iniciativa" de cumprir a promessa. É provável, pois, que muitos trabalhadores ligados ao Centro Operário tenham participado dos rituais públicos pró-Seabra. Além disso, o time de *meetingueiros* do seabrismo (Rafael Pinheiro, Ângelo Dourado, Cosme de Farias, entre outros) estava nas ruas, mobilizando a população urbana a favor do seu chefe.

Outros elementos de maior poder econômico também apoiavam o seabrismo ascendente. A Associação Comercial da Bahia, por exemplo, participou ativamente das negociações para a solução da crise política. A entidade sempre esteve muito próxima aos donos do poder político da Bahia, embora mantivesse uma fachada de neutralidade. Representava os interesses do alto comércio e mantinha uma constante pressão sobre os governantes pela redução de impostos e pela manutenção da ordem. Seu presidente, Antônio Soveral, fez parte da comissão que foi buscar a primeira renúncia de Aurélio Viana, e apoiou a ascensão de Bráulio Xavier ao governo. (GAZETA DO POVO, 13 jan. 1912) Desde a visita do marechal Hermes, em julho de 1911, quando a Associação foi presenteada com uma faixa de terra e com a reforma de parte do cais do porto, a entidade vinha se alinhando ao ministro Seabra. Abandonando sua tradicional prudência, as "classes conservadoras" embarcavam alegremente na caravana seabrista, que prometia trazer o progresso e o desenvolvimento para a velha Bahia.

Além dos trabalhadores e comerciantes, é preciso não esquecer que muitos políticos tradicionais já haviam aderido ao seabrismo. As demonstrações incontestáveis de força durante todo o ano de 1911

e os primeiros meses de 1912, com a prova inequívoca do bombardeio, convenceram até os *chefes* mais cautelosos de que a maré havia virado definitivamente para o lado de Seabra. Os seabristas de última hora precisavam demonstrar publicamente sua adesão, o que se fazia de duas maneiras: através de votos e da presença nos rituais, com seus subordinados e agregados. Com isso, levava-se mais água ao moinho seabrista.

O episódio do bombardeio, com seus desdobramentos, assinalou o primeiro grande confronto entre Rui Barbosa e J. J. Seabra. A força do verbo de Rui não foi capaz de deter a capacidade de articulação de Seabra, que finalmente concretizou seus planos de tomar o controle da política baiana. O fato de que isso tenha ocorrido pela força dos canhões não invalida a avaliação feita, no ano anterior, pelo filho de Rui, de que Seabra preferia alcançar seus objetivos "pelos meios naturais". Ocorre que, no contexto do governo Hermes, a associação com os militares salvacionistas era a opção mais atraente para dobrar a resistência combinada dos adversários marcelinistas, severinistas, ruístas e pinheiristas.

Em retaliação às ações de Rui Barbosa no plano nacional, e aos ataques verbais ao seu chefe, os seabristas chamaram o senador de "velhote desorientado", "chefe nato de todas as revoluções e rebeliões que tem havido no Brasil", "figura tétrica", "esquálida", "demente", "grande gênio da destruição que nada jamais construiu nem construirá", "duende", entre diversos outros. Rui era apresentado como filho ingrato da Bahia, que só sabia destruir, além de velho e fisicamente frágil. Era o contraponto exato à imagem que Seabra vinha tentando construir para si mesmo. Alto, corpulento, com seus bigodes pintados de preto, o novo governador buscava aparentar juventude, força, virilidade, além de capacidade administrativa e apego extremado à terra natal. O discurso da *baianidade* e do político realizador, tocador de obras, tão acionado na Bahia ao longo do século XX, teve sua gênese com Seabra.

O texto a seguir, publicado na *Gazeta do Povo* (27 mar. 1912), é exemplar da versão seabrista desse momento. Observe-se a estrutu-

ra das rimas, o sabor distintamente popular e épico dos versos, que se assemelham a literatura de cordel, o recurso a imagens religiosas (se Rui recorreu ao Supremo Tribunal Federal, *Deus*, em seu *Tribunal Supremo*, intercede a favor dos seabristas) e a visão de Seabra como um guia iluminado que conduz o povo para o futuro. *Palinuro* era o piloto do navio de Eneias, na Eneida da Virgílio, e Josué liderou os hebreus na conquista da terra prometida. A referência ao visconde do Rio Branco (*Paranhos*) é mais uma homenagem ao seu filho, o barão. O *bobo* no palácio das Mercês é, evidentemente, o governador Araújo Pinho.

À Bahia Livre

Reinava aqui na Bahia
A bacanal mais vilã
O governo era uma orgia
Onde imperava o can-can!
Foi uma quadra medonha
Por toda parte a vergonha
A todo instante o dobrez
E p´ra cúmulo do deboche
Deixaram um bobo, um fantoche
No palácio das Mercês... [...]

Afinal, em santo alarde
Triunfou a Revolução!
Todo bandido é covarde,
Como é covarde o ladrão...
Por isso, cheios de medo,
Fazendo d´honra um brinquedo
Os réus fugiram de nós

Longe daqui, tendo em mira
Sempre a traição e a mentira
Foram cuspir nos Heróis.

Mas Deus, que nos viu na liça
Lutando, heróicos, de pé
Pela lei, pela justiça,
Pela Pátria e pela Fé...
Deus, no Tribunal Supremo,
Tomado do zelo extremo,
Foi o nosso defensor...
Vencemos! Eis a vitória!
Cantemos hinos de glória
Ao grande Libertador.

Bahia! Terra sagrada,
De Paranhos genetriz...
Nas águas lustrais banhada,
Levanta agora a cerviz!
Eis aqui, teu povo inteiro,
Remido do cativeiro,
Caminha, cheia de fé...
Para salvar o futuro,
Deus nos deu um Palinuro...
Ressuscitou Josué!...

(GAZETA DO POVO, 27 mar. 1912)

Figura 5. Comício no Largo de São Francisco, em meio à crise do bombardeio

Fonte: Careta, 20/01/1912

Figura 6. Confronto entre manifestantes e policiais

Fonte: Careta, 20/01/1912

Figura 7. Embarque de militares no Rio de Janeiro para a Bahia

A intervenção na Bahia

Embarque do 53 de caçadores, em nosso porto

Fonte: Careta, 03/02/1912

Figura 8. Seabra abraça o coronel Sotero no retorno ao Rio

O Bombardeio da Bahia

A risonha expressão do Dr. Seabra ao receber nos braços o General Sotero de Menezes, que lhe diz: «Está tudo prompto, caboclo velho».

Fonte: Careta, 10/02/1912

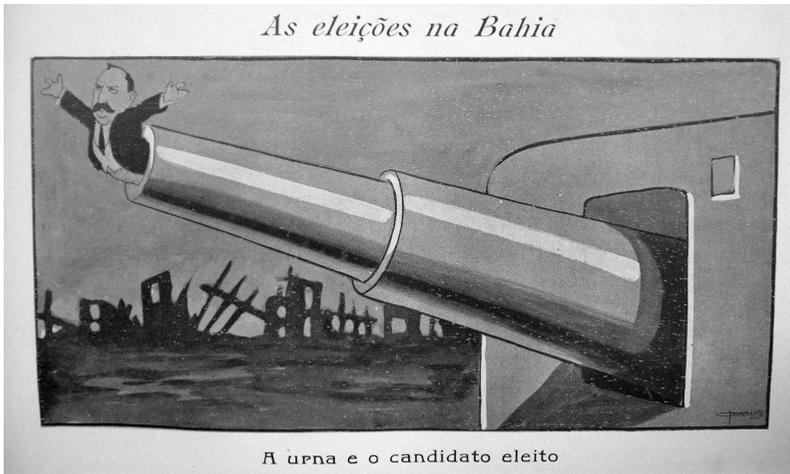
Figura 9. As eleições na Bahia

Fonte: Careta, 10/02/1912

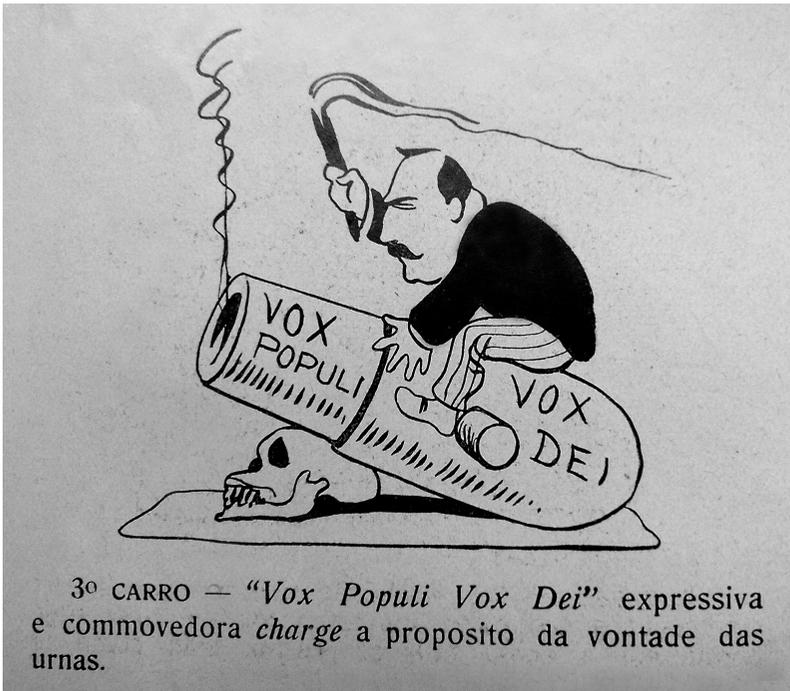
Figura 10. Vox Populi - Vox Dei

Fonte: Careta, 06/04/1912

Figura 11. Na Bahia, os milagres de São Marcelo

Fonte: O Malho, 20/01/1912

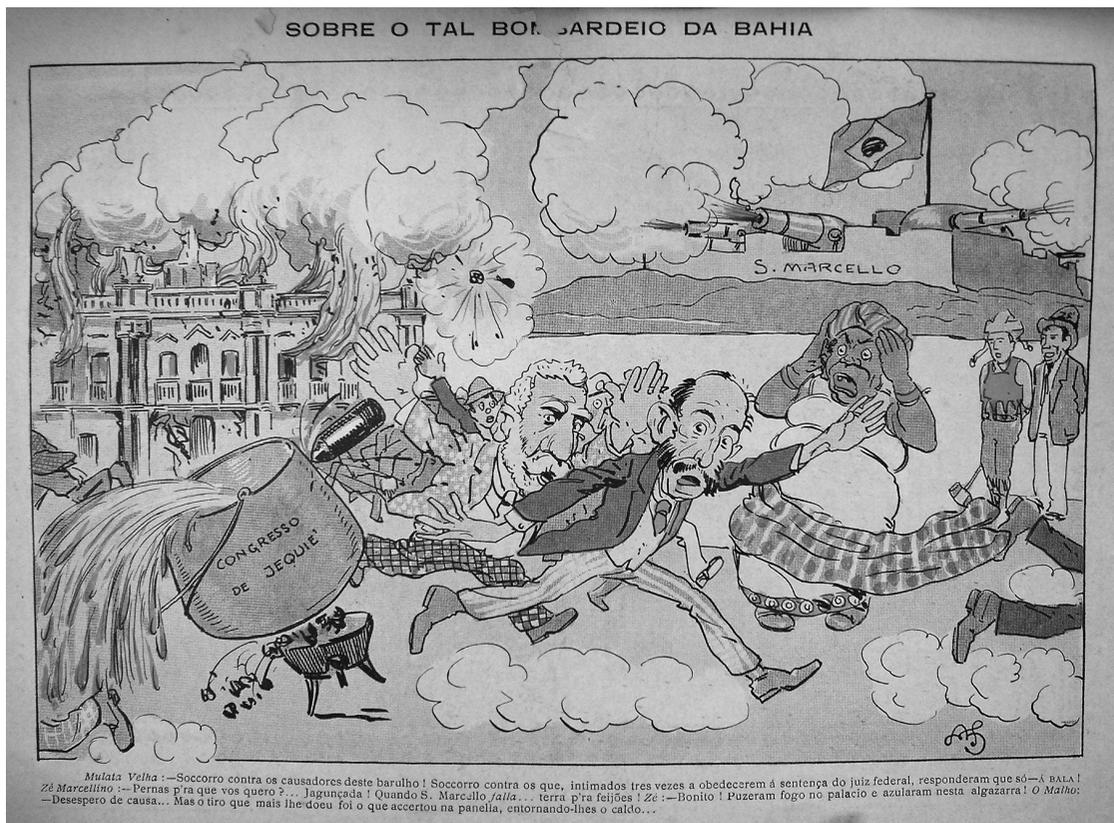
Figura 12. Sobre o tal bombardeio da Bahia

Fonte: O Malho, 20/01/1912

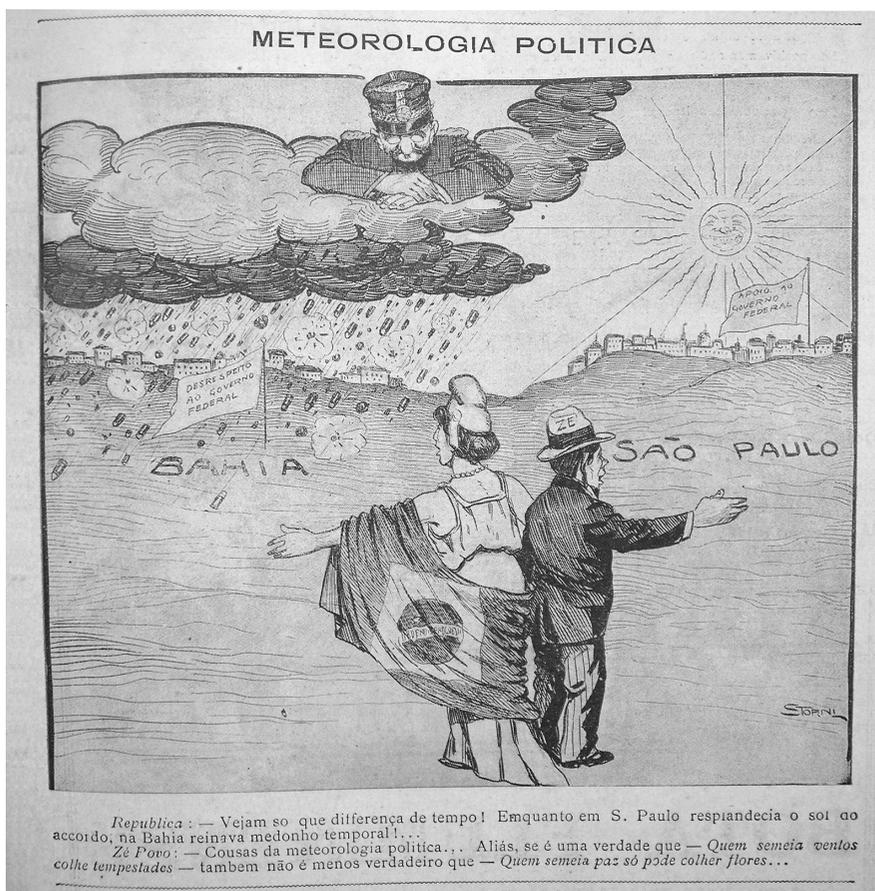
Figura 13. Metereologia política

Fonte: O Malho, 20/01/1912

Figura 14. No frigir dos ovos

Fonte: O Malho, 17/02/1912

Figura 15. Um quadro do "temporal" baiano

UM QUADRO DO "TEMPORAL" BAHIANO

Afim de tomar posse do cargo de governador, partiu pera a Bahia—onde já chegou e foi delirantemente recebido — o Dr. J. J. Seabra.

ZÉ

BAHIA

BÔAS INTENÇÕES

STORNI

Bahia : — Depressa, yôyô Seabra ! Venha «salvar» de verdade a sua mulata velha, que tem andado aos trancos e barrancos nas mãos de uma sucia de ineptos e aventureiros !

Zé :—Vai, mestre Seabra ! Bons ventos te levem á terra do vatapá e melhores te conservem por lá ! Aquillo está tudo podre, a começar pela hygiene, e é preciso fazer tudo de novo, sob a divisa :—*Probidade e competencia* !

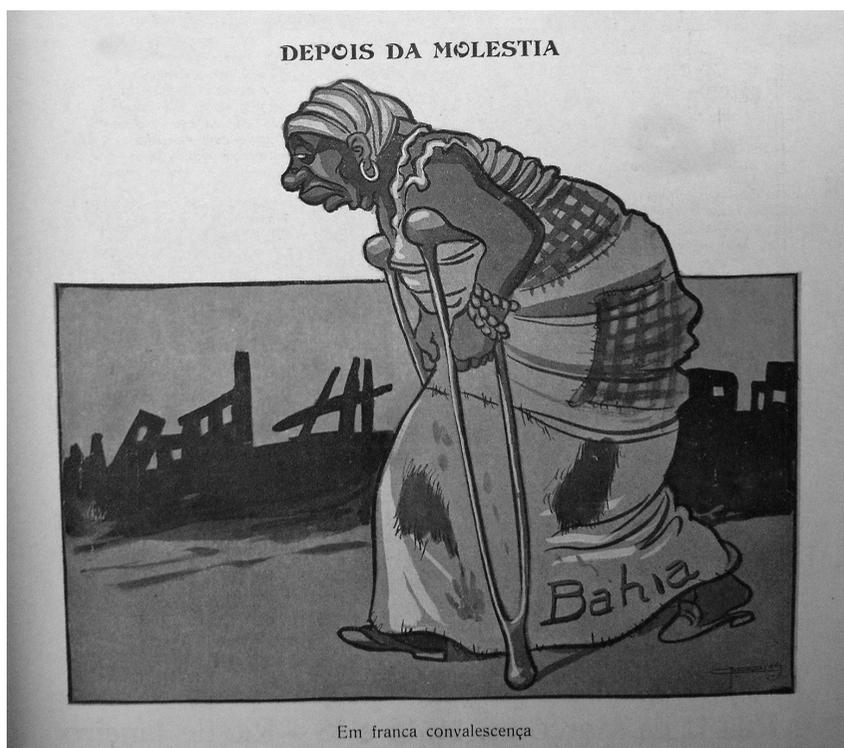
Seabra :—Boas intenções não me faltam : levo um carregamento dellas e farei o possivel para metter num chinello os meus antecessores ! Assim me não falte nunca a «aura popular»... Sopra, Zé !

Fonte: O Malho, 30/03/1912

Figura 16. Depois da moléstia

DEPOIS DA MOLESTIA

Bahia

Em franca convalescença

Fonte: Careta, 09/03/1912

Trégua e tensão (1913-1918)

Apenas um ano e meio depois do bombardeio de Salvador, "Caim" e o "velhote desorientado" já faziam parte do passado, pois Seabra e Rui firmaram uma surpreendente aliança. O motivo da reaproximação foi o rompimento entre o governador baiano e o marechal Hermes, derivado do crescimento da influência de Pinheiro Machado sobre o presidente. Seabra continuava amigo de Mário Hermes, que era o líder da bancada baiana na Câmara Federal, mas o prestígio do grupo familiar decresceu após a morte da primeira esposa do marechal e seu rápido casamento com a jovem Nair de Tefé, mulher avançada para a época, o que não foi bem aceito pelos filhos. O drama familiar, somado à dispersão dos militares *salvacionistas* pelos respectivos estados, contribuiu para o recrudescimento da força de Pinheiro Machado, que tratou de afastar os que vinham tentando minar seu prestígio no governo federal, inclusive Seabra.

Em julho de 1913, pois, lá estava o governador Seabra, chefe do Partido Democrata, lançando a única candidatura que parecia capaz de combater a força de Pinheiro na sucessão presidencial: a do "grande cidadão Rui Barbosa", "egrégio brasileiro", "respeitado e prestigioso". (GAZETA DO POVO, 08 jul. 1913) A população de Salvador assistiu, então, surpresa, a passeatas acadêmicas, festas e *meetings* dos seabristas a favor de Rui. Cosme de Farias, como delegado da *Liga Popular Rui Barbosa*, saiu às ruas em propaganda da "gloriosa Águia de Haia" (GAZETA DO POVO, 16 jul., 5 ago. 1913). O jornal seabrista, antes tão hostil a Rui, derramava-se em elogios:

> Não sabemos o que admirar mais no maior dos brasileiros, se o seu excepcional talento, se o seu raro e singular cultivo, ou se a grandeza, se o denodo, se o civismo incomparável com que se bate e com que se destaca, no nosso meio e na nossa época, como o apóstolo de todas as causas santas da liberdade. (GAZETA DO POVO, 05 nov. 1913)

A essa altura, o instável tabuleiro da política baiana já tinha sofrido novas rearrumações, com várias peças trocando de lado. Luís Viana, eleito senador com apoio de Seabra, rompeu com o governador em janeiro de 1913. Na oposição, aliou-se ao antigo desafeto Severino Vieira, ambos sob a regência de Pinheiro Machado. Durante a campanha presidencial, José Marcelino ainda se manteve atrelado a Rui, mas, em 1914, ele também aderiu ao pinheirismo. Tão surpreendente quanto ver Seabra e Rui de mãos dadas era assistir à aliança dos três ex-governadores, outrora encarniçados inimigos, para combater o novo todo-poderoso da Bahia. (SAMPAIO, 1998, p. 127)

O nome de Rui não logrou obter apoio nacional para ser lançado à presidência, mas tampouco Pinheiro Machado conseguiu se colocar como sucessor do marechal. Ao fim das negociações, o vice-presidente da República, o mineiro Venceslau Brás, foi escolhido como nome de conciliação. Publicamente, os seabristas relutaram em abandonar Rui. O deputado Mário Hermes, em nome da bancada, declarou que a candidatura baiana fora apresentada antes da mineira, e que a Bahia continuaria com ela, mesmo sem a companhia dos demais estados. De fato, o governo baiano sustentou o nome de Rui mesmo depois da desistência do próprio candidato, em dezembro de 1913. A *Gazeta do Povo* (22 fev. 1914) deu a palavra de ordem: "Rui ou ninguém!".

Ainda que tudo isso tenha sido apenas um jogo de cena de Seabra, enquanto tentava se articular com a candidatura vitoriosa de Venceslau Brás, é fato que houve uma reaproximação dos dois baianos, que se converteu em aliança estratégica. A correspondência pessoal, interrompida em 1905, foi retomada. Em 1913, os dois filhos de Rui (Alfredo e João) estavam integrados à chapa oficial de candidatos do Partido Democrata, que incluía também amigos próximos do senador, como José Joaquim da Palma e José Maria Tourinho. Como consequência dessa aproximação, são raras as referências a Seabra ou ao bombardeio da Bahia nos discursos e artigos das *Obras Completas de Rui Barbosa* em 1913 e 1914.

Nos discursos que fez sobre o recente bombardeio de Manaus, Rui praticamente não mencionou os fatos semelhantes ocorridos em Salvador no ano anterior, a não ser em breves referências. Da mesma forma, nas conferências que preparou para sua campanha presidencial de 1914, nunca proferidas, mas publicadas nos jornais, Rui usou termos enfáticos para lembrar as tragédias do Satélite e da Ilha das Cobras, mas falou genericamente sobre a intervenção nos estados. (BARBOSA, 1913, v. 40, t. 4; t. 5) Diante dos comentários sobre sua reconciliação com alguns *salvadores* do início do governo Hermes (além de Seabra, Nilo Peçanha, Dantas Barreto e Mena Barreto haviam se aproximado de Rui), o senador baiano alegou que todos tinham direito de reconhecer o erro e mudar de posição, e que foram os *salvadores* que mudaram, não ele. Quanto ao caso baiano, especificamente, observou:

> Na Bahia, ninguém ignora a desabrida oposição por mim feita à política pela qual se estabeleceu naquele estado o governo de hoje. Sucedeu, porém, que o governo atual e o seu partido deliberaram levantar a minha candidatura à presidência quando esta candidatura estava mais do que definida como a candidatura do que chamavam Chefe do Civilismo [...] Como é do meu costume, [...] respondi agradecendo, mas lembrando que eu não era o indivíduo, eu era a expressão de um conjunto de idéias [...] A resposta que me deram da Bahia o governador e os membros do seu partido foi que me recebiam com minhas idéias, com o meu programa, com a minha bandeira. (BARBOSA, 1914, v. 41, t. 2, p. 289-290)

As fontes consultadas não revelam as opiniões de Rui sobre as ações desenvolvidas no primeiro governo Seabra, como a reorganização administrativa do Estado e a reforma urbana de Salvador, hoje questionada pelas demolições e pelo espírito de controle e higiene social que a orientava[8].

[8] Não se tratará aqui da reforma urbana seabrista, tema já abordado por diversos autores. Eloísa Petti Pinheiro (2002) relacionou a reforma baiana aos principais modelos da época: Paris (modelo mundial) e Rio de Janeiro (referência brasileira). Vale lembrar que Seabra, como ministro, participou da reforma do Rio. Alberto Heráclito Ferreira Filho (1998/1999) abordou a reforma seabrista, como também a posterior de Góes Calmon, em seu aspecto disciplinador e "desafricanizador" do ambiente urbano. Peres (2009) abordou

Como a maioria dos contemporâneos de sua posição social, Rui compartilhava com Seabra do desejo de aproximar a Bahia e o Brasil dos modelos civilizacionais europeus, que eram o padrão ocidental.[9] Ainda em 1893, em visita a Salvador, o senador lamentou o "aspecto colonial desta cidade, entrevada cinquenta anos na imobilidade dos seus bairros primitivos". Para ele, como para Seabra, a arquitetura colonial era símbolo do "atraso" da Bahia. As fontes consultadas não registram campanha de Rui contra as ações da "picareta civilizadora", mesmo tendo recebido da sobrinha Amália Lopes Barbosa um apelo para que lutasse contra a demolição do mosteiro de São Bento, que estava no caminho da nova avenida projetada por Seabra, depois denominada Avenida Sete de Setembro. Ao que parece, Rui não se engajou na questão. O mosteiro permaneceu de pé graças à persistência do seu abade. (FCRB/ARB/CRUPF 827/1 30/08/1912)

Em 1914, Seabra convocou Rui para uma surpreendente missão: representar o município de Salvador em uma questão contra a empresa *Guinle & Cia*, que estava devendo certa soma aos cofres municipais, proveniente de um empréstimo externo, do qual Eduardo Guinle serviu como intermediário. Em razão dessa dívida, o intendente Júlio Brandão, antigo gerente da Circular, solicitara à Justiça que declarasse a falência dos ex-patrões. Os Guinle, por sua vez, alegavam que o montante devido era menor do que o valor cobrado pelo município e questionavam a honestidade de Júlio Brandão, acusando o intendente de ter "abocanhado" uma "grossa fatia" da verba destinada aos melhoramentos da cidade. (GUINLE & C., 1914, p. 13) Um dos advogados dos Guinle era Aurelino Leal, político severinista.

---

a questão da destruição do patrimônio colonial. É interessante observar que a reforma seabrista, apesar de seu impacto físico e simbólico, ficou muito aquém das intenções iniciais. A Primeira Guerra Mundial, e a drástica redução de capital disponível para investimentos nos países periféricos dela decorrente, reduziram sua abrangência.

[9] Segundo Norbert Elias (1994, p. 23), o conceito de civilização expressa a "consciência que o Ocidente tem de si mesmo". O autor analisou o processo civilizador como transformador do comportamento humano nos países centrais, com a introdução de normas de higiene e disciplina corporal/social. As sociedades periféricas, como a brasileira, tentavam se adequar a esses padrões. Para uma visão dessas questões na Bahia da época, ver o trabalho de Rinaldo Leite (1996).

Trata-se de um episódio complexo, que merece aprofundamento em pesquisas posteriores. À primeira vista, parece que Seabra havia rompido com os Guinle, seus aliados de longa data. Isso explicaria, não somente sua atitude de contratar Rui Barbosa, como o fato de os Guinle terem adotado um adversário do seabrismo como advogado. Mas, as coisas podem ser diferentes do que aparentam, pois Seabra também estava rompido com Júlio Brandão, e dizia que o dinheiro restituído não deveria ir para as mãos do intendente, pois os credores corriam o risco de serem "flauteados", isto é, lesados. Estaria ele, então, protegendo os interesses dos Guinle, enquanto publicamente os combatia? (GAZETA DO POVO, 12 dez. 1914)

A questão fica ainda mais intrincada quando se sabe que Seabra, através do Conselho Municipal, mandou aprovar um prêmio de cem contos de réis a Rui, por sua atuação no caso. Segundo ele, não se tratava propriamente de um pagamento, pois os serviços de Rui eram "inestimáveis", mas apenas de "uma lembrança pelo grande triunfo alcançado [em] favor [dos] interesses [do] município". No acervo de Rui, entretanto, há também uma carta do próprio Júlio Brandão, em dezembro de 1914, agradecendo pelo apoio e pedindo: "não me desampare em momento tão angustioso, vítima que sou da paixão dos homens e da perseguição dos poderosos". (FCRB/ ARB/CRUPF 1332-1/1 14/09/1914; ARB/CRUPF 229 05/12/1914) A solicitação de Júlio Brandão deve ter sido atendida, pois ele acabou se tornando amigo de Rui e, anos depois, seu sócio em uma fábrica de soda cáustica chamada Carbônica. São, em suma, negócios muito complicados dos bastidores da política, que merecem novas investigações.

Em janeiro de 1915, tudo parecia tranquilo entre Rui e Seabra, ao menos na superfície. O partido seabrista renovou o mandato de Rui no Senado. Por telegrama, Seabra informou a Rui que seu "prestigioso e aureolado nome [...] foi justa, brilhante e patrioticamente sufragado" com 85 mil votos. O governador tentava claramente agradar o senador. No acervo de Rui, resta ainda hoje o cartãozinho que acompanhou uma

caixa de mangas de Itaparica, mandadas por Seabra exatamente nessa época. (FCRB/ARB/CRUPF 1332-1/1 24/02/1915) Rui também defendeu o grupo seabrista dos ataques da oposição baiana, representada pelos partidários unidos de Luís Viana, José Marcelino e Severino Vieira, que tinham promovido uma "duplicata" na Câmara estadual. Em maio, contando com a força de Pinheiro Machado, a oposição forçou uma redistribuição das vagas baianas no Congresso, "degolando" candidatos do governo estadual. Graças à ação de Rui, as sete vagas concedidas inicialmente por Pinheiro Machado transformaram-se em quatorze, que ele e Seabra tiveram que dividir entre seus respectivos "amigos". (SAMPAIO, 1998, p. 128; BARBOSA, 1915, v. 42, t. 2, p. 249-255)

Apesar dessa reaproximação, a tensão latente entre Rui e Seabra não demoraria a vir à tona. Ambos tinham vocação para chefiar, e não serem chefiados, e só havia espaço para um cacique na política baiana. Até 1915, a habilidade política de Seabra à frente do governo estadual e a existência de um poderoso inimigo comum (Pinheiro Machado) mantiveram a aliança incólume. A partir desse ano, contudo, os problemas começaram a emergir.

O sistema eleitoral da Bahia na Primeira República era coalhado de vícios que favoreciam o continuísmo no poder, mas não permitia a reeleição sucessiva do governador. Por isso, ao se aproximar o fim do seu período governamental, Seabra se deparou com o problema de escolher o sucessor. Ele não pretendia repetir a moda dos governadores anteriores e ter uma passagem efêmera pelo poder estadual. Para estabelecer um mando duradouro, precisava nomear alguém genuinamente seabrista, incapaz de uma traição. Foi a propósito dessa difícil escolha que se deu a primeira fissura na aliança. Rui, evidentemente, queria indicar alguém mais próximo ao seu grupo. Os elementos hostis a Seabra aguardavam sua posição. Na Bahia, disse o deputado Lemos Brito a Alfredo Rui, todos "esperam ansiosos a indicação do candidato pelo Velho". O missivista comentou que essa era a oportunidade "para vocês experimentarem

a sinceridade do Seabra", e fez um apelo: "Salvem a Bahia!". (FCRB/ARB/CRUPF 244 08/08/1915)

As articulações para a sucessão governamental foram extensas e complicadas. Rui, inicialmente, sugeriu seu amigo José Joaquim da Palma, mas Seabra alegou que esse nome não era aceito pelo partido. Depois, Seabra propôs a candidatura do juiz Paulo Fontes, mas a retirou assim que Rui a aceitou, alegando que, novamente, o partido não concordava. Em meio às negociações, Seabra parece ter contado com a boa vontade de Alfredo Rui, com quem já se relacionava em termos de amizade. Como Mário Hermes, Alfredo Rui também se deixou encantar pelas artes políticas de Seabra, que dizia querer resolver tudo de acordo com seu pai, com quem declarava ter uma "aliança até a morte". Há indícios de que Seabra tenha, inclusive, dado a entender que o próprio Alfredo Rui poderia ser o candidato. Na Bahia, porém, os políticos mais bem informados sabiam que Seabra tentava, a todo custo, impor o nome do deputado federal Antônio Muniz, que encontrava resistências junto aos ruístas e também entre alguns seabristas.

Nos arquivos consultados, há muitas referências a grupos que desejavam manter a união Rui-Seabra e de outros que queriam rompê-la. Aparentemente, Seabra se esforçava para manter a aliança com Rui e usava todos os artifícios disponíveis para isso, exceto recuar da indicação do seu candidato preferido. Um interessante testemunho dessa atitude é o depoimento de Joaquim Pereira Teixeira, que serviu de emissário de Rui junto a Seabra. Em carta ao senador, ele contou que chegou a Salvador ainda de madrugada e seguiu para o palácio do governo, onde encontrou Seabra ainda de pijamas. De lágrimas nos olhos, o governador o recebeu perguntando: "Então, meu filho, V. vem fazer minha deposição?". Surpreso, Pereira Teixeira explicou que vinha em missão de paz, mas Seabra lhe deu um envelope, dizendo que continha sua renúncia ao governo. Pediu que entregasse o documento a Rui como prova de sua estima e solidariedade. Pereira Teixeira, em seu relato posterior, comentou

> Devo, a bem da verdade, declarar nunca ter visto Seabra tão comovido. Mal podia falar. Já nas conferências anteriores, referiu-se ao Rui com lágrimas nos olhos e mostrando ressentimentos de que Rui não acreditasse na sincera solidariedade que com ele mantém.
>
> No momento em que entregou a renúncia, disse apenas:
>
> - Fique certo de que não brigarei mais com esse homem. (FCRB/ARB/CRUPF 1447 26/08/1915)

Pereira Teixeira explicou a Seabra que não queria sua renúncia, mas pediu que ele adotasse uma solução conciliatória, ao que ele respondeu: "pergunte ao Rui se ele teria coragem de abandonar o Alfredo ou o Palma. Abandonar o Antônio Muniz, nesse momento, é traí-lo. Prefiro deixar o cargo e a política". Na despedida, ainda deu uma razão emocional para sua escolha:

> Antônio Muniz é como se fosse meu filho. Eu não estimo o Zeca e o Carlos [filhos de Seabra] como estimo a ele. O pai desse homem morreu pedindo unicamente isso, que me acompanhasse até o fim da vida. Não precisaria pedir, pois o filho nunca pensou em outra coisa. Esse homem foi o meu partido na Bahia. Não se registra dedicação política igual. Eu terei necessidade de deixar logo a Bahia e não voltar aqui para que ele possa administrar.
>
> Diga, enfim, ao Rui, que é a mim que ele aceita como governador, não é ao Muniz. (FCRB/ARB/CRUPF 1447 26/08/1915)

A última frase resume a raiz da insistência de Seabra e das resistências de Rui. De fato, o que se discutia, no fundo, era a continuidade do mando seabrista. Seabra apelou até para a esposa de Rui para obter as boas graças do aliado para sua escolha ("Fale também a D. Cotinha em meu nome. Peça-lhe que intervenha e que solicite a Rui o que estou a implorar", disse ele a Pereira Teixeira no mesmo encontro), em vão. Quando o nome do candidato oficial foi divulgado, Rui reagiu

friamente. Em agosto de 1915, em uma reunião de deputados baianos em sua casa, o senador explicitou formalmente sua opinião. Lembrou os motivos de sua aliança com Seabra, as contribuições que deu ao partido governista baiano e as conversas sobre a sucessão, em que Seabra insistia que sua cooperação era fundamental. Concluiu dizendo que, como sua opinião não foi levada em conta, não se considerava responsável pela escolha. Sem romper ainda publicamente com Seabra, disse que o caso se resumiu a uma "questão doméstica", em que os dirigentes do Partido Republicano Democrata já não acreditavam que valesse a pena "levar em conta o aliado cuja colaboração e solidariedade até há pouco reputavam essenciais". (BARBOSA, 1915, v. 42, t. 2, p. 249-255)

Novamente, as palavras de Rui revelam sua profunda irritação. Outros fatos ocorridos em 1915 contribuíram para deixar clara a estratégia seabrista de se manter no controle do poder estadual. A reforma da Constituição Estadual (24 de maio de 1915) e a lei de organização municipal (Lei 1.102, de 11 ago. de 1915) extinguiram a eleição para os intendentes municipais, que passaram a ser nomeados pelo governador. Dessa forma, Seabra tentava domar os chefes do interior, centralizando o poder em Salvador. Sua estratégia era simples: deixar os "coronéis" rivais lutarem entre si, para depois apoiar o vencedor. (SAMPAIO, 1998, p. 140)

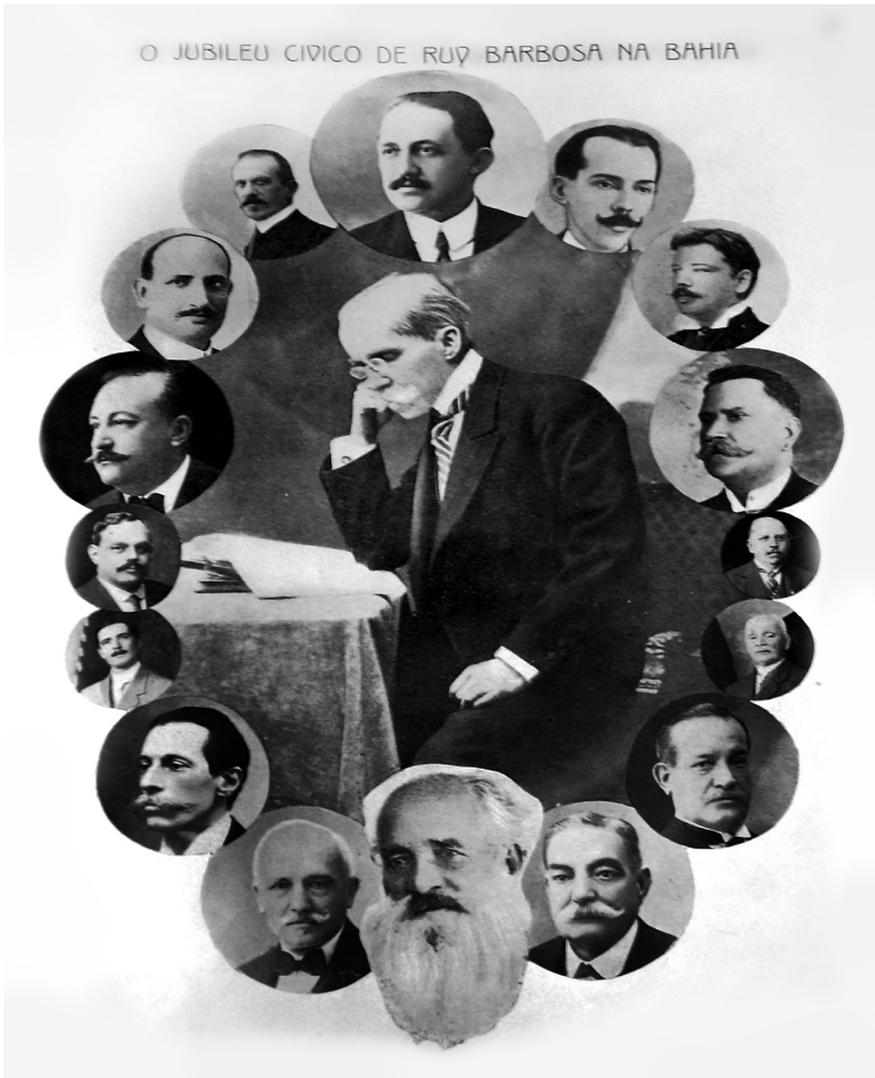
Após a morte de Pinheiro Machado, em setembro de 1915, a aliança Rui-Seabra perdeu ainda mais o sentido. A falta de habilidade política de Antônio Muniz, que assumiu o governo baiano em 1916, também contribuiu para fragilizar os laços com os ruístas. Entre 1916 e 1917, Rui foi se afastando dos seabristas e se aproximando dos oposicionistas que, especialmente após a morte de José Marcelino (26 abr. 1917) e de Severino Vieira (23 set. 1917), vinham tentando atraí-lo para seu lado. Um dos marcos dessa aproximação foi um discurso que Rui proferiu em setembro de 1917, no Teatro Lírico, no Rio de Janeiro, com críticas aos governos de Seabra e de Antônio Muniz. Essa oração, segundo Consuelo Novais Sampaio (1998, p. 139), "despertou da letargia as facções opo-

sicionistas do estado". A partir de então, elas adotariam como estandarte, em sua guerra contra o seabrismo, a figura mítica da Águia de Haia.

Um exemplo do aproveitamento do perfil heroico de Rui para fins políticos foi a grande festa promovida em 1918, a pretexto do que se chamou *Jubileu Cívico Literário de Rui Barbosa* ou, simplesmente, as *Festas do Sol* – o sol, no caso, era metáfora para o brilho e a importância de Rui. Segundo Gonçalves (2000a, p. 154), a ideia partiu dos ruístas baianos. Supostamente, a comemoração referia-se aos cinquenta anos da estreia de Rui na vida pública, com um discurso em homenagem a José Bonifácio, em 1868. Porém, a escolha desse marco inicial era bastante arbitrária, pois Rui já havia feito outros discursos antes. Isso corrobora a hipótese, aventada por Gonçalves, de que a motivação inicial dessas comemorações tenha sido política e baiana. Os oposicionistas desejavam aproveitar o grande prestígio de Rui para impulsionar a luta contra o poder seabrista enraizado no estado.

Os rituais do Jubileu foram grandiosos, tanto em Salvador como no Rio de Janeiro. Na Bahia, louvava-se a *baianidade* do homenageado, em festas, passeatas, banquetes, conferências. Uma publicação chamada Álbum da Bahia foi produzida em homenagem a Rui, e seus aliados fizeram uma caixa protetora com a madeira da porta da casa onde ele nasceu no centro de Salvador. Essa caixa, que pesa seis quilos e tem uma águia entalhada, está no museu da casa de Rui, no Rio de Janeiro, ainda hoje. O próprio governador Antônio Muniz participou dessas festividades, pois elas envolviam o Rui intelectual, orgulho do Brasil e *glória da Bahia,* em torno do qual toda a vida política e cultural do estado, naqueles dias, parecia gravitar (Figura 17).

A comemoração do Jubileu foi uma preparação simbólica para as lutas que ainda estavam por vir. A partir de 1919, o confronto entre Rui e Seabra voltaria a ganhar um caráter concreto, como em 1912, com os "próceres" terçando armas em um duelo pela supremacia na Bahia.

Figura 17. Jubileu de Rui Barbosa na Bahia (1918)

Fonte: *Revista Bahia Ilustrada,* 1918. Acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

O homem no alto da foto, acima da cabeça de Rui Barbosa, é o governador Antônio Muniz. Em sentido horário, a partir dele, seguem: Lemos Brito, Henrique Câncio, Batista Marques (jornalistas), Costa Lino (presidente da Associação Comercial da Bahia), Carneiro da Rocha (diretor da Faculdade de Direito), Américo Oliveira, A. Motta (industrial), Carneiro Ribeiro (professor e "grande mestre de Rui", conforme a legenda original), Pedro Valente (industrial), Xavier Marques (jornalista), Bernardino de Sousa (secretário do Instituto Histórico), Francisco Góes Calmon (advogado), Álvaro Cova (chefe de polícia), Costa Pinto (diretor da Imprensa Oficial) e Bráulio Xavier (presidente do Superior Tribunal).

Greve na capital, conflito no sertão (1919-1920)

Os últimos anos do governo Antônio Muniz foram movimentados. A Primeira Guerra Mundial agravara os problemas financeiros do Estado. A população sofria com o aumento do custo de vida, especialmente com os altos preços dos alimentos. Diversas categorias profissionais foram prejudicadas com a guerra, que aumentou o desemprego, fomentando a insatisfação popular. Havia, além disso, uma onda mundial de mobilização dos trabalhadores, após as duas revoluções na Rússia em 1917, e suas repercussões. Algumas cidades brasileiras, como São Paulo, vinham sendo sacudidas por greves e outros movimentos populares. A capital da Bahia não ficaria alheia a essa atmosfera de agitação.

Em janeiro de 1918, os professores municipais recusaram-se a iniciar o ano letivo, em protesto pelo atraso dos salários. Contaram com o apoio da oposição, que, cada vez mais, identificava-se como ruísta. Em maio, o governo estadual foi acusado de *empastelar* o jornal *A Hora*, de Artur Ferreira, um ex-seabrista que passou à oposição. O *Diário da Bahia*, também anti-Seabra, se ofereceu para imprimir *A Hora* em suas oficinas, mas a polícia interveio e, em meio à confusão, um estafeta dos telégrafos foi morto a tiros. O chofer de Simões Filho levou quatro facadas de Inocêncio *Sete Mortes*, conhecido valentão, capoeira e guarda civil.[10] O governo resolveu proibir os *meetings*, a não ser quando autorizados pela polícia.

No Senado, Rui Barbosa, que havia pedido licença de saúde, compareceu à sessão especialmente para solicitar providências contra o "regime de terror" vigente na Bahia. Foi interrompido por apartes de Seabra que agora também era senador (foi eleito para a vaga aberta com a morte

[10] Alguns estudos têm apontado relações de políticos seabristas, como o chefe de polícia Álvaro Cova e o próprio Seabra com capoeiristas de Salvador. Essa relação aparece, por exemplo, na dissertação de Josivaldo Pires de Oliveira (2004). É interessante notar que, apesar disso, o período seabrista foi também de tentativa de disciplina sobre grupos sociais marginalizados, com a criação da polícia civil. A presença de Inocêncio *Sete Mortes* na polícia é um indício de que, apesar do discurso discriminatório contra os capoeiras (inclusive na lei), eles continuavam sendo importantes aliados nos embates dos partidos tradicionais.

de José Marcelino). Seabra disse que Rui estava "iludido" por informações equivocadas e defendeu a ação da polícia. (DCN, 30/05/1918) Dois meses depois, Artur Ferreira voltou ao noticiário por ter matado o tenente e deputado estadual Propício da Fontoura, quando este o confrontou sobre artigos ofensivos à sua honra. Em março de 1919, a tensão se elevou ainda mais. Um *meeting* da oposição na praça municipal foi dispersado a tiros. Simões Filho e Medeiros Neto ficaram feridos. Miguel Calmon e Pedro Lago escaparam correndo. Note-se que o acirramento dos ânimos levava até os "próceres" mais aristocráticos, como Miguel Calmon, neto do marquês de Abrantes, às ruas, para os *meetings*. Mais uma vez, os piores danos foram sofridos por um homem do povo, que foi baleado e morreu.

A oposição baiana se articulava, em 1919, em torno da nova campanha presidencial de Rui Barbosa. Dessa vez, tratava-se de uma eleição extemporânea, para substituir o presidente eleito Rodrigues Alves, que morreu antes da posse. Como sempre, Rui foi logo cotado como candidato *natural* ao cargo. Quando a "convenção nacional" se reuniu, no entanto, um acordo entre sete chefes estaduais (inclusive Seabra) definiu que o escolhido seria o paraibano Epitácio Pessoa. Rui não se conformou com a decisão. Dez anos depois da campanha civilista, teve ânimo para uma nova empreitada eleitoral, com chances de sucesso ainda mais remotas, pois os únicos governos estaduais que o apoiavam eram os do Rio de Janeiro (Nilo Peçanha) e Pará.

A Bahia seabrista lhe recusou apoio. Segundo Rui, o "grito de Caim" se fez ouvir na convenção, para repudiá-lo "em nome da Bahia, mãe idolatrada", estremecida de aversão "à prole bastarda que se manchou no sangue materno, capturando-a como presa inimiga, assaltada e bombardeada". (BARBOSA, 1919, v. 46, t. 1, p. 35) Os termos *Caim* e *bombardeio* voltavam, como se vê, a ocupar lugar de destaque no vocabulário político de Rui.

Na campanha eleitoral que se seguiu, ele proclamou cinco conferências públicas: duas no Rio de Janeiro, uma em São Paulo, uma em Minas Gerais, e a última na Bahia. A conferência baiana, realizada no

Politeama (12 abr. 1919), foi quase integralmente dedicada à critica do seabrismo. Usando um artifício de retórica, em que comparava a caixa do tesouro estadual a um recipiente hidráulico, Rui declarou que o problema da Bahia era que os recursos escorriam pelos furos, pelos escoadouros, pelos "ladrões". (BARBOSA, 1919, v. 46, t. 2, p. 47) Sua visita a Salvador, em meio a um período de conturbação política, serviu para galvanizar ainda mais a oposição. Otávio Mangabeira lançou o novo lema: *Rui ou a revolução*. Era uma palavra de ordem inteligente, pois funcionava em dois sentidos opostos: energizava as multidões nas ruas, empolgadas com a onda revolucionária, mas também amedrontava as "classes conservadoras", sempre temerosas de subversões da ordem. Entre *Rui* e a *revolução*, elas certamente preferiam Rui.

A presença de Rui mexeu também com os seabristas. *O Democrata*, jornal que substituiu a *Gazeta do Povo* como órgão do seabrismo em 1916, publicou uma série de artigos chamando Rui de *Anticristo*, com sua "imaginação infernal" e "suprema vaidade". O próprio Seabra respondeu à conferência de Rui com uma sarcástica *Carta Aberta,* reproduzida com comentários no apêndice, em que insinuava até que o adversário sofria de decadência mental. Estava aberta uma nova temporada de hostilidades, acusações e insultos entre os dois baianos.

Apesar da importância da visita a Salvador para a oposição baiana, o ponto alto dessa campanha presidencial de Rui foram os discursos proferidos no Rio de Janeiro. O primeiro deles, intitulado Às Classes Conservadoras, era um apelo para que essas "classes", que eram as "células vivas" da sociedade, retomassem a política das mãos dos "parasitas" da politicalha. Mas, quem eram as "classes conservadoras", na opinião de Rui? Sua definição abrangia, não só a lavoura, a indústria e o comércio (as "classes conservadoras" na concepção mais difundida na época), mas também o funcionalismo público, os militares e os operários, todos que produzissem algo benéfico em prol da sociedade. Era uma definição muito elástica, que parece ter servido mais como ele-

mento retórico do que como conceito real. Ficavam excluídos das "classes conservadoras" apenas os maus políticos, apontados como os causadores de todos os males do Brasil.

O segundo discurso, *A Questão Social e Política* no Brasil, foi voltado aos operários. Nele, Rui se ocupou, pela primeira vez, da "questão social", demonstrando uma importante mudança em seu pensamento político, que se afastara do liberalismo individualista clássico para admitir "medidas tutelares" em relação ao operário, nos moldes de uma "democracia cristã". Seu exemplo ideal de relação patrão-empregado eram as vilas operárias criadas em São Paulo pelo industrial Jorge Street. A principal preocupação expressa por Rui, nos dois discursos, era de que o acirramento das tensões sociais, agravado pela intransigência dos sucessivos governos, levasse o regime brasileiro a um desfecho semelhante ao do *kayserismo* alemão ou do *czarismo* russo: "a guerra ou, pior, a anarquia", no sentido lato de dissolução da ordem.

> Assim é que, senhores, já não é a anarquia uma palavra, um mal vago remoto, exótico, dominável pela força organizada. É uma alucinação reduzida à prática. É um pesadelo introduzido na vida real. É uma contingência iminente, um inimigo à porta e poderia vir a ser, de um momento para outro, uma realidade atual. Tóxico sutil nas combinações debaixo das quais se propina à consciência dos humildes, sente-se menos nas alturas, porque, nas suas tendências gerais, participa da natureza de certos gases pesados, como o óxido carbônico, que gravitam para as camadas baixas do ambiente, e rastejam com a morte pelo chão. Mas por toda parte se infiltra, em toda parte se acha, e de toda parte ameaça. (BARBOSA, 1919, v. 46, t. 1, p. 59)

Rui não era o único a se preocupar com esse "tóxico sutil", que se espalhava preferencialmente "nas camadas baixas do ambiente". Desde o começo da República, esses temores rondavam as mentes dos "próceres", preocupados com a estabilidade social. Progressivamente, a questão foi ganhando visibilidade, na medida em que greves e outros movimentos

passaram a fazer parte da vida das grandes cidades brasileiras. Em 1910, na plataforma hermista, já apareciam referências ao *problema operário*. Apesar de minimizar a questão ("Não nos assoberbam ainda, felizmente, os grandes abalos produzidos pela luta entre o braço e o capital") e de achar que o socialismo, no Brasil, seria "planta exótica" incapaz de brotar, Hermes estava atento a essa força social. Em 1912, ele organizou um congresso de trabalhadores, uma forma de tentar manter um controle sobre suas reivindicações. (GAZETA DO POVO, 03 jan. 1910) Nos anos posteriores, com a evidência de que o terreno ideológico se mostrava cada vez mais fértil à rebeldia, as autoridades passaram a se preocupar ainda mais.

Um exemplo baiano: em 1918, o governador Antônio Muniz afirmou que, apesar dos problemas financeiros do estado, não paralisaria as obras públicas de Salvador para não desempregar os trabalhadores, que "se veriam, de chofre, desamparados e sem pão, sob as tristes ameaças da miséria". Não era apenas uma medida de compaixão, explicou, mas uma questão *política*, pois "em momentos de crises sociais como esta que atravessa o mundo, daria provas de chocante desumanidade e de *imprudência política*, o governo que, em vez de suavizar a dura existência do proletariado, fosse agravar as suas dificuldades, retirando os meios de vida àqueles que se entregam ao trabalho". (BAHIA, 1918, p. 6, grifo nosso) O discurso foi apresentado por Antônio Muniz à Assembleia Legislativa poucos meses depois da Revolução Russa de 1917, que mudou para sempre a forma como as "classes conservadoras" olhavam para as "classes laboriosas", nos alicerces do "edifício social".

Em junho de 1919, os operários baianos fizeram sacudir o edifício, com a primeira greve geral de Salvador. O movimento se iniciou no sindicato dos pedreiros, estendendo-se, aos poucos, para outros ramos profissionais. Em poucos dias, a maior parte das fábricas e oficinas estava fechada. Trabalhadores dos serviços públicos também aderiram, e a cidade ficou sem energia e sem transportes. Além da abrangência, o movimento também ficou marcado por ter adotado uma postura di-

ferente dos protestos contra a carestia, tão conhecidos da população baiana. Liderada pelo advogado Agripino Nazaré, a greve assumiu reivindicações relacionadas mais de perto ao mundo do trabalho, como a diminuição da jornada de trabalho, regulação da mão-de-obra infantil e feminina, entre outras. (CASTELLUCCI, 2001)

O fato de a greve ter ocorrido em um momento de grande tensão política entre seabristas e ruístas fez com que os dois grupos estivessem dispostos a firmar uma aliança com os operários, que puderam escolher o lado que lhes proporcionaria maiores benefícios. Optaram pelo governo do Estado que, além disso, já tinha uma relação antiga e consolidada com setores do operariado baiano. Apesar das resistências de Agripino Nazaré, que queria manter o movimento grevista independente dos políticos externos, era inegável que alguns sindicatos, como o dos estivadores, tinham uma relação próxima com políticos seabristas. No caso da greve geral, quem serviu de intermediário junto aos patrões foi o próprio governador Antônio Muniz, que defendeu as demandas dos grevistas e não reprimiu o movimento[11].

A postura do governo estadual, favorável aos operários, desagradou, por sua vez, à Associação Comercial da Bahia, porta-voz das "classes conservadoras". A entidade já vinha entrando em conflito com o governador desde que Antônio Muniz, diante da pressão social, tomou medidas de intervenção na economia para minorar a carestia dos alimentos, como a fixação de uma tabela de preços. A atuação na greve geral foi a gota d'água para as "classes conservadoras", que passaram a se aliar à oposição ruísta. Os jornais oposicionistas falavam em *soviete dos Munizes*. Não deixa de ser irônico que a expressão designasse a parentela do

[11] Antônio Muniz não reprimiu o movimento de 1919 por conta das necessidades políticas do momento, mas, como observa Castelucci (2001), a aliança entre o seabrismo e os líderes da greve se encerrou no segundo mandato de Seabra, quando Agripino Nazaré foi expulso da Bahia. A prática de expulsar anarquistas e subversivos em geral não era incomum no período. Além daqueles que representavam perigo para a ordem social, era frequente também a expulsão de pessoas que pareciam ameaçar a ordem moral, como as prostitutas. Por isso mesmo, a polícia do porto de Salvador costumava fazer uma "triagem" para definir quem podia ou não desembarcar.

governador Antônio Muniz e de seu primo Muniz Sodré, tão zelosos do seu "sangue azul" que, anos antes, foram chamados de "fidalgotes" por um adversário, como já se registrou.

Articuladas à oposição, as próprias "classes conservadoras" lançaram um candidato ao governo da Bahia, o juiz federal Paulo Martins Fontes. O candidato governista era o próprio Seabra, que voltava para tentar retomar o controle do partido, bastante fragilizado após a gestão Muniz. Além dos problemas externos, o seabrismo sofria uma profunda crise interna. Antônio Muniz não conseguiu manejar as complexidades da política baiana, deixando que o poder concentrado pelo *chefe* se desagregasse. Amargou perdas como a do deputado federal Otávio Mangabeira, que se uniu a outro ex-seabrista, Ernesto Simões Filho, para comandar as oposições baianas sob as ordens do chefe máximo de ambos: o senador Rui Barbosa. (BARBOSA, 1919, v. 46, t. 3, p. 8)

De fato, apesar de o candidato oposicionista ser Paulo Fontes, a campanha eleitoral foi um duelo Rui X Seabra. Rui se engajou nessa campanha como se sua própria vida dependesse disso. Aos 71 anos, com a saúde precária de sempre, saiu pelo interior da Bahia em longos percursos de trem, de navio e até de canoa. Palestrou em Alagoinhas, Serrinha, Santo Amaro, Cachoeira, Bonfim e Feira de Santana, além de Salvador, no período de 35 dias. Com todo esse esforço, e sua popularidade, a campanha baiana ganhou visibilidade nacional. Da Europa, por cartas, seu filho mais novo, João Rui, acompanhava as "estripulias" do pai "pelos sertões da Mulata Velha", como era chamada a Bahia. "Até parece que tem bicho-carpinteiro a fazer-lhe cócegas!", comentou João Rui com seu correspondente e informante, o mordomo Antônio, que acompanhava todos os passos do patrão. (BARBOSA, 1919 v. 46, t. 3; FCRB/ARB/CRUPF 147 16/01/1920)

Nessas conferências públicas, Rui voltou a destilar o melhor da sua retórica para dizer o pior do adversário. Eram textos violentos, cheios de acusações retumbantes e pertardos irônicos contra a oligarquia "dos

Antoninhos e dos Jotas". Muitas vezes, ele recorreu a imagens chocantes de doença e podridão, de *lepra* e *pus*, para caracterizar a corrupção e a violência governamental. Comparou os adversários a vermes, quando falou em extirpar a "tênia do seabrismo, metida, há oito anos, nos intestinos da Bahia". Ridicularizou a aparência de Seabra, com suas "carnudas proeminências faciais", seu "carão", "tez sensível ao pó de arroz", e também seu estilo retórico, a forma peculiar da argumentação seabrista, que, após estabelecer as premissas, costumava enfatizar a conclusão supostamente irrefutável com um *logo* sonoro e prolongado. Para Rui, Seabra era o *Senador Lóóógo*, o *Demóstenes de Trovoada*, o *Frei Tartufo*, de "miolo mole e cara dura". (BARBOSA, 1919 v. 46, t. 3, p. 91, 125, 134, 80)

A escolha de Paulo Fontes foi formalizada em uma *Convenção do Povo Baiano* (20 nov. 1919), no Politeama, Assembleia supostamente representativa de "todas as classes" da sociedade. Em seu primeiro discurso solene, realizado nessa mesma noite, Rui já introduziu os principais temas que orientariam suas conferências ao longo da campanha eleitoral. Ele disse que essa não era uma campanha movida pelo interesse partidário, mas uma cruzada de libertação da Bahia do jugo da *oligarquia*. A "salvação do Estado" dependeria da ação das suas forças vivas, da "intervenção direta da vontade popular", especialmente dos homens do esquecido *sertão*, essa "raça heróica e honesta" que estaria se preparando para intervir na política estadual, resgatando a dignidade vilipendiada de sua terra. O uso dos termos *oligarquia, salvação* e *intervenção* não parece ter sido gratuito, pois se relacionava à estratégia desenhada desde aquele primeiro momento por Rui e seus aliados.

A situação de 1919 era exatamente o inverso daquela de 1912. Dessa vez, eram os ruístas que precisavam quebrar as cadeias do continuismo vigentes no estado. Diante da impossibilidade de cooptar o futuro governador, pois, afinal, o candidato governista era próprio Seabra, a oposição precisava recorrer à força do governo federal. Mas o artigo 6º da Constituição de 1891 *proibia* a intervenção federal nos estados, exceto para:

- repelir invasões estrangeiras e entre os estados;
- manter a forma republicana federativa;
- reestabelecer a ordem e a tranqüilidade nos estados à requisição dos respectivos governos
- assegurar a execução das leis e sentenças federais.

As duas últimas exceções (manter ordem e cumprir leis/sentenças) vinham sendo usadas, desde o início da República, para justificar a intervenção nos estados, a favor de aliados do governo federal. Para acionar esse recurso, as oposições estaduais precisavam: a) contar com o apoio do governo federal, b) criar uma situação de conflito em que se pudesse justificar a intervenção, enquadrada em uma das exceções citadas.

Rui vinha buscando, claramente, conquistar o apoio do presidente Epitácio Pessoa. Sua primeira ação nesse sentido ocorreu imediatamente após as eleições, quando ele reconheceu a vitória do adversário e não contestou os votos por ele obtidos. Era uma postura bem diferente da que Rui assumiu em 1910, quando escreveu um longo memorial contestando a eleição de Hermes. Além de reconhecer a vitória de Epitácio, Rui salientou que sempre o respeitou durante a campanha. Ele sabia que o novo presidente não tinha um bom relacionamento com Seabra e queria garantir o apoio para seu grupo na Bahia. A estratégia parecia promissora. Diversos funcionários federais seabristas começaram a ser demitidos, o que sinalizava o apoio de Epitácio à oposição. Mais importante: houve uma mudança no comando da guarnição militar instalada na Bahia, com a substituição de um general simpático a Seabra por um militar ligado aos ruístas. Tudo isso dava novas esperanças aos partidários de Rui.

Para viabilizar a intervenção, a oposição também precisava de uma sentença favorável ao grupo, o que era bem simples, pois o candidato de Rui era o próprio juiz federal. Os ruístas contavam, também, com outros importantes magistrados baianos, como Bráulio Xavier, outro ex-seabrista de 1912. Mas, havia ainda outra questão. Normalmente, as

intervenções federais ocorriam em momentos de agitação, em que se justificava a ação externa em nome da salvação pública. Era nesse ponto que entravam os sertanejos tão elogiados por Rui. Em suas conferências pelo interior do estado, ele clamou pelos brios dos homens do sertão:

> Seria possível que qualquer coisa capaz de usar o nome de povo, seria possível que o mais baixo povo do mundo, quanto mais o povo brasileiro, quanto mais o povo baiano, se acomodasse a chafurdar nesse atascadeiro vilíssimo sem uma reação eficaz, sem uma reação heróica, sem uma reação de todos os seus instintos, de toda sua consciência, de toda sua energia? Seria possível que as virtudes sertanejas, no momento em essa política abdominosa e voraz, obra do coito da hiena com o varrasco, a política do bombardeio de Salvador e da bancarrota da Bahia, no momento em que essa política espúria e degenerada vai jogar todos os trunfos na última cartada pela sua eternidade no Governo do Estado que desonrou – seria possível que a moralidade, o civismo e o pundonor desta raça de heróis do trabalho, da modéstia e do sofrimento [...] escolhesse o cogote e desfilasse de corrida para casa como a ovelhada a caminho do aprisco, ao latir dos cães do ovelheiro? (BARBOSA, 1919, v. 46, t. 3, p. 44-45)

Os sertanejos não eram *ovelhas*, como Seabra sabia muito bem. Como já se comentou, ele havia tentador exercer seu mando no interior da Bahia, onde tinha antigas dificuldades de aceitação. A reforma da Constituição Estadual e a lei de nomeação de intendentes foram estratégias para concentrar o poder nas mãos do governador. Essa iniciativa, no entanto, acabou despertando a ira de muitos chefes, que não aceitavam ter que depender do beneplácito do governo para exercer o poder em *seus próprios* municípios. Além disso, a interferência da polícia estadual a favor dos chefes governistas na gestão de Antônio Muniz (abandonando a estratégia de Seabra de esperar a briga e se aliar com o vencedor, que era o mais forte), provocou a reação de vários “coronéis”, incomodados com a interferência nas lutas locais. Os partidários de Rui perceberam essa inquietação e convocaram esses “coronéis” para a campanha “libertadora”

da Bahia. Estava formada, assim, a base do que a historiografia costuma chamar de *Reação Sertaneja, Revolução Sertaneja* ou *Levante Sertanejo.*[12]

Os principais chefes guerreiros envolvidos no movimento eram o coronel Horácio de Matos, das Lavras Diamantinas, coronel Anfilófio Castelo Branco, do São Francisco, e coronel Marcionílio de Sousa, de Maracás. Enquanto o governo estadual e a oposição engalfinhavam-se em torno dos números da eleição, com os processos rotineiros de violência e fraude, os "coronéis" lutavam no interior contra as forças policiais. Os conflitos eram narrados, de forma dramática e exacerbada, no jornal A Tarde, de Simões Filho, que alardeava que, a qualquer momento, os guerreiros do sertão marchariam sobre a capital. Tudo isso contribuía para disseminar o pânico na população. Antônio Muniz não teve saída a não ser solicitar a intervenção para "reestabelecer a ordem e a tranquilidade" (23 fev. 1920). Porém, ao contrário do que esperava a oposição, Epitácio Pessoa deixou os seabristas no poder, embora tenha tentado convencer Seabra a renunciar. Para pacificar o sertão, os emissários do presidente negociaram diretamente com os "coronéis", que só baixaram as armas depois de assinar tratados proveitosos, que lhes garantiam o domínio de amplas regiões da Bahia.

Rui ficou, evidentemente, enfurecido com o desfecho da luta pela qual tanto se esforçou. Travou uma polêmica com Epitácio Pessoa nos jornais sobre a questão da intervenção na Bahia. Para Rui, o governo baiano era o responsável pelas desordens, portanto o presidente não poderia, a pretexto de estabelecer a ordem, "manter a desordem". Apesar dos argumentos, sempre cheios de erudição e expressividade, era evidente que Rui defendia a intervenção porque era a favor do seu grupo. Toda a sua argumentação era baseada na premissa da ilegitimidade do poder do governo estadual e na legitimidade das ações dos seus aliados. No fundo, era a mesma situação da época do bombardeio, com sinais trocados. O que Epitácio Pessoa fez, em 1919, foi o que Rui exigiu de

[12] Sobre o *Levante Sertanejo,* ver MORAES (1997), NOVAES (2009), PANG (1979) e SAMPAIO (1998).

Hermes em 1912: a manutenção do poder já estabelecido no estado. (BARBOSA, 1920 v. 47, t. 3, p. 30)

Seabra tomou posse do governo da Bahia pela segunda vez (29 mar. 1920), mas tinha um alto preço a pagar. Indisposto com o presidente Epitácio, desmoralizado diante dos "coronéis", não conseguiria retomar o controle sobre a política baiana. Ele ainda revogou a lei que extinguiu a eleição dos intendentes, mudou assessores do governo e convocou um pioneiro congresso de intendentes municipais, em 1921, para tentar reverter a crise. Nada disso evitou seu progressivo declínio. Mas, antes do fim, Seabra ainda teria a chance de uma última e breve reaproximação do seu antigo amigo e maior adversário.

Morte de Rui e declínio de Seabra (1921-1923)

Parecia impossível que, após as agressões mútuas de 1919, Rui e Seabra se reconciliassem, mas isso aconteceu. Passada a fase crítica, os dois baianos voltaram a ter relações amistosas. Em 22 de maio de 1921, Rui renunciou ao seu mandato no Senado, desiludido com os rumos da política brasileira. O ato causou, claro, comoção imediata no país. Como governador da Bahia e chefe do partido dominante, Seabra determinou imediatamente aos seus subordinados que Rui fosse reconduzido ao Senado, como candidato único, nas eleições realizadas no mês seguinte. Era uma atitude muito típica de Seabra, que buscava reverenciar e agradar Rui em todas as ocasiões, a não ser que isso significasse abrir mão do próprio mando. De qualquer forma, dessa vez, não era o caso. A deferência agradou o velho senador.

No mesmo ano, Seabra foi candidato à vice-presidência da República, na chapa oposicionista liderada por Nilo Peçanha. Era o movimento conhecido como a Reação Republicana, que veio a ser a primeira eleição presidencial após a campanha civilista a envolver de forma significativa a população urbana. Para Seabra, foi uma oportunidade única de, a um

só tempo, escapar às pressões e dificuldades do seu segundo mandato na Bahia, e arriscar a sorte de alcançar um dos cargos mais disputados do primeiro escalão da política nacional.

Desde Manuel Vitorino, nenhum baiano atingira a vice-presidência. A oposição ao seabrismo na Bahia ficou indecisa sobre a atitude a tomar nessas eleições. Pediram a opinião de Rui Barbosa, que disse que nada tinha a opor à candidatura de Seabra. Em carta a Simões Filho, respondeu: "considerando-me retirado da política, não vi no candidato baiano à vice-presidência senão a Bahia, depreciada sempre nessas ocasiões [...] Da revolução abandonada, só se salvou a imagem eterna da Bahia. A ela, este meu derradeiro sacrifício". (FCRB/ARB/CRUPF 1388 1921) Apesar do grande esforço despendido por Seabra e Nilo Peçanha na campanha, que contou com excursões pelo país, a chapa oposicionista foi derrotada.

O novo presidente, o mineiro Artur Bernardes, não era nem um pouco simpático à continuação do mando seabrista na Bahia e estimulou o fortalecimento da oposição no estado. A pressão sobre Seabra era cada vez mais forte, especialmente no tocante à sucessão. Em fevereiro de 1923, ele ainda tentou ter o apoio de Rui, em uma tentativa desesperada de segurar o poder que lhe escapava das mãos. Seu ajudante, nessa missão, foi Joaquim Pereira Teixeira, o mesmo que já servira de intermediário entre os dois quando da sucessão de 1915.

Em carta a Rui, Pereira Teixeira disse que o candidato sugerido por Seabra para o governo do Estado, Arlindo Leoni, dedicava a ele, Rui, uma "reverente admiração". Após uma reunião com seus aliados políticos, Rui rejeitou a proposta de conciliação, a não ser que o governador atendesse às seguintes condições: renúncia do governo; cessão de metade das vagas da Câmara Estadual para a oposição; escolha de um nome oposicionista ou neutro para a sucessão. Isso significava propor a Seabra o suicídio político, que ele não aceitou. (SAMPAIO, 1998)

Até os últimos dias de vida, Rui Barbosa esteve plenamente engajado nas questões da Bahia. Conforme o registro de João Mangabeira

(1999), foi durante uma reunião com políticos baianos que Rui teve sua crise final de saúde, indignado com uma carta de Aurelino Leal que defendia que a escolha do futuro governador (ou seja, do governador que substituiria Seabra, após seu declínio) deveria ser feita pelo presidente da República. Para Rui, isso era inaceitável. De acordo com João Mangabeira, que estava na reunião, a emoção com que o senador defendeu sua posição foi demasiada para sua saúde frágil.

Quatro dias depois (1º mar 1923), Rui Barbosa faleceu. Não chegou a ver a queda de Seabra, mas sabia que seu domínio estava com os dias contados. A morte de Rui tornou-se mais um símbolo para motivar a derrubada da "oligarquia" seabrista que, a cada momento, ficava mais diminuta e isolada. Quando Seabra foi finalmente deposto, em 1924, durante mais uma intervenção do governo federal, estava praticamente abandonado. Somente pouquíssimos aliados, entre eles Cosme de Farias, permaneceram ao seu lado na derrocada.

Seabra viveu mais 18 anos depois disso, falecendo em 1942, aos 87 anos de idade. Permaneceu ativo na política, embora sem a mesma preponderância do período 1912-1924. Participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, sendo um dos dois únicos parlamentares brasileiros que participaram das duas primeiras Constituintes republicanas. Teve tempo ainda de se reconciliar com Otávio Mangabeira e Simões Filho, que voltaram a ser seus aliados no combate ao governo de Juraci Magalhães. Reconciliou-se também com a memória de Rui. Dois meses antes de falecer, em entrevista à revista *Diretrizes* (1942), Seabra declarou que ele e Rui eram inimigos políticos, mas que jamais deixaram de ser amigos pessoais.

A análise de suas trajetórias políticas, que se buscou neste trabalho, revela mais semelhanças do que divergências. Além da origem social e da formação semelhantes, Rui e Seabra usaram, em geral, os mesmos métodos políticos, que eram os disponíveis no Brasil do seu tempo. Se Seabra aproveitou o tumulto do bombardeio, Rui estimulou o conflito no sertão. Ambos recorreram à intervenção federal quando necessário. Não

havia uma diferença ideológica fundamental em seus discursos. Muitos dos políticos contemporâneos a eles transitaram entre um e outro. Paulo Fontes e Bráulio Xavier, magistrados que respaldaram a ascensão de Seabra em 1912, ficaram do lado de Rui em 1919. Simões Filho e Otávio Mangabeira começaram seabristas, depois viraram ruístas. Júlio Brandão, colocado na intendência por Seabra, depois virou sócio de Rui. O cônego Galrão, outra peça chave do bombardeio, fez o caminho inverso: começou do lado de Rui e depois passou para o de Seabra. O mesmo aconteceu com Bernardo Jambeiro, antes acusado por Seabra de atentar contra sua vida em 1910 (na cidade de Castro Alves), e depois seu aliado.

Por fim, Rui e Seabra compartilhavam outra característica que parece ser a mais importante: ambos conseguiram movimentar o debate político fora dos círculos estritamente partidários, envolvendo a população como um todo. As pessoas se engajavam, inclusive emocionalmente, tomavam partido, lutavam nos combates, de uma forma que seria impensável na relação com os "próceres" aristocráticos do Império, por exemplo. Nesse sentido, Rui e Seabra fizeram a transição entre um modelo político mais francamente elitista, distante da população, para outro em que a multidão passaria a ser parte fundamental.

Nessa transição, eles estabeleceram temas que repercutiram na política baiana posterior. De Seabra, o modelo de homem forte, viril, modernizador, vinculado ao saber técnico (seu braço direito, o engenheiro Arlindo Fragoso, foi o fundador da Escola Politécnica), mas capaz de derramar lágrimas em defesa apaixonada da Bahia-mãe. De Rui, o modelo do jurista, da retórica sofisticada, da argumentação liberal. Esses dois modelos convergiram, por exemplo, na figura de Otávio Mangabeira, que governou a Bahia na década de 1950. Aspectos desses modelos, ou da negação deles (o que também atesta sua permanência) podem ser encontrados na atuação de políticos como Juraci Magalhães e Antônio Carlos Magalhães. Mas, a discussão aprofundada dessas questões já mereceria um novo trabalho.

Figura 18. Caricatura dupla

Os extremos se tocam...

de pernas para o ar.

RUY

Um nome bem collocado

Um pronome mal collocado

SE... ABRA

Theo

Fonte: LIMA, Hermes. *Rui e a caricatura*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1950, p. X

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS CAMINHOS DA MEMÓRIA

> Via-se, sentia-se, a situação como a luta entre o mocinho e o bandido e, obviamente, tomava-se o partido do mocinho. E como falava bem o mocinho, cuja pistola era o verbo!
> (ANDRADE, 1973, p. 2)

De sua infância em Minas Gerais, Carlos Drummond de Andrade guardou o sentimento expresso na epígrafe em relação ao herói Rui Barbosa e seu combate contra o malvado marechal Hermes da Fonseca, na campanha civilista. Do seu ponto de vista, aquela não era uma disputa de poder entre enfadonhos senhores de bigodes e bengalas pelo controle do Estado. Era uma luta de mocinho e bandido, o confronto de vida e morte entre o vilão e o herói.

Heróis são, por sua própria natureza, míticos. Eles condensam uma multiplicidade de referências culturais, de desejos, de aspirações, de uma coletividade.[1] No caso específico do mito político, pode-se dizer, com Raoul Girardet (1987, p. 14), que é um sistema particular de discurso, ancorado em três planos: fabulação, explicação e mobilização. *Fabulação* porque envolve necessariamente a construção de uma história, embora nunca baseada apenas em elementos fictícios, já que esse é um discurso baseado na presunção de verdade. *Explicação* porque, como mito, tem

[1] As reflexões sobre mitos e heróis políticos foram embasadas nos textos de Luís Felipe Miguel e Raoul Girardet, citados nas referências bibliográficas.

o poder de explicar o mundo, conectar fatos do presente e do passado. Finalmente, a mobilização atende a uma característica fundamental da política: mover para a ação.

No fascinante território da mitologia política, destaca-se a figura do herói, ou melhor, dos heróis, pois há vários tipos deles. Girardet identifica quatro, que associa aos seus representantes mais conhecidos: *Cincinato*, o idoso que deixou seu retiro modesto para salvar a pátria; *Alexandre*, o jovem aventuroso e conquistador; *Sólon*, o legislador, fundador e organizador; Moisés, o profeta visionário que guia o seu povo. Muitos outros modelos poderiam ser aventados, ou misturados, pois, no território do mito, não há fronteiras estanques. As diferentes aspirações e referências se encontram e se modificam, de forma fluida e imprevisível, na "encruzilhada do imaginário, onde vêm cruzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, e por vezes mais contraditórias". (GIRARDET, 1987, p. 73)

Que tipo de herói foi Rui Barbosa? Certamente, ele tinha muito de Sólon, o jurista circunspecto, grave, respeitável. Era o "pai fundador" da República, o organizador das instituições, o principal autor da Constituição de 1891. Nelson Rodrigues, em suas recordações da infância, diz que o via como um "septuagenário nato", que já nascera "de fraque, já Conselheiro, e já Águia de Haia". Era o modelo perfeito do sábio, sobre quem se projetavam todas as aspirações de grandeza do país. Na construção heróica, Rui Barbosa sabia tudo, conhecia tudo. Sua cabeça era a verdadeira biblioteca nacional, como na conhecida caricatura. Mas, Rui também era o mártir. Suas derrotas presidenciais, mesmo sendo o candidato preferido pela população, apenas reforçavam a sua personalidade heroica, pois enfrentar privações faz parte do caminho do herói. Pequenino, magro, Rui lutava sozinho contra os gigantes da prepotência e manipulação. Era também Davi, contra os Golias da política.

Qual era, na época em que viveu, o perfil heroico de Seabra? Apesar de professor de Direito, ele não podia ser associado a Sólon. Seus

bigodes pintados, sua postura expansiva e barulhenta, não condiziam com a sobriedade que se esperava desse modelo heroico. Seabra desejava transmitir juventude. Depois dos 60 anos de idade, quando deixou de pintar os bigodes, preferiu raspá-los a aparecer com eles grisalhos, o que destoava da moda da época, pois somente os padres e os rapazes andavam por aí de rosto liso. A juventude e o ímpeto se coadunam na imagem do herói realizador, *construtor* e guia que conduz o seu povo para o futuro. Arriscando uma contribuição aos modelos de Girardet, pode-se dizer que o perfil que mais se aproxima da figura de Seabra é o do imperador *Justiniano,*[2] que buscou recuperar o esplendor de Roma com um esforço de construção e organização. No caso da Bahia, tratava-se de recuperar as suas glórias do passado, da época de ouro (também mítica) dos seus estadistas do Império.

A construção do herói, contudo, não é estática e definitiva, mas oscila ao sabor das expectativas e referências da sociedade. Assim é que a memória de Rui Barbosa e J. J. Seabra tem passado por diferentes apropriações, nas últimas décadas.

Em 1964, quando Raimundo Magalhães Junior lançou o livro *Rui, o homem e o mito* – escrito com o objetivo expresso de demolir o mito Rui – parecia que uma bomba havia caído sobre os meios intelectuais brasileiros. Luís Viana Filho, biógrafo ruísta, quase saiu aos tapas com o autor na Academia Brasileira de Letras. A Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, organizou um seminário, com palestras rebatendo cada um dos capítulos do livro. Magalhães Junior foi alvo de artigos violentos de jornal, e foi chamado de "piolho da águia". Em compensação, a polêmica fez o sucesso do livro, que recebeu logo uma segunda edição. O tema Rui Barbosa ainda estava muito vivo, muito presente, para as pessoas daquela geração.

Com as mudanças na sociedade e a emergência de novos modelos, o perfil heroico de Rui parece ter perdido parte de seu apelo. Seu estilo

[2] A inspiração para a escolha de Justiniano veio do próprio Seabra, que citou o imperador em uma de suas mensagens governamentais.

retórico já não encontra a mesma ressonância nos leitores. Ele parece ter sido atingido, além disso, pelas mudanças da própria historiografia, que vem empreendendo uma revisão da imagem dos "grandes homens". É bem verdade que, dos seus companheiros (duque de Caxias, marechal Deodoro, barão do Rio Branco, entre outros), Rui é o que ainda se mantém mais em forma, principalmente por seus feitos jurídicos e por ter se tornado símbolo de justiça e inteligência. Ainda assim, a revisão historiográfica, ou o que dela transborda para os meios de comunicação e as escolas, vai formando um Rui diferente daquele herói do início do século XX. Entre os jovens, a queima dos arquivos da escravidão, por exemplo, pode estar se tornando mais conhecida do que a campanha civilista.

Rui Barbosa ainda é um herói do Brasil, mas não com a intensidade de outrora. Um indício desse amortecimento foi sua caracterização no livro *Mad Maria*, de Márcio Souza (1980), mais tarde transformado em minissérie da TV Globo (2005). O autor retratou Rui como vaidoso, infiel à esposa e envolvido em tramas escusas, como um "homem feio e de aparência doentia", "velho de setenta anos vivendo de glórias passadas", com "orgulho que beirava a insanidade". (SOUZA, 1980, p. 36, 95) O livro é um romance que mistura livremente fantasia e realidade, uma trama de sexo, intrigas e corrupção sem qualquer indicação das fontes históricas consultadas (mas que apresenta figuras históricas e eventos reais, o que deixa o leitor sem uma noção clara de até onde vai a licença poética do autor). No livro *Mad Maria*, Rui participa das conspirações do poderoso Farquhar, que sequestra uma amante de Seabra, então ministro hermista, para forçá-lo a uma decisão política. Na minissérie televisiva, a caracterização negativa de Rui foi amenizada, mas ainda ficou distante do seu perfil heroico tradicional. Curiosamente, um dos heróis dessa versão de *Mad Maria* foi Seabra, ou melhor, o ministro J. de Castro (a adoção do pseudônimo não foi explicada), homem nacionalista e incorruptível, ainda que envolvido em uma aventura amorosa (em que o aspecto romântico foi enfatizado), interpretado pelo ator Antônio Fagundes. Nenhuma das duas

obras, livro e minissérie, provocou senão marolas, nada que se comparasse ao maremoto de indignação que se seguiu ao livro de Magalhães Junior.

O percurso da memória de J. J. Seabra também sofreu alterações. Na época de sua morte, em 1942, ele ainda estava muito presente no cotidiano dos baianos. Seu enterro foi concorridíssimo, pois serviu também como aglutinador daqueles que vinham lutando contra o Estado Novo na Bahia. Em 1942, já se haviam passado três décadas do bombardeio, e a imagem de Seabra já era diferente: ele era visto por muitos como um velho político liberal, que se contrapunha ao regime autoritário de Getúlio Vargas. Na historiografia baiana, contudo, a imagem de *Caim* ainda era predominante, até porque alguns dos principais autores da época, como Luís Viana Filho e Pedro Calmon, eram descendentes próximos dos políticos seus contemporâneos. Sem a perpetuação consciente da sua imagem, como aconteceu com Rui (que está em todos os livros didáticos até hoje), Seabra foi sendo gradualmente apagado, esquecido mesmo. A maioria dos baianos, hoje, não sabe quem ele foi.

Mais recentemente, os novos enfoques historiográficos vêm resgatando a imagem do Seabra *civilizador*, da reforma urbana e da organização do Estado. Porém, essa descoberta veio no bojo da crítica ao modelo de "civilização" almejada pelas elites baianas. Misturadas aos ecos do *Caim*, essas contribuições fortaleceram a visão de Seabra como concentração de tudo de ruim, como verdadeiro vilão da história da Bahia. Os fatos conhecidos da sua vida são, basicamente, os mesmos de sempre, mas adquiriram uma conotação negativa, malévola. Não surpreende, pois, como indica Girardet (1987, p. 16), "lenda dourada ou lenda sombria, a veneração ou a execração alimentam-se dos mesmos fatos, desenvolvem-se a partir da mesma trama".

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

______. Santos, deuses e heróis nas ruas da Bahia: identidade cultural na Primeira República. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, p. 103-124, 1996.

______. O vento rouco da tempestade: identidades e cidadania negra na época da abolição. In: SIMPÓSIO ESCRAVIDÃO E MESTIÇAGEM: Histórias CSomparadas. Belo Horizonte: ANPUH, 2006.

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Economia e Finanças*, Salvador, 1952.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Rui, naquele tempo*. Crônica publicada no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1° mar. 1993. Versão digital da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disonível em: <www.casaruibarbosa.gov>. Acesso em: 01 jul. 2009.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanismo e classe média em Salvador.* 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista USP*, São Paulo, v. 28, p. 96-109, dez. 1995/fev. 1996.

BARROS, Francisco Borges de. *Dr. J. J. Seabra:* sua vida, sua obra na República. [Salvador] Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: UnB, 2000.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 3, set./dez. 1988.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARNEIRO, Nelson. *Palavras, leva-as o vento*. Brasília: Senado Federal, 1973. v. 2.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

______. História intelectual: a retórica como chave de leitura. *Topói,* Rio de Janeiro, n. 1, 1999.

______. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

______. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados,* Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000.

______. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002.

CASTELLUCCI, Aldrin. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005.

______. *Salvador dos operários*: uma história da greve geral de 1919 na Bahia. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

______. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CASTRO, Renato Berbert de. *Cronologia de J. J. Seabra e porque Seabra ia ser e não foi Senador por Alagoas.* Salvador, 1990. Texto inédito, apresentado em concurso da Fundação Pedro Calmon.

CENTRO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS (BA). *A economia baiana de 1850 a 1930:* algumas questões. Salvador: CPE, 1981. (Contribuições técnicas, 1).

COSTA, Ana Alice Alcântara; CONCEIÇÃO, Hélida. As mulheres da revolta dos resignados: a greve dos professores municipais em 1918. *Revista Orbis*, n. 4, Salvador, set. 2002.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *Revista História*, v. 25, n. 1, São Paulo, p. 226-247, 2006.

DANTAS, Ibarê. Sobre o conceito de oligarquia. *Cadernos da UFS: História*, Aracaju, v. 2, n. 2, p. 41-50, 1996.

DOLHNIKOFF, Míriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p.116-133, jun./ago. 2003.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930*: história e historiografia. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Intérpretes do Brasil).

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890/1937). *Afro-Ásia*, Salvador, 21/22, p. 239-256, 1998-1999.

FREITAS, Antônio Fernando Gurreiro Moreira de. *Au Brésil*: deux regions de Bahia (1896-1937). Tese (Doutorado em História) - Universidade de Paris IV – Sorbonne, 1992.

______. "Eu vou para a Bahia": a construção da regionalidade contemporânea. *Bahia Análise & Dados,* Salvador, v. 9, n. 4, p. 24-37, mar. 2000.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS (BA). *A inserção da Bahia na evolução nacional 2ª etapa: 1890-1930.* Salvador: CPE, 1980.

GAULD, Charles A. *Farquhar, o último titã*. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

GONÇALVES, João Felipe. As imponentes festas do Sol: o jubileu cívico e literário de Rui Barbosa. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000a.

______. *Rui Barbosa*: pondo as idéias no lugar. Rio de Janeiro: FGV, 2000b.

______. *Vida, glória e morte de Rui Barbosa*: a construção de um herói nacional. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1999.

KERTZER, David. Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 15-36, jul. 2001.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Rio Branco e Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1955.

LAMARÃO, Sérgio. Capital privado, poder público e espaço urbano: a disputa pela implantação dos serviços de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 75-96, 2002.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...* Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador

1912-1916. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

______. *A rainha destronada*: discursos das elites sobre as grandezas e infortúnios nas primeiras décadas da Bahia Republicana. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LEONÍDIO, Adalmir. Utopias sociais e cientificistas no Brasil, no final do século XIX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 921-946, set. 2007.

LINS, Wilson et al. *Coronéis e oligarquias.* Salvador: UFBA; Iamaná, 1988. (Cadernos de Educação Política).

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930.* São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAGALHÃES, Rejane M. Moreira de Almeida; CARMO, Laura do. *Bibliografia sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Rui, o homem e o mito.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MANGABEIRA, João. *Rui, o estadista da República*. Brasília: Senado Federal, 1999.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia. Século XIX. Uma província do Império.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MCDOWALL, Duncan. *Light:* a história da empresa que modernizou o Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida:* cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: FGV; Edur, 2007.

MIGUEL, Luís Felipe. Em torno do conceito de mito político. *Dado,* Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998.

MORAES, Walfrido. *Jagunços e heróis*. A civilização do diamante nas lavras da Bahia. 5. ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia; Assembleia Legislativa, 1997.

MOREL, Marco. Animais, monstros e diformidades: a "zoologia política" no processo de construção do Império no Brasil. *Revista Estudos Históricos* , Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, [1999].

NABUCO, Joaquim. *Minha formação.* Brasília: UnB, 1998.

NOVAES, João Reis. *De tropeiro a coronel*: ascensão e declínio de Marcionílio Antônio de Souza (1915-1930). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *Pelas ruas da Bahia*. Criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador republicana (1912-1937). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

PAIM, Antônio. *A filosofia da Escola do Recife.* Rio de Janeiro: Saga, 1966.

______. BARRETO, Vicente. Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha. In: CURSO DE INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO (unidade IV). Brasília: UnB, 1982.

PALTI, Elias José. The problem of "misplaced ideas" revisited: beyond the "history of ideas" in Latin America. *Journal of the History of Ideas*, jan. 2006.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé.* 3. ed. rev. e ampl. Salvador: Corrupio, 2009.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia:* difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: Edufba, 2002.

PINHEIRO, Israel. A política na Bahia: atrasos e personalismos. *Ideação,* Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, jul./dez. 1999.

QUARESMA, Mônica dos Santos. O *salvacionismo na Bahia*: o político e a política em J. J. Seabra (1912-1916). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

REALE, Miguel. Posição de Rui Barbosa no mundo da filosofia: notas de estudo para a compreensão de uma trajetória espiritual. *Justiça & História,* v. 4, n. 8, 2004.

SALDANHA, Nelson. Rui Barbosa e o bacharelismo liberal. In: CRIPPA, Adolfo (Org.). *As idéias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979. v. 1.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos*: cartas para o Barão. São Paulo: Edusp, 1999.

______. *50 anos de urbanização*: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

______. *Formação do regionalismo no Brasil*: Bahia e São Paulo no século XIX. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1977.

______. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República.* Salvador: Edufba, 1998.

SANTOS, Edilton Meireles de Oliveira dos. *J. J. Seabra, sua vida, suas obras.* Brasília: Senado Federal, 1990.

SANTOS, Mário Augusto Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República*: um grupo de pressão. 2. ed. Salvador: [s. n.], 1991.

______. *A república do povo*: sobrevivência e tensão. Salvador: Edufba, 2001.

SANTOS, Mônica Celestino. *Cosme de Farias*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2006. (Perfil do Parlamentar da Bahia).

______. *Major Cosme de Farias*: o anjo da guarda dos excluídos de Salvador. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

______. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, p. 77-101, 1996.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*: luta política e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: Edufba, 2000.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, p. 87-144, 1999.

SOUSA, Maria Mercedes Lopes de. *Rui Barbosa e José Marcelino.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949.

SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SOUZA, Robério Santos. *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia*: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

VIANA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras.* Brasília: Senado Federal, 1999.

______. *Populações meridionais no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Intérpretes do Brasil).

VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa.* Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2008.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

FONTES

Obras completas de Rui Barbosa

BARBOSA, Rui. *Queda do império*: diário de notícias. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947-1948. 8 v. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 16, t. 1, t. 2, 1889).

______. *Trabalho jurídico – Estado de sítio.* (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 19, t. 3, 1892).

______. *Visita à terra natal - Discursos parlamentares. (Obras completas de Rui Barbosa; v. 20, t. 1, 1893).*

______. *Visita a terra natal – Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 29, t. 4, 1902).

______. *Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 33, t. 1, 1906).

______. *Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 34, t. 1, 1907).

______. *Excursão eleitoral*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 36, t. 1, 1909).

______. *Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 36, t. 2, 1909).

______. *Excursão eleitoral*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 37, t. 1, 1910).

______. *Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 37, t. 3, 1910).

______. *Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 38, t.1, 1911).

______. *Jornalismo – Diário de Notícias*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 38, t. 3, 1911).

______. *O caso da Bahia (petições de habeas corpus)*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 39, t. 1, 1912).

______. *Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 39, t. 3, 1912).

______. *Jornalismo – Diário de Notícias*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 39, t. 4, 1912).

______. *Discursos parlamentares (caso do Amazonas)*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 40, t. 4, 1913).

______. *Discursos parlamentares e jornalismo*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 40, t. 5, 1913).

______. *Trabalhos diversos*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 40, t. 6, 1913).

______. *Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 41, t. 1, 1914).

______. *Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 41, t. 2, 1914).

______. *Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 41, t. 3, 1914).

______. *Trabalhos jurídicos*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 41, t. 4, 1914).

______. *Discursos parlamentares*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 42, t. 2, 1915).

______. *Campanha presidencial*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 46, t. 1, 1919).

______. *Campanha presidencial*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 46, t. 2, 1919).

______. *Campanha da Bahia*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 46, t. 3, 1919).

______. *O art.6º da Constituição/intervenção (BA)*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 47, t. 3, 1920).

______. *O art.6º da Constituição/intervenção (BA)*. (Obras Completas de Rui Barbosa; v. 47, t. 4, 1920).

Documentos e publicações oficiais

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais do Congresso Constituinte (1890-1891)*. Rio de Janeiro, 1890-1891.

BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. *Censo de 1920:* Recenseamento do Brasil: realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1922.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Rio de Janeiro, edições dos anos de 1909, 1910, 1915, 1917, 1918 e 1919.

Mensagens governamentais

BAHIA. Governador (1912-1916: José Joaquim Seabra). Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 11ª legislatura. Bahia: Seção de obras da Revista do Brasil, 1912.

______. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura. Bahia: Seção de obras da Revista do Brasil, 1913.

______. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura. Bahia: Seção de obras da Revista do Brasil, 1914.

______. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 13ª legislatura. Bahia: Seção de obras da Revista do Brasil, 1915.

______. Exposição apresentada pelo Dr. José Joaquim Seabra ao passar, a 29 de março de 1916, o governo ao seu sucessor o Exmo. Sr. Dr. Antônio Ferrão Muniz de Aragão. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

BAHIA. Governador (1916-1920: Antônio Ferrão Muniz de Aragão). Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 13ª legislatura. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

______. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

______. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 14ª legislatura. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

______. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 15ª legislatura. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

BAHIA. Governador (1920-1924: José Joaquim Seabra). Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 15ª legislatura. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

______. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia em a sua 1ª reunião da 16ª legislatura. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

______. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia em a sua 1ª reunião da 17ª legislatura. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

Periódicos

A BAHIA, Salvador, 1909, 1910, 1911.

O DEMOCRATA, Salvador, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922.

DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 1942.

GAZETA DO POVO, Salvador, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916.

A TARDE, Salvador, 1923.

REVISTA DO BRASIL, Salvador, 1910-1911.

REVISTA CARETA, Rio de Janeiro, 1912.

REVISTA FON-FON, Rio de Janeiro, 1912

Livros folhetos e obras diversas

CANECA [J. J. Seabra]. *O atentado de cinco de novembro.* Artigos de Caneca publicados na Gazeta de Notícias sobre o "despacho" do juiz Afonso de Miranda. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de. *Instituições elementares de rethorica para uso das escholas. Coimbra: J. Augusto Orcel, 1875.*

GUINLE & C. O município de Salvador – memorial de Guinle & C. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914.

MORAES FILHO, [Alexandre] Melo. Um estadista da República. Dr. J. J. Seabra. São Paulo: Livraria e Oficina Magalhães, 1905.

SODRÉ, [Antônio] Muniz. Rui Barbosa perante a história. Conferência pronunciada a convite do Partido Democrata da Bahia, no Teatro São João, de Salvador, a 23 de agosto de 1919. [Salvador: s. n., s. d.].

Arquivos privados

Fundação Casa de Rui Barbosa/Rio de Janeiro

Arquivo Rui Barbosa – pastas:

- Alfredo Rui Barbosa (CRF 141.1/1)
- Amália Barbosa Lopes (CRF 827/1)

- Arlindo Fragoso (CR606)
- Artur Ferreira (CR 554)
- Artur Imbassaí (CR 727/1)
- Aurelino Leal (CR 765)
- Francisco de Castro Junior (CR360)
- Horácio de Matos (CR 904/2)
- J. J. Palma (CR 1112/1-2)
- J. J. Seabra (CR1332.1/1)
- J. J. Seabra (CR1332.2/2-3)
- João Rui Barbosa (CRF 147)
- Joaquim Pereira Teixeira (CR 1447)
- José Gabriel de Lemos Brito (CR244)
- José Lopes Martins (CR896/3)
- Júlio Fernandes Leitão (CR 773/2)
- Júlio Viveiros Brandão (CR 229)
- Manuel Leôncio Galrão (CR638)
- Mário Hermes da Fonseca (CR 594)
- Otávio Mangabeira (CR877)
- Propício da Fontoura (CR 601)

Fundação Pedro Calmon/Salvador: Acervo Otávio Mangabeira, Acervo Ernesto Simões Filho

APÊNDICE
Textos comentados

CAIM

(Fragmento de uma visão)

– Acusado, o teu nome?

– Todo mundo o sabe.

– Tua profissão?

– Político. Ministro. Candidato ao governo da Bahia.

– Acusado, a Bahia é quem te arrasta a este plenário. Volta os olhos para tua mãe, a terra que te deu o ser. O seu vulto, envolvido em crepe e escorrendo sangue, enche este pretório. Com uma das mãos, nos mostra as suas feridas, com a outra te aponta a cabeça. Não fala, mas por ela falam as suas chagas; e o seu gesto de horror te denuncia. Acusado, que fatos podes alegar em tua defesa?

– Os meus serviços ao País, à Bahia e à República. Fatos? Os contemporâneos, todos eles, conclamam a glória do meu nome. Professor do nosso direito, eduquei a mocidade no conhecimento das leis. Tribuno, inflamei as turbas no amor da liberdade. Revolucionário, lutei pela Constituição contra a força. Parlamentar, bati-me pela ordem contra a demagogia. Ministro, fundei a moralidade na administração e a energia no corte das ladroeiras. Baiano, erigi na capital do meu estado um templo à medicina, dotei de novas ferrovias o seu território, e dei à sua política, em um grande partido, uma organização invejável, de cujos benefícios mana a minha popularidade, a minha candidatura e o meu triunfo. No meu caminho, havia apenas um obstáculo, de ordem acidental, o governo e as leis da Bahia. Estou-os removendo. Logo, em vez de criminoso, benemérito, juízes, é o que sou. Mandai-me conferir a coroa do civismo, a da justiça e a da verdade. Não me negueis o meu direito.

AUTOR:

RUI BARBOSA

Texto extraído do v. 39, t. 4, das Obras Completas de Rui Barbosa, p. 146-150.

Publicado originalmente no Diário de Notícias (RJ), em 02 fev. 1912.

COMENTÁRIOS:

O artigo é construído em uma alegoria fantástica em que Seabra enfrenta uma espécie de tribunal divino.

Curiosamente, o nome de Seabra não é citado em lugar nenhum do texto.

Rui recorre à imagem da Bahia personificada, descrevendo as vestes e o gestual da mãe ensanguentada.

Os argumentos usuais do adversário (no caso, os méritos que Seabra costumava reivindicar para si mesmo) são expostos em conjunto, no início do texto. Eles serão demolidos, um de cada vez, dando a impressão de que, ao fim, não resta qualquer defesa possível ao acusado.

– Acusado, bradas alto, mas oco. Roncas, mas não persuades. O direito, na tua boca, é como a linha reta nos movimentos da serpente. A justiça, nas tuas ideias, como a "Cornucópia do Altíssimo" na eloqüência de uma de tuas arengas populares. A virtude, na tua moral, como a azeviche das tuas cãs enegrecidas a tinta, em tua cabeça de quinquagenário à beira dos sessenta anos. Os teus serviços, como os pechisbeques e bugigangas de mascataria no armarinho ambulante de um turco.

Rui se refere aos cabelos pintados de Seabra como evidência da falta de seriedade e compostura do adversário.

Note-se o recurso a termos incomuns de sonoridade expressiva, como "pechisbeques e "bugigangas".

Professor, em vez de ensinares à mocidade, o que tens feito é desfrutares comodamente, em sucessivas licenças e ausências, coroadas pela tua disponibilidade atual, cerca de vinte anos de vencimentos sem trabalho. Tribuno, as tuas palranças de agitador nunca se elevaram às alturas de uma boa causa, de uma idéia feliz ou de uma frase de bom gosto. Político, extremado, no antigo regime, entre os conservadores, aceitastes, sôfrego, na última situação liberal do Império, a presidência do Rio Grande do Sul, com que um gracejo telegráfico de Germano Hasslocher, encoberto sob a assinatura imaginária de Silveira Martins, te punha à prova a trêfega ambição.

Aparentemente, Seabra foi vítima de um trote em que lhe ofereceram a presidência do RS, no Império, e ele aceitou, revelando sua ambição.

A revoluções não te aventurastes, senão em abril de 1892 e setembro de 1893; a primeira vez, caindo numa esparrela, quando supunhas iminente a volta, pelas armas, do Marechal Deodoro. A segunda quando imaginastes certa, com Custódio de Melo e Saldanha da Gama, a vitória da Marinha insurgente. Parlamentar, as causas, por que te bateste notoriamente, foram, sob a presidência Campos Sales, a trucidação do povo, no caso da São Cristóvão; e, sob a presidência Nilo Peçanha, o estabelecimento do militarismo pelas vergonhas, à custa de cuja podridão vingou a candidatura da espada.

Rui minimiza o valor da atuação de Seabra no início da República, quando os dois eram aliados.

Energúmeno nas hostilidades à ditadura militar, sob o Marechal Floriano Peixoto, cujo nome nos teus escritos

O termo "energúmeno" é usado no sentido original de "possesso", ou seja, "exaltado".

ao Siglo e ao El Dia, de Montevidéu, em junho e julho de 1894, cobriste de baldões, vieste a ser agora dos mais aguçosos colaboradores numa ditadura militar infinitamente mais abominável, inscrevendo-te entre os primeiros, que, para entregar o País aos soldados, acachaparam as consciências aos pés do homem da convenção de maio.

À distância, a ditadura de Floriano Peixoto é considerada branda. Implicitamente, Rui reprova o fato de Seabra ter escrito artigos contra Floriano, no exílio no Uruguai.

Ardendo na cobiça de subir, ministro foste duas vezes, mas nunca por espontânea iniciativa dos presidentes a quem serviste. Tu é que lhes gastastes os degraus das escadas, que os assediastes de empenhos, e, quando, postulante atendido, lhe conseguiste entrar nos gabinetes, descestes de secretário a cortesão, fazendo-te o serviçal dos filhos, para da boca adoçada dos pais obteres as complacências, de que vivem os validos.

O “homem da convenção de maio” é Hermes da Fonseca.

A referência aos “filhos” diz respeito a Mário Hermes, com quem Seabra se aliou.

Em vão te gabas de haver inaugurado a moralidade na administração. A tua austeridade administrativa se reduz a uma legenda, e mais nada. Haja vista os tais favores às obras do porto da Bahia, a tua liberalidade com as Docas de Santos, a enormíssima agravação do ônus, com que sobrecarregastes o tesouro na revisão do contrato da viação baiana e cearense, a corrupção que exerceste em tua pasta em bem das tuas pretensões à conquista do governo de um estado, a transcendente imoralidade, em que, a teu benefício, prostituístes às mais baixas exigências de uma cabala desabusada o serviço telegráfico e o serviço postal, indisciplinando e venalizando os teus subordinados.

Rui questiona a competência e a honestidade de Seabra, citando as companhias que ele favorecia.

A violação de correspondências era um recurso político, pois permitia conhecer os planos dos adversários. Nessa época, Simões Filho controlava os Correios e Telégrafos da Bahia em benefício do seabrismo.

Não fales do que te deve, na Bahia, o ensino superior. Mandaste ali reerigir o edifício da Escola de Medicina, que um incêndio consumira. Era um ato de expediente, a que outro qualquer ministro, no teu lugar, seria imediatamente forçado, mas que, com língua de palmo, a Bahia te acaba de pagar nas chamas, obra tua, em que arderam o palácio do seu governo, a sua biblioteca e os seus arquivos.

Imagem diabólica: Seabra como satã, rodeado pelo clarão do incêndio da Bahia.

O que organizaste, na Bahia, não foi um partido, mas a companhia do estelionato político, a cujas proezas a Nação assiste com a cara calçada. Nunca obtiveste ali outra popularidade senão a dos arruaceiros. O triunfo em que exultas agora é o de satã. Um clarão imenso o rodeia, o do incêndio da cidade do Salvador.

A revolta acompanha os teus passos odiosos, aonde quer que um Chefe de Estado te acolha aos seus conselhos. Ministro com o Presidente Rodrigues Alves, contra ti se levantou o movimento militar de 1904. Ministro com o Presidente Hermes, levantas hoje, contra a honra da sua autoridade, a sedição militar na Bahia. Dela te queres apoderar a todo transe. Para lhe removeres o governo e as leis, obstáculo à tua ambição diabólica, armaste ali a fogueira, onde acaba de se imolar a autonomia do Estado. Através do seu revérbero e do seu fumo, se destaca o teu perfil, soprando as labaredas à catástrofe, donde imaginas sair a tua glorificação. Não é o gênio do mal nas proporções bíblicas do anjo decaído. Não é o gênio do mal na soberba criação do poema de Milton. Mas é a perfídia, a mentira, a crueza do gênio do mal nos traços mais subalternos e sinistros do seu caráter.

Rui não concede ao adversário a grandeza de ser um grande gênio do mal, descrevendo seu caráter como subalterno e desprezível.

A tua política, as tuas tramas, as tuas ordens subverteram, ensangüentaram, dinamitaram, bombardearam, incendiaram, saquearam a terra do seu berço. Rasgastes as entranhas à tua mãe, escarraste-lhe no rosto, e agora exultas sobre a sua agonia, imposturando cruelmente de vencedor pela sua estima.

A enumeração das ações reforça o ritmo do texto, preparando para o ápice da dramaticidade, com Seabra rasgando as entranhas e escarrando na face da Bahia-mãe.

Mas olha para tuas mãos tisnadas no braseiro e avermelhadas pela carniça. Pega de um espelho, e mira tua fronte. Lá está, na pinta do sangue dos teus irmãos, a marca indelével do fratricida.

Ninguém te tocará; pois o estigma da tua maldição te preserva do contato dos não contaminados com a tua

aliança. A tua vida é inviolável como a do mau irmão de Abel. Contudo, não te sentarás no governo da Bahia, porque trazes na testa o ferrete de Caim, a quem o Senhor diz:

No final, vem a maldição, fechando o texto com enorme impacto.

> Que fizeste? A voz do sangue do teu irmão clama desde a terra por mim. Agora, pois, serás maldito sobre a terra, que abriu a sua boca e recebeu de tuas mãos o sangue de teu irmão. Quando a cultivares, ela te não dará os seus frutos e tu andarás por ela vagabundo.

Tu não pertences à vingança dos homens. Ela fugirá de ti horrorizada pelo rastro vermelho das plantas, mostrando-te quando passares, como o espectro do remorso, porque "o Senhor pôs um sinal em Caim, para que o não matasse ninguém, que o encontrasse".

Mas a justiça divina te seguirá como a matilha à caça, com a consciência a te ladrar aos calcanhares e não consentirá que te assentes sobre a conquista do teu crime, para devorar a presa exangue do teu fratricídio.

Carta Aberta ao Exmo Sr. Senador Rui Barbosa, M. D. candidato eterno e malogrado à presidência da República

AUTOR:

J. J. SEABRA

Texto extraído do jornal O Democrata (16 abr. 1919)

COMENTÁRIOS:

A conferência do Politeama Baiano ocorreu na campanha presidencial de Rui.

Em MG, Rui havia respondido aos que o acusavam de "velho", falando da própria saúde.

Seabra, quase da mesma idade, insinua que Rui está senil, em decadência mental.

A estratégia retórica é trocar os feitos e características de um por outro. Tudo que Seabra atribui a si próprio refere-se a Rui.

"falando de si e dos seus altos feitos": a vaidade e a autopromoção eram críticas recorrentes a Rui.

Exmo Sr.

Logo após a "notável" e "maravilhosa" conferência do Politeama, conferência com que V. Exa se dignou distinguir os seus amigos e admiradores, muitos foram os cavalheiros que me procuraram, apavorados, afirmando que se procurasse uma prova cabal e indiscutível da decadência mental de V. Exa, outra mais robusta não se encontraria do que a resultante dessa incomparável peça oratória.

"Ele pode ter, já roçando pelos 71 'bem forte o músculo central', como alegre e bazofeiro alardeou, em Juiz de Fora, mas com certeza, e talvez por isso mesmo, os nervos cerebrais estão já muito flácidos", disseram-me os ditos cavalheiros.

"Mas por quê?" lhes perguntei eu. "Porque jamais se escreveu ou proferiu uma descompostura mais tremenda e formidolosa a toda gente, principalmente do Governo do Estado e ao senhor."

Aguardei a publicação desse documento, e, depois que o li, resolvi agradecer a V. Exa as grosserias e insolências com que me distinguiu.

Falando V. Exa de si e de mim, esqueceu, entretanto, fatos que peço licença para relembrar. Deixou V. Exa, falando como sempre faz, de si e de seus altos feitos, de salientar que, ao pisar nesta terra, em 10 do corrente, encontrou, para recebê-lo, uma grande comissão que, comovida, lhe agradeceu o quanto e muito concorreu para a construção das obras do porto desta capital, fazendo esquecer o tempo em que se desembarcava em arrebentados e maltratados saveiros, com risco de vida, em um cais onde as cascas de banana se misturavam com toda sorte de imundícies.

Pouco depois, ao entrar na cidade, uma outra comissão de ricos e importantes comerciantes agradeceu, sensibilizada, a V. Exa ter mandado destruir o Santa Bárbara, o beco da Garapa, o grande mictório que era todo o bairro comercial, e transformado toda aquela montoeira em ruas arejadas, largas e salubres.

Seabra passa a listar suas próprias obras e realizações: as obras do porto, a remodelação do bairro comercial, a avenida Sete, entre outras.

Ao fim da Rua da Montanha, obra do paulista Homem de Melo, encontrou ainda V. Exa uma enorme multidão que lhe bateu palmas frenéticas, por lhe haver V. Exa facilitado a passagem e condução em automóvel por uma avenida asfaltada, arborizada e limpa, que se destina da Baixa de São Bento ao Rio Vermelho, e, que já está pronta até o Farol da Barra, lugar onde precisamente V. Exa se recordou de haver tomado, quando criança, belos banhos, lembrando-se bem de uma senhora que, em certa ocasião, deixou a mercê das ondas a cabeleira postiça que trazia, mas esquecendo-se, ou não, querendo relatar, as piculas que brincou ali mesmo, com o Araujão e outros.

Aqui, Seabra faz referência a assuntos pessoais. Deve ser algum mexerico que circulava nos meios políticos.

Ontem foi V. Exa visitar a Faculdade de Medicina, onde a generosa Mocidade Acadêmica o recebeu sob ovações delirantes e merecidas, certamente por ter V. Exa mandado reconstruir esse glorioso e tradicional templo do ensino médico sobre as cinzas a que ficou o antigo reduzido por pavoroso incêndio.

O digno parente de V. Exa, diretor ilustre da Escola e presidente da solenidade em que foi V. Exa calorosamente aclamado, certo apontou-lhe, de um lado do extenso salão nobre, o busto do inesquecível e saudoso conselheiro Rodrigues Alves, o "cão de cego", como em certa ocasião V. Exa o chamou, e do outro, repare bem, e veja se não é o de V. Exa mesmo!

O diretor da faculdade era Augusto Cesar Viana, parente de Rui.

O busto referido não é de Rui, mas dele, Seabra.

E se V. Exa se dignar a visitar a Escola Politécnica, no salão nobre e ao subir para os doutorais, à esquerda, observe se lá não encontra um busto em bronze, praticamente igual ao da Escola de Medicina!

Enfim, deixou V. Exa de registrar outros e outros fatos demonstrativos do carinho, cuidados e amor que, sempre e ininterruptamente, dedicou a esta terra abençoada e tão querida por V. Exa.

Em compensação, foi V. Exa mui benigno para comigo, o que lhe agradeço, quando, procurando apontar-me à execração de nossos patrícios, silenciou:

Que, de muito antes da Proclamação da República, só tenho vindo a esta terra, a que chamo de "minha alma", duas ou três vezes, e isto mesmo para pedir-lhe votos;

Aqui, ele deixa de falar de "Rui", isto é, de si, e passa às acusações.

Que nesta mesma terra, onde "inspiro tanto afeto" e onde acabo de receber homenagens e aplausos que "na história política do Brasil não há maiores do que estas que há dias estamos presenciando", nada há, absolutamente nada, por mim feito, e, se há alguém que aponte, que recorde o meu nome, ou o traço de minha passagem;

Acusa Rui de desprezar a Bahia e de não ter feito nada por ela.

Que a "mim", são atribuídas, e, com razão, todas as dificuldades e desgraças financeiras da República;

Que, legislador, apresentei um projeto de lei anexando o Acre ao Amazonas, de que era eu mesmo o "advogado judicial" para o fim dessa anexação;

Alude à passagem dele no Ministério da Fazenda.

Que, como advogado, cheguei ao extremo de ter necessidade de solicitar um atestado de conduta a um dos cidadãos mais austeros e íntegros, que foi em nossa pátria o saudoso Conselheiro Andrade Figueira, e cuja resposta muito me contrariou, por me abonar;

Rui foi advogado do Amazonas e defendeu a anexação do Acre.

Que, como senador, raramente freqüento aquela casa do Congresso Nacional, onde jamais tive oportunidade de oferecer um só projeto de lei visando o bem público e os interesses da República;

Que, quando, por sua exigüidade, recusei certa quantia a que me julgava com direito, e resolvi oferecê-la a um instituto de beneficência ou caridade, procurei em Niterói esse instituto, por não ter a Bahia, de que sou filho, esta-

belecimentos congêneres, ou por não ter me lembrado de que aqui nascera;

Mais uma vez, acusa Rui de não amar a Bahia como deveria.

Que, quando fui procurado para patrocinar uma causa que vivamente interessava a fortuna do Município onde nasci (esta capital) por ter sido a respectiva fortuna criminosamente desbaratada por um ímprobo gestor, recebi pelo meu trabalho, ou pelo simples empréstimo de meu nome e de minha fama, a importância correspondente a 10% da quantia arrecadada;

Foi o próprio Seabra quem ofereceu a soma de 100 contos para recompensar esse trabalho de Rui. É o caso do município contra a Guinle, em 1914.

Que, como senador, associei-me depois com esse "mesmíssimo gestor" para a organização de uma sociedade, de que sou presidente para o fim de fabricar soda cáustica (como amarga essa soda e dói esse cáustico!)... e obter do Governo Federal o prêmio prometido de milhares de contos, o que sucedeu e tudo consta do Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil!!!...

Júlio Brandão, intendente de Salvador e sócio de Rui na Carbônica S.A.

Enfim, Exmo. Sr. Senador, seria uma série quase interminável de mazelas que poderia V. Exa apontar, se não se tivesse mostrado tão generoso e gentil para comigo.

Eis, em resumo, Sr. Senador, os motivos por que é V. Exa recebido entre braçadas de flores e delirantes palmas, enquanto que eu, pobre de mim! devo ser condenado pela justiça do Povo e da História, ao castigo que bem mereço por minha ingratidão e por meus crimes.

O mais, Exmo. Sr. Senador, fica para o Senado, onde, espero, nos encontraremos; V. Exa ainda duro, perto dos 71; e, eu, já flácido, em franco caminho dos 64.

Novamente, referências à idade. Seabra queria sempre parecer jovem e forte, e usava isso em contraponto à imagem de velho sábio de Rui.

"Au revoir!" Senador; e creio que, como V. Exa, poderei repetir que "dei no vinte".

"Dei no vinte": gíria da época que significa algo como "acertar na mosca".